

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, GEOCIÊNCIAS E SAÚDE COLETIVA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JOSYANE COSTA GONÇALVES

O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA EM MONTES CLAROS-MG:
Nexos campo-cidade e redes tecidas a partir do Mercado Municipal e das Feiras Livres

Uberlândia-MG

2025

JOSYANE COSTA GONÇALVES

**O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA EM MONTES CLAROS-MG:
Nexos campo-cidade e redes tecidas a partir do Mercado Municipal e das Feiras Livres**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, do Instituto de Geografia, Geociências e Saúde Coletiva da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de concentração: Dinâmicas territoriais e estudos ambientais

Linha de Pesquisa: Dinâmicas Territoriais

Orientador: Prof. Dr. Mirlei Fachini Vicente Pereira

Uberlândia-MG

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

G635c Gonçalves, Josyane Costa, 1998-
2025 O circuito inferior da economia urbana em Montes Claros-MG
[recurso eletrônico] : nexos campo-cidade e redes tecidas a partir do
Mercado Municipal e das Feiras Livres / Josyane Costa Gonçalves. - 2025.

Orientador: Mirlei Fachini Vicente Pereira.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-graduação em Geografia.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.5124>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Geografia. I. Pereira, Mirlei Fachini Vicente, 1981-, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em
Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

André Carlos Francisco
Bibliotecário-Documentalista - CRB-6/3408



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	GEOGRAFIA				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico; Número 567, PPGGEO				
Data:	28 de março de 2025	Hora de início:	14h:00min	Hora de encerramento:	17h:50min
Matrícula do Discente:	12312GE0005				
Nome do Discente:	JOSYANE COSTA GONÇALVES				
Título do Trabalho:	O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA EM MONTES CLAROS-MG: NEXOS CAMPO-CIDADE E REDES TECIDAS A PARTIR DO MERCADO MUNICIPAL E DAS FEIRAS LIVRES				
Área de concentração:	DINÂMICAS TERRITORIAIS E ESTUDOS AMBIENTAIS				
Linha de pesquisa:	DINÂMICAS TERRITORIAIS				
Projeto de Pesquisa de vinculação:					

Reuniu-se na Sala [On-line - www.conferenciaweb.rnp.br], no Campus Santa Mônica, da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em **GEOGRAFIA**, assim composta: Professores Doutores: [Francisco das Chagas do Nascimento Junior - UFRJ-RJ](#); [Angela Fagna gomes de Souza - IGESC-UFU](#) e [Mirlei Fachini Vicente Pereira - IGESC/UFU](#) orientador(a) do(a) candidato(a). A Defesa aconteceu de forma remota.

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). [Mirlei Fachini Vicente Pereira - IGESC/UFU](#), apresentou a Comissão Examinadora e o(a) candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de **Mestre**.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Mirlei Fachini Vicente Pereira, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/03/2025, às 17:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Angela Fagna Gomes de Souza, Professor(a) do Magistério Superior**, em 28/03/2025, às 18:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisco das Chagas do Nascimento Júnior, Usuário Externo**, em 31/03/2025, às 16:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6136757** e o código CRC **9072182E**.

JOSYANE COSTA GONÇALVES

**O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA EM MONTES CLAROS-MG:
Nexos campo-cidade e redes tecidas a partir do Mercado Municipal e das Feiras Livres**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia, Geociências e Saúde Coletiva da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de concentração: Dinâmicas territoriais e estudos ambientais

Linha de Pesquisa: Dinâmicas Territoriais

Uberlândia-MG, 28 de março de 2025

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Mirlei Fachini Vicente Pereira (Orientador)
Universidade Federal de Uberlândia – UFU

Profª. Dra. Angela Fagna Gomes de Souza – IGESC-UFU

Prof. Dr. Francisco das Chagas do Nascimento Jr. – Depto. Geografia-UFRRJ

Dedico este trabalho aos meus pais, que me apoiaram e fizeram ser possível chegar até aqui. E a Deus, pois toda honra é Dele.

AGRADECIMENTOS

É impossível iniciar um agradecimento sem reconhecer que, em primeiro lugar, toda Glória é de Deus. Todas as minhas conquistas são frutos da Sua permissão e do Seu agir em minha vida. Obrigada, Senhor, por me capacitar e sustentar para pisar em lugares que nunca sonhei e alcançar etapas da minha vida que nunca imaginei.

Agradeço à minha mãe, Terezinha Costa, que sempre esteve disposta a dar a vida por mim e a fazer o possível e o impossível para mudar a realidade da nossa família, permitindo que eu chegasse até aqui. Eu te amo, mãe, e serei eternamente grata pelo seu cuidado.

Agradeço também ao meu pai, José Expedito, que, mesmo distante, sempre foi uma fonte de força e fé. Quando eu não acreditei, ele acreditou por mim, e em sua simplicidade, demonstrou o orgulho de ver sua filha explorando o mundo. Essa conquista também é sua.

Aos meus amigos Guilherme Lira, Lavínia Santos, Alícia Gomes, Ana Luiza Lima, Jakeline Lima, Isabela Cazarini e Nayane Cunha: minha gratidão. Vocês foram parte essencial desse processo, ajudando-me a equilibrar a vida com amizade, conforto, força, felicidade e momentos de paz e apoio. Sem vocês, não teria conseguido passar por tudo isso.

À Stéfany N. Mamede e à Maria Clara M. de Oliveira, minha gratidão por todo apoio e ajuda durante esses dois anos de mestrado. Passamos juntas por esse processo, compartilhando um universo de desafios e descobertas. Viver essa experiência ao lado de vocês é uma lembrança que guardarei para sempre. Tenho muito orgulho de toda a dedicação de vocês e muita felicidade em tê-las como colegas e sobretudo, como amigas.

Ao meu orientador, Mirlei F. V. Pereira: Nunca poderei deixar de agradecer pela oportunidade de ser orientada por você e por, desde o início, ter abraçado não apenas uma dissertação de mestrado, mas também uma história de vida. Sou imensamente grata por todos os conselhos, pela compreensão, pelas dicas, correções e direcionamentos, que não começaram no mestrado, mas sim me acompanham desde a graduação.

Meus agradecimentos ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação, que foi parte fundamental do meu crescimento acadêmico. Em especial, agradeço àqueles que estiveram presentes nas bancas de defesa de projeto e de qualificação, cujas contribuições foram essenciais para o resultado deste trabalho.

Por fim, e com enorme importância, agradeço à CAPES, que, por meio do financiamento desta pesquisa, possibilitou as condições para que eu pudesse prosseguir e me dedicar integralmente.

Na minha cidade, nos domingos de tarde,
as pessoas se põem na sombra com faca e laranjas.
Tomam a fresca e riem do rapaz da bicicleta,
a campainha desatada, o aro enfeitado de laranjas:
“Eh bobagem!”

Daqui a muito progresso tecno-ilógico,
quando for impossível detectar o domingo
pelo sumo das laranjas no ar e bicicletas,
em meu país de memória e sentimento,
basta fechar os olhos:

É domingo, é domingo, é domingo.

“Para comer depois”, Adélia Prado

RESUMO

O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA EM MONTES CLAROS-MG: Nexos campo-cidade e redes tecidas a partir do Mercado Municipal e das Feiras Livres

O trabalho avaliou como agentes ligados ao terciário compõem o chamado circuito inferior da economia urbana, em Montes Claros, principal núcleo urbano da região Norte do estado de Minas Gerais. O circuito inferior da economia urbana, tal como fora definido por Milton Santos desde os anos 1970, é ainda hoje caracterizado por atividades de produção, comercialização ou serviços pouco intensos em capital, onde em geral são pouco presentes os objetos tecnológicos, marcadas por um trabalho intensivo (acionando no mais das vezes mão de obra familiar) e em geral caracterizadas como atividades simples e tradicionais da economia urbana e muito dependentes e vinculadas ao lugar. Em Montes Claros, avaliamos a expressão deste circuito inferior da economia urbana especialmente a partir do comércio de gêneros agroalimentares (in natura ou preparados) em duas diferentes formas comerciais tradicionais do município – O Mercado Municipal e duas feiras livres, localizadas nos bairros Major Prates e São José. Tais formas comerciais são, até hoje, em muito responsáveis pelo abastecimento da população, especialmente das camadas de menor poder aquisitivo (outro aspecto do circuito inferior). Assim, a pesquisa visou compreender tanto o modo como se organiza o trabalho no circuito inferior da economia, quanto as relações tecidas entre campo-cidade e entre comerciantes e produtores rurais para a comercialização de gêneros alimentícios, bem como as redes geográficas resultantes dos fluxos estabelecidas a partir do Mercado e das duas feiras avaliadas. Para isso a pesquisa buscou captar não apenas o perfil dos comerciantes que integram essas atividades, mas também o papel dos produtores rurais no circuito. Foi empregada metodologia qualitativa, combinando levantamentos bibliográficos e documentais, pesquisa de campo e aplicação de questionários com comerciantes e produtores rurais. Os resultados apontam para um forte vínculo entre os agentes do circuito inferior da economia e os espaços comerciais por eles acionados, bem como o caráter de proximidade e dependência estabelecidos com uma produção agroalimentar em muito localizada em espaços próximos (no próprio município ou adjacências). Pelas práticas tradicionais e pouco capitalizadas do circuito inferior, se estabelecem um conjunto de nexos fundamentais à economia local, com capacidade de acionar e estabelecer também redes mais vastas, que conectam a produção e agentes oriundos de espaços outros, revelando assim a sua força, até os dias atuais. Em que pese o caráter escasso de recursos materiais e a falta de atenção das políticas públicas, este circuito inferior, pelas formas comerciais avaliadas, cumpre importante função na economia urbana local, gerando trabalho e renda, bem como assistindo o consumo de estratos também pobres da população, e assim poderia, a partir de uma outra consideração do poder público, tomar importância ainda maior, fortalecendo tanto o campo próximo como as atividades do terciário em Montes Claros.

Palavras-chave: Circuito inferior da economia, Relações campo-cidade, Redes comerciais, Montes Claros-MG.

ABSTRACT

THE LOWER CIRCUIT OF THE URBAN ECONOMY IN MONTES CLAROS–MG: Links between rural and urban áreas and networks woven from the Municipal Market and Free Fairs

The study evaluated how agents linked to the tertiary sector compose what is known as the lower circuit of the urban economy in Montes Claros, the main urban center in the northern region of the state of Minas Gerais. The lower circuit of the urban economy, as defined by Milton Santos since the 1970s, is still characterized today by production, marketing, or service activities that are low in capital intensity, where technological objects are generally scarce, marked by labor-intensive work (often relying on family labor) and typically characterized as simple and traditional activities of the urban economy that are highly dependent on and tied to the local context. In Montes Claros, we assessed the expression of this lower circuit of the urban economy, particularly through the trade of agro-food products (either fresh or processed) in two different traditional commercial forms in the municipality – the Municipal Market and two open-air markets located in the Major Prates and São José neighborhoods. These commercial forms are still largely responsible for supplying the population, especially those with lower purchasing power (another aspect of the lower circuit). Thus, the research aimed to understand both how work is organized within the lower economy and the relationships woven between rural and urban areas, as well as between merchants and rural producers for the commercialization of food products, along with the geographical networks resulting from the flows established from the Market and the two assessed fairs. To achieve this, the research sought to capture not only the profile of the merchants involved in these activities but also the role of rural producers in the circuit. A qualitative methodology was employed, combining bibliographic and documentary surveys, field research, and the application of questionnaires to merchants and rural producers. The results indicate a strong link between the agents of the lower circuit of the economy and the commercial spaces they activate, as well as the proximity and dependency established with a highly localized agro-food production in nearby areas (within the municipality or its surroundings). Through the traditional and undercapitalized practices of the lower circuit, a set of fundamental connections to the local economy is established, with the capacity to trigger and establish broader networks that connect production and agents from other areas, thus revealing its strength, even to this day. Despite the scarcity of material resources and the lack of attention from public policies, this lower circuit, through the evaluated commercial forms, plays an important role in the local urban economy, generating jobs and income, as well as supporting the consumption of poorer segments of the population. Therefore, with a different consideration from the public authorities, it could gain even greater importance, strengthening both the local field and the tertiary activities in Montes Claros.

Keywords: lower circuit of the economy; rural-urban relations; commercial networks; Montes Claros/MG.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Aspecto da fachada do primeiro prédio do Mercado Municipal de Montes Claros (s/data).	56
Figura 2. Fachada e interior do Mercado Municipal de Montes Claros-MG (2024).....	59
Figura 3. Feira do bairro São José, em Montes Claros-MG (2024)	66
Figura 4. Feira do bairro Major Prates – Montes Claros-MG (2024).....	68
Figura 5. Tempo de Atividade dos Respondentes das Feiras Livres – Gráfico Geral e Gráfico de detalhamento das respostas que indicaram ser igual ou menor a 14 anos de atividade.....	80

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Quantidade de estabelecimentos industriais por setor produtivo na mesorregião do Norte de Minas (2021).....	41
Gráfico 2. Agrupamento com o agrupamento das respostas do tempo de atividade nas Feiras Livres.....	80
Gráfico 3. Porcentagem de respondentes com tempo de atividade igual ou menor a 14 anos nas Feiras Livres.....	80

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Localização do município de Montes Claros-MG	33
Mapa 2. Área de atuação da SUDENE (2024)	40
Mapa 3. Distribuição dos estabelecimentos industriais no Norte de Minas (2022)	45
Mapa 4. Mercado Municipal de Montes Claros-MG e seu entorno	57
Mapa 5. Localização das feiras do bairro São José e do bairro Major Prates em Montes Claros-MG	65
Mapa 6. Localização dos estabelecimentos rurais dos respondentes que atuam no Mercado Municipal de Montes Claros.....	109
Mapa 7. Localização dos empreendimentos rurais dos respondentes que atuam nas feiras livres de Montes Claros-MG	114
Mapa 8. Origem das mercadorias do Mercado Municipal de Montes Claros-MG: Municípios de Minas Gerais	121
Mapa 9. Origem das mercadorias do Mercado Municipal de Montes Claros-MG: Distritos de Montes Claros.....	124

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Evolução da população urbana, rural e total de Montes Claros-MG (1950-2020)...	45
Tabela 2. Funções e atividades anteriores entre os comerciantes participantes no Mercado Municipal de Montes Claros.....	82
Tabela 3. Perfil das propriedades rurais e quantidade de respondentes no Mercado Municipal de Montes Claros-MG	110
Tabela 4. Perfil das propriedades rurais e quantidade de respondentes das feiras livres de Montes Claros-MG	115
Tabela 5. Número de menções das fontes locais de mercadorias para o Mercado Municipal e distância aproximada, conforme indicação dos respondentes	122
Tabela 6. Origem de mercadorias em outras unidades da federação - Mercado Municipal de Montes Claros.....	125
Tabela 7. Número de menções das fontes locais de mercadorias para as feiras do bairro São José e Major Prates e a distância aproximada, conforme indicação dos respondentes	128

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Estabelecimentos participantes da pesquisa (respondentes dos questionários) no Mercado Municipal de Montes Claros (2023).....	76
Quadro 2. Feirantes participantes da pesquisa (respondentes dos questionários) nas feiras livres avaliadas em Montes Claros (2023)	78

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1: A CIDADE DE MONTES CLAROS COMO CENTRO REGIONAL DO NORTE DE MINAS GERAIS E O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA	26
1.1 DINÂMICAS SOCIAIS E ECONÔMICAS NO CONTEXTO DA CIDADE DE MONTES CLAROS, MINAS GERAIS	32
1.2 UMA DISCUSSÃO SOBRE A TEORIA DOS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA	47
CAPÍTULO 2: O MERCADO MUNICIPAL E AS FEIRAS LIVRES DA CIDADE DE MONTES CLAROS	54
2.1 O MERCADO MUNICIPAL DE MONTES CLAROS.....	54
<i>2.1.1 O espaço do Mercado Municipal como objeto de avaliação empírica da pesquisa.....</i>	<i>58</i>
2.2 AS FEIRAS LIVRES EM MONTES CLAROS	60
2.3 AS FEIRAS LIVRES COMO OBJETO DE INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA: A FEIRA DO BAIRRO SÃO JOSÉ E A FEIRA DO BAIRRO MAJOR PRATES	63
<i>2.3.1 A Feira do Bairro São José</i>	<i>64</i>
<i>2.3.2 A Feira do Bairro Major Prates.....</i>	<i>67</i>
2.4 FEIRAS E MERCADO MUNICIPAL: A INTEGRAÇÃO ENTRE A PRODUÇÃO AGRÍCOLA E COMÉRCIO URBANO	69
CAPÍTULO 3: O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA NO MERCADO MUNICIPAL E FEIRAS LIVRES DE MONTES CLAROS.....	71
3.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS PARA O LEVANTAMENTO EMPÍRICO	71
3.2 OS AGENTES PARTICIPANTES	74
3.3 O ACESSO AOS PONTOS COMERCIAIS	79
3.4 O TEMPO DE TRABALHO E O CIRCUITO INFERIOR COMO FONTE DE RENDA	79
3.5 O CAPITAL INVESTIDO E O PORTE DAS ATIVIDADES	83
3.6. CARACTERIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA EMPREGADA E RENDA DOS TRABALHADORES.....	86
3.7. OS MEIOS DE TRANSPORTE NOS DESLOCAMENTOS PARA O TRABALHO	91

3.8. CARACTERÍSTICAS E RELAÇÕES COM O MERCADO CONSUMIDOR.....	93
3.9. A SATISFAÇÃO DOS COMERCIANTES COM A ATIVIDADE.....	97
3.10. A LOCALIZAÇÃO COMO CONDIÇÃO PARA O TRABALHO NO CIRCUITO INFERIOR.....	99
3.11. O PODER PÚBLICO NA ÓTICA DOS COMERCIANTES DO CIRCUITO INFERIOR.....	100
CAPÍTULO 4. RECONHECENDO AS INTERAÇÕES ESPACIAIS: NEXOS CAMPO-CIDADE E AS REDES TECIDAS A PARTIR DO CIRCUITO INFERIOR.....	102
4.1 PENSANDO OS NEXOS CAMPO-CIDADE A PARTIR DO CIRCUITO INFERIOR EM MONTES CLAROS.....	102
<i>4.1.2 Reconhecendo as conexões estabelecidas com o campo próximo</i>	<i>104</i>
<i>4.1.3 Os comerciantes-produtores: aspectos da abordagem metodológica</i>	<i>107</i>
<i>4.1.4 O perfil dos produtores rurais-comerciantes que atuam no Mercado Municipal</i>	<i>108</i>
<i>4.1.5 Caracterização dos produtores rurais-comerciantes que atuam nas feiras livres</i>	<i>113</i>
4.2 AS REDES E FLUXOS ESTABELECIDOS A PARTIR DA COMERCIALIZAÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTARES PELO CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA	119
<i>4.2.1 As redes estabelecidas a partir do Mercado Municipal.....</i>	<i>120</i>
<i>4.2.2 As redes estabelecidas pelas feiras livres.....</i>	<i>126</i>
<i>4.2.3 As redes estabelecidas: A relação entre o Mercado Municipal de Montes Claros e as feiras livres da cidade</i>	<i>128</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS	137
ANEXO A. ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO – MERCADO MUNICIPAL DE MONTES CLAROS	144
ANEXO B. ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO – PESQUISA FEIRAS LIVRES	147

INTRODUÇÃO

Compreender o contexto geográfico de uma cidade vai além de analisar apenas a sua história ou seus indicadores, especialmente quando o que se deseja é definir ou capturar uma determinada situação, a partir da composição de diferentes fatores que permitem um exercício de interpretação. A situação geográfica¹ que abarca nossa preocupação de estudo é composta essencialmente pela divisão do trabalho realizada em meio ao espaço urbano, a partir das atividades de comercialização de gêneros alimentícios no município de Montes Claros, principal centro regional do Norte de Minas Gerais, situação esta, que será interpretada sobretudo pela ótica da teoria dos dois circuitos da economia urbana, elaborada por Milton Santos (2004).

Embora a maior parte da produção de gêneros alimentícios ocorra no meio rural ou em espaços agrícolas, as relações de comercialização desses gêneros aos consumidores finais se estabelecem principalmente no meio urbano. Visando atender diferentes demandas de consumo, as práticas de comercialização e os espaços a ela voltados também ocorrem de modo muito diferenciado. A partir da análise de diferentes agentes, do modo como se organizam, e das funções que desempenham no espaço da cidade, é possível compreender o comportamento e as expressões geográficas das atividades de comercialização. A comercialização de produtos agrícolas, base para a alimentação da população, estabelece necessariamente relações com o campo, sejam elas fruto de nexos estabelecidos no entorno imediato das cidades, seja com espaços distantes.

Assim, a condição de Montes Claros no sistema urbano e na rede de cidades do Norte de Minas Gerais estabelece esse tipo de relação e estrutura a divisão do trabalho predominante no contexto urbano, especialmente quando avaliamos atividades comerciais de pequena dimensão. Isso influencia as relações estabelecidas entre campo e cidade no contexto regional, que de certo modo organiza a vida de numerosas famílias que não apenas produzem e comercializam, mas também participam deste processo produtivo e de comercialização como consumidoras.

¹Silveira (1999) propõe pensarmos a ideia de situação geográfica como o resultado de um conjunto de elementos que, no lugar, criam um certo arranjo, coeso e coerente, não sem as relações resultantes de sistema territorial mais amplo. De forma sucinta, a situação geográfica “(...) é uma categoria de análise, porque permite identificar problemas a pesquisar e, desse modo, compreender os sistemas técnicos e as ações no lugar” (Silveira, 1999, p. 27).

Uma situação geográfica que envolve diretamente a análise sobre a comercialização - elemento típico de uma economia urbana - reitera a necessidade de compreender o contexto no qual se insere não apenas localmente a cidade de Montes Claros, mas como os aspectos globais e capitalistas formam as cidades, e, conseqüentemente, definem as relações estabelecidas no meio urbano. Este tipo de retomada histórica que fundamenta a análise deste trabalho se mostra importante para compreendermos as rugosidades dispostas no espaço construído, "(...) porque elas são o envoltório inerte dos instantes que marcam a evolução da sociedade global, mas, igualmente, a condição para que história se faça" (Santos, 1982, p. 42).

Pensar no Circuito Inferior da Economia Urbana a partir das principais formas comerciais tradicionais de Montes Claros vai além de compreender a técnica e justificativas formais e protocolares para a pesquisa. Ao andar por Montes Claros, a cidade exala suas tradições, manifestadas nos cheiros, nos sabores, nas cores, nos sons, na paisagem e nos encontros que se desenrolam nas feiras livres e no Mercado Municipal. Quando presenciamos a importância que esses locais assumem na vida da população, percebemos o quanto esses espaços são negligenciados pelo poder público, ainda que permaneçam resilientes frente ao tempo e ao descaso.

Para além de objetos de análise, as feiras e o mercado tornam-se expressões vivas da identidade coletiva, da luta cotidiana pela sobrevivência e da capacidade de reinvenção dos sujeitos que os constroem dia após dia. Assim, este trabalho não pretende apenas interpretar fenômenos econômicos ou estruturas comerciais, mas também lançar um olhar atento e sensível àqueles que, mesmo diante das adversidades, mantêm viva uma dinâmica urbana pulsante e essencial para a cidade.

A partir desta compreensão, analisaremos inicialmente o que fundamenta as cidades e suas relações, e, especificadamente como a origem de Montes Claros se posiciona como parte do processo que estabelece, na cidade, fortes características do chamado circuito inferior da economia urbana. Montes Claros consolidou sua posição como um importante polo regional, atraindo investimentos e migrantes de outras partes do país.

Um modelo de crescimento econômico, marcado pelas contradições próprias do país, permitiu com que a cidade ganhasse importância em termos demográficos, afirmando-se também como um centro educacional e de saúde para toda a região do Norte de Minas Gerais. Esse crescimento proporcionou condições favoráveis para que diferentes tipos de atividades econômicas se desenvolvessem e se interconectassem organicamente. Desde a modernização da agropecuária até a instalação de novas indústrias e a expansão de serviços, Montes Claros

viu emergir uma rede econômica mais diversificada ao longo do tempo. O crescimento da cidade ocorreu de forma abrangente, impulsionando uma interconexão de diferentes setores.

Além de desempenhar funções nos setores de serviços, comércio, indústria, político-administrativos, a cidade de Montes Claros mantém relações de produção e consumo que extrapolam o seu espaço físico, ou seja, alcançam toda a região norte mineira consolidando sua importância regional (França; Soares, 2007, p. 51).

No entanto, enquanto uma atividade industrial moderna surgia a partir da década de 1970, com investimentos significativos de capital a partir de infraestruturas e incentivos destinados pelo Estado (compondo e fortalecendo um circuito superior da economia), as demandas simples da população urbana que cresce significativamente, foram e ainda são, muitas vezes, supridas por agentes típicos de um circuito inferior da economia urbana.

Entretanto, o grande marco da urbanização montes-clarense é a década de 1980, quando o município atrai vários investimentos no setor produtivo, notadamente no campo industrial. O processo de industrialização, viabilizado por incentivos da SUDENE, alterou a organização espacial de Montes Claros, contribuindo para o aumento populacional, a expansão da malha urbana e o surgimento de problemas socioambientais, típicos das grandes cidades, como a violência, a falta de infraestrutura de serviços urbanos, o desemprego, a favelização, a degradação ambiental, dentre outros (Pereira, 2007, p. 136)

O estudo dos circuitos da economia urbana compreende a complexidade das interações entre a atividade econômica e o espaço geográfico, especialmente em contextos urbanos. O circuito inferior da economia urbana, embora muitas vezes negligenciado e pouco explorado, desempenha um papel crucial na economia, constituindo uma importante fonte de emprego e sustento para a população.

Segundo Santos (2004) o circuito inferior da economia, como reflexo indireto da modernização, aplica-se ao contexto de comercialização de produtos agrícolas nas formas comerciais estudadas em Montes Claros, refletindo a exclusão e seletividade causada pela diferenciação entre o circuito superior da economia, que possui maior nível de organização, faz uso de capital intensivo de tecnologia e opera a partir de grandes capitais.

Dessa forma, é necessário retomar a concepção dos circuitos da economia formulada por Milton Santos (2004), segundo a qual tanto o circuito superior quanto o circuito inferior são produtos de uma mesma modernização tecnológica, ainda que seletiva em sua aplicação. Essa modernização, ao beneficiar de forma desigual os diferentes agentes da economia, dá origem a dois circuitos que, embora contemporâneos e oriundos de um mesmo processo, apresentam distintos níveis de organização, técnica e capital.

O circuito superior está associado às atividades econômicas modernas, com elevado grau de tecnificação, ampla inserção nos mercados nacional e internacional, forte presença de

grandes monopólios e uso intensivo de trabalho qualificado. Em contraposição, o circuito inferior caracteriza-se por atividades de baixa complexidade tecnológica, com reduzido investimento de capital, rendimentos limitados e predominância de mão de obra não qualificada. A coexistência desses circuitos evidencia as desigualdades estruturais geradas pela modernização seletiva no espaço urbano.

O circuito inferior utiliza trabalho intensivo não qualificado. Tem reduzido capital, baixos rendimentos, uso de técnicas menos modernas ou consideradas obsoletas. Gera trabalho e renda aos pobres urbanos, ao mesmo tempo que atende suas demandas de consumo. A publicidade é pequena ou inexistente. O crédito é baseado em relações de reciprocidade e confiança entre comerciante e consumidor (Xavier, 2024, p. 287).

Essa dinâmica se reflete em Montes Claros, onde as atividades comerciais que são operacionalizadas no Mercado Municipal de Montes Claros e nas feiras livres ainda hoje mobilizam estratégias e técnicas tradicionais, sem grande investimento tecnológico ou publicitário, e ainda com expressões tradicionais de crédito, baseado muitas vezes na confiança entre comerciante, fornecedores e consumidores. Essas práticas garantem a geração de trabalho e renda para a população de menor poder aquisitivo, além de atender suas demandas de consumo.

A diversificação da economia de Montes Claros transformou a cidade em um polo regional de grande importância, exercendo influência não apenas no contexto do Norte de Minas Gerais, mas também em todo o estado. A cidade se consolidou como um centro urbano dinâmico, oferecendo serviços de saúde, educação e comércio para a população local e das áreas circunvizinhas. Montes Claros é hoje amplamente reconhecida não apenas por sua rica história e tradições enraizadas, mas também por desempenhar um papel proeminente no contexto socioeconômico do estado de Minas Gerais. A trajetória da cidade desde suas origens coloniais evidencia a resiliência e adaptabilidade da comunidade local, mas também revela uma interação complexa entre diversos fatores históricos, econômicos e sociais que têm influenciado sua evolução urbana ao longo dos séculos (Leite, 2003; França, 2007; Pereira, 2007; Pereira; Lessa, 2009).

A cidade guarda elementos que são prontamente reconhecidos como símbolos de sua cultura, tradições e pilares essenciais para o tecido social e econômico da localidade. Ainda que com intensas transformações nas últimas décadas, a cidade foi capaz de estabelecer forte conexão entre a comunidade e as necessidades econômicas trazidas pela intensa urbanização e os elementos econômicos capitalistas, demográficos e sociais. Dentre tais elementos, destacamos duas formas comerciais que se mantêm com força e dinamismo na cidade - o Mercado Municipal de Montes Claros e as feiras livres.

Essas formas comerciais são marcos que unem o histórico urbano da cidade, com os aspectos de identidade local. É a partir destas formas comerciais que são observadas não apenas as tradições e o sentimento de pertencimento, mas estes espaços garantem a principal forma de sustento e únicos elos entre os nichos sociais e fonte de renda para quem está incluso nesses contextos. Embora cruciais para as tradições, esses espaços não são apenas locais de encontro, nem meramente locais de diferentes transações comerciais. Eles configuram-se como vias principais para a dignidade e subsistência dos agentes que compõem esses contextos urbanos.

A comercialização de produtos agrícolas no Mercado Municipal e nas feiras livres da cidade desempenha um papel organizador e de vitalidade de parte da sociedade não apenas pela empregabilidade e fonte de renda, mas pela importância da atividade, já que são responsáveis pela produção e abastecimento de alimentos, sustentando parte substancial da economia local. O circuito inferior analisado por esta pesquisa tem um comportamento vital para provisão de serviços essenciais, na produção de alimentos e abastecimento da população, demonstrando a complexidade e a interdependência dos diferentes estratos econômicos urbanos.

A pobreza vivenciada pelos agentes que integram o circuito inferior da economia, configuram um mercado formado a partir das desigualdades e contradições próprias das cidades capitalistas dos países pobres. Para análise das atividades comerciais, é necessário compreender a sociabilidade e as situações dispostas no desenvolvimento das relações no tecido social, e cada particularidade a partir da vida urbana, com sujeitos que elevam o “fazer a sociedade” (Ribeiro, 2006, p. 415) com as condições para eles dispostas, como “estratégias e táticas de sobrevivência, com apoio em metodologias comprometidas com as identidades sociais, os valores culturais e, especialmente, com o reconhecimento da plenitude do Outro” (Ribeiro, 2006, p. 415). Nesta via, é importante acolher a leitura social e econômica abarcada pela ideia do Mercado Socialmente Necessário, elaborada por Ana Clara Torres Ribeiro (2005):

Talvez, na atualidade, estes espaços sejam as territorialidades da resistência, formadas no cotidiano, sob os mandamentos do senso comum. Para estes mandamentos, o trabalhador e o pai de família têm valor. A banalidade constitui, não raramente, a única barreira ao excesso de artificialismo e de manipulação do mundo. A reiteração de valores, fazendo aflorar a ação espontânea, constitui uma aposta, mesmo que difusa, na territorialização de direitos e, também, um dos sintomas mais nítidos dos limites da integração permitida pela última modernidade, tão pródiga na produção do desejo de consumo excepcional. É a ação espontânea – organizada pela reiteração de valores – que, com frequência, sustenta lutas de apropriação do território, numa conjuntura econômica em que os fluxos tentam, sem jamais consegui-lo, se impor sobre os fixos (Ribeiro, 2005, p. 12462).

Com esta denominação, evitamos permitir que a concepção hegemônica de mercado apresente-se como a única versão possível das trocas econômicas. Evitamos, ainda, entrar em confrontos inúteis com os defensores do mercado (Ribeiro, 2005, p. 12468).

As atividades comerciais realizadas no Mercado e nas Feiras Livres contém características do circuito inferior e do chamado Mercado Socialmente Necessário, revelando sua importância social, política e econômica para o lugar. Isso estabelece relações entre o intuito simbólico e o material, de valores outros endereçados à sociedade (Ribeiro, 2005). A ótica do Mercado Socialmente Necessário sob o circuito inferior da economia urbana ressalta a importância da compreensão dos circuitos da economia para a análise das dinâmicas socioeconômicas locais e regionais.

No contexto específico de Montes Claros, o circuito inferior da economia urbana se fundamenta principalmente nas atividades presentes na interação das formas comerciais do Mercado Municipal e das feiras livres com a produção agrícola do Norte de Minas Gerais, constituindo-se como espaços cruciais de interação entre as funções estabelecidas entre a cidade e o campo. A crescente modernização das atividades, tanto no contexto rural quanto urbano, configuram a forma como se estabelecem as ações sociais para o desenvolvimento das suas atividades econômicas e produtivas, bem como para a manutenção de suas formas de vida. Assim, a ideia de Mercado Socialmente Necessário, nas palavras de Ana Clara Torres Ribeiro:

(...) corresponde às formas sociais sobreviventes das sucessivas modernizações e às formas mais modernas que tiveram, historicamente, a capacidade de interagir com práticas ancestrais, como aquelas produções e comércios em que a negociação predomina sobre a conquista e a destruição do Outro. Existe, portanto, uma vida de relações, resistente e tenaz, que se opõe à abstração exigida pela operação sistêmica da concepção hegemônica de mercado (Ribeiro, 2005, p. 12468).

Esta pesquisa busca compreender as relações entre a produção agrícola familiar e os espaços que compõem o circuito inferior da economia urbana de Montes Claros, com ênfase no Mercado Municipal e nas feiras livres da cidade. A partir da identificação dos agentes que atuam nesses espaços, pretende-se analisar como tais formas comerciais constituem elos entre o campo e a cidade, possibilitando uma aproximação entre a oferta e o consumo de gêneros alimentícios. A escolha por investigar esses ambientes justifica-se pela relevância que assumem no cotidiano urbano e rural, ao servirem como pontos de encontro entre produtores, comerciantes e consumidores, articulando redes de saberes, tradicionalidade e atuando também como redes de circulação de mercadorias.

A pesquisa fundamenta-se no objetivo de identificar e analisar os principais agentes envolvidos no circuito inferior da economia urbana de Montes Claros e suas conexões com a produção agrícola familiar da região norte-mineira. Para alcançar tal finalidade, buscou-se caracterizar os sujeitos que atuam no Mercado Municipal e nas principais feiras livres da cidade, compreender as formas de articulação entre esses espaços e o meio rural, bem como cartografar

os fluxos estabelecidos entre eles. Espera-se, com isso, oferecer subsídios ao planejamento de políticas públicas que reconheçam a importância dessas práticas comerciais e fortaleçam a rede formada entre o mercado, as feiras e as comunidades de produtores rurais do entorno.

Partindo da premissa de que o Mercado Municipal e as feiras livres de Montes Claros constituem espaços vitais de interação entre a cidade e o campo, a hipótese desta pesquisa é que essas formas comerciais possibilitam a criação de nexos diretos entre a oferta e o consumo de gêneros alimentícios, contribuindo para uma conexão significativa entre a economia urbana e a produção agrícola camponesa/familiar.

A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, envolvendo diferentes etapas metodológicas para a coleta e análise de dados. Para Gerhardt e Silveira (2009, p. 32), “(...) a pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. A coleta e análise de dados que sustentou a análise empírica baseou-se em pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, aplicação de questionários e observações de campo.

A pesquisa bibliográfica contou com o levantamento de referências teóricas e também temática, acessíveis em livros, artigos e plataformas digitais. Fontes como repositórios institucionais de universidades, páginas oficiais, arquivos municipais e bibliotecas públicas foram consultadas. Uma pesquisa documental complementou a investigação, buscando fontes diversas, como estatísticas, jornais, relatórios e documentos oficiais, além de arquivo da cidade de Montes Claros.

Para compreender o perfil dos agentes ligados ao circuito inferior da economia, foram aplicados questionários² com o objetivo de levantar dados que permitissem captar as características de comerciantes e produtores rurais que fornecem produtos ao mercado e feiras avaliadas. Os dados coletados foram avaliados e organizados em tópicos voltados à compreensão/caracterização do local de comercialização, administração do estabelecimento, caracterização e origem de mercadorias, mão de obra, mercado consumidor e relação com o poder público. Além disso, foram elaborados questionários específicos para produtores rurais que atuam como comerciantes, visando compreender sua produção, perfil e interação com o mercado.

Os dados coletados também permitiram identificar os fluxos entre diferentes localidades e as interações entre o campo e a cidade, especialmente no que diz respeito à produção e à

²Os questionários estão presentes nos anexos desse trabalho.

comercialização de produtos da agricultura familiar do Norte de Minas Gerais. Foram realizados mapeamento das áreas de origem dos gêneros comercializados via circuito inferior, utilizando o software *QGIS*, tal como apresentamos nos capítulos da dissertação.

CAPÍTULO 1: A CIDADE DE MONTES CLAROS COMO CENTRO REGIONAL DO NORTE DE MINAS GERAIS E O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA URBANA

O espaço geográfico reflete as consequências das alterações causadas pelas atividades de seus diferentes, afetando sua estrutura e os elementos que o compõem. A transformação territorial resulta das ações sociais, impulsionadas pelas demandas dos diferentes agentes sociais inseridos em um determinado contexto. Em uma sociedade capitalista, tais ações decorrem das dinâmicas do sistema econômico vigente e das necessidades por ele geradas, exercendo um impacto significativo sobre o espaço.

Ao contemplar a influência das atividades humanas no espaço geográfico, é importante a compreensão do espaço como um "*locus*" da produção e do consumo, conforme afirmado por Lefebvre (1999), que embasa o pensamento de Santos (1994) ao argumentar que o espaço não se limita a ser um cenário passivo, mas sim, um ambiente ativo onde ocorrem processos de produção que (re)configuram e (re)produzem a realidade socioeconômica. A cidade emerge como uma expressão intrínseca desse fenômeno, sendo um espaço complexo e dinâmico que reflete as relações entre os indivíduos, suas atividades produtivas e as transformações socioespaciais.

A análise do espaço como local de produção, aliada à compreensão da cidade como um resultado espacial e territorial que traduz essas dinâmicas, revela-se crucial para a compreensão abrangente das interações entre sociedade, economia e território. Santos (1994, p. 114) reitera essa concepção esclarecendo que:

Quanto mais os territórios são cortados por estradas, tanto mais a produção e os homens se concentram em poucos lugares. A cidade é um grande meio de produção material e imaterial, lugar de consumo, nó de comunicação. Por isso o entendimento do processo global de produção não se contenta com a mera economia política, nem se basta com a Economia Política da Urbanização, exigindo uma Economia Política da Cidade (Santos, 1994, p. 114).

A cidade se caracteriza como o epicentro das atividades produtivas e da reprodução social, distinguindo-se da mera concepção de um aglomerado físico de estruturas habitacionais ou produtivas. Mais do que isso, configura-se como um espaço onde as forças econômicas moldam a estrutura urbana, influenciando desde a distribuição espacial das atividades produtivas até as dinâmicas sociais que permeiam seus territórios. A concepção da cidade não pode ser desvinculada da noção de urbanização, que, por sua vez, transcende a simples

expansão física das áreas urbanas, representando um processo multifacetado que incorpora transformações econômicas, sociais e culturais.

Essa perspectiva enfatiza a complexidade das interações entre o espaço geográfico, as dinâmicas econômicas e as estruturas urbanas, oferecendo uma compreensão mais detalhada das transformações que configuram o espaço urbano. A cidade emerge como um organismo dinâmico, no qual as forças econômicas não apenas modelam a paisagem física, mas também influenciam a configuração social que caracteriza o ambiente urbano. A análise da urbanização das cidades se torna, portanto, essencial para entender o impacto do “fenômeno urbano” e suas complexidades na formação das estruturas espaciais que estruturam a sociedade.

Ao discutir o caso de Montes Claros, é necessário considerar, além de sua trajetória histórica, as características específicas de sua configuração atual. Para tanto, é imprescindível compreender como o processo de sua formação se insere nos fenômenos históricos que marcaram o desenvolvimento das cidades brasileiras. Ou seja, a constituição da forma urbana de Montes Claros, tal como se apresenta atualmente, deve ser entendida a partir do contexto mais amplo da urbanização no Brasil.

Montes Claros, a princípio denominada como Arraial das Formigas, teve suas origens ligadas à chegada de bandeirantes e mineradores em busca de ouro e pedras preciosas. O nome atribuído ao local deve-se à abundância de formigas encontradas na região. Com o tempo, o arraial expandiu-se e tornou-se um ponto estratégico de passagem para expedições que se dirigiam ao interior de Minas Gerais. O Arraial das Formigas foi elevado à categoria de vila em 1831 e, em 1857, à condição de cidade, passando a se chamar Montes Claros (Prefeitura de Montes Claros, 2025).

Embora o processo de formação das cidades brasileiras remonte ao período colonial, com características que em alguns casos ainda influenciam a configuração urbana contemporânea, foi somente no final do século XIX, com os primeiros sinais de industrialização, que as cidades começaram a adquirir as características urbanas que hoje reconhecemos no Brasil (Santos, 2004).

Esse fenômeno de industrialização se intensificou a partir de meados do século XX, à medida que o mercado interno crescia e as ligações econômicas e políticas com países centrais do sistema capitalista se fortaleciam. Trata-se, portanto, de uma industrialização tardia, que, ao mesmo tempo, redefiniu rapidamente o contexto da urbanização e da consolidação do espaço urbano no país.

A industrialização tardia no Brasil desempenhou um papel fundamental nesse processo. Inserida em um contexto econômico e tecnológico específico, ela impulsionou a urbanização,

à medida que novas fábricas e centros industriais surgiam em áreas urbanas em expansão. Esse desenvolvimento industrial não apenas transformou o perfil econômico das cidades, diversificando suas bases produtivas, mas também intensificou desafios sociais e ambientais diversos. Dessa forma, o fenômeno da urbanização no Brasil não pode ser compreendido sem considerar a inter-relação entre industrialização tardia e os desafios sociais e ambientais decorrentes da rápida expansão urbana.

É desse modo que:

(...) o termo industrialização pode ser tomado, aqui, em seu sentido estrito, isto é, como criação de atividades industriais nos lugares, mas em sua mais ampla significação, como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia-se terciarização) e ativa o próprio processo de urbanização. Essa nova base econômica ultrapassa o nível regional, para situar-se na escala do País; por isso a partir daí uma urbanização cada vez mais envolvente e mais presente no território dá-se com o crescimento demográfico sustentado das cidades médias e maiores incluídas, naturalmente, as capitais de estados (Santos, 1993, p. 27)

Com o ritmo acelerado do processo de urbanização, as mudanças não se restringiram apenas à disposição da população, migrando do campo para as cidades, mas também modificaram as condições produtivas e econômicas no interior das cidades, corroborando para a emergência de um modo de vida urbano. Assim, as cidades se tornaram os principais espaços responsáveis pelas transformações da sociedade e da economia no Brasil (Deák; Schiffer, 2004).

A concentração de atividades produtivas nas grandes cidades e a desigualdade socioespacial resultante do acelerado e desordenado processo de urbanização brasileira, associado à industrialização e à falta de articulação no planejamento territorial, contribuíram para a formação de áreas densamente urbanizadas com condições socioeconômicas precárias. Essas condições envolveram desde dificuldades no acesso à alimentação, emprego e renda até problemas relacionados à saúde e habitação.

Por meio de estratégias de desconcentração voltadas para a mitigação das disparidades regionais, o Brasil implementou políticas de desenvolvimento regional e concessões fiscais com o objetivo de promover a integração e a expansão das atividades econômicas para o interior do país. Essas medidas buscavam induzir melhorias na infraestrutura, nos serviços básicos, na mobilidade e na acessibilidade aos serviços públicos. Um dos principais mecanismos adotados nessas políticas foi o incentivo fiscal e territorial para a instalação de indústrias e a criação de novos eixos de desenvolvimento em áreas além dos grandes centros urbanos.

Como observado por Costa (2002, p. 163) “a crescente internacionalização da economia e o aumento da competitividade deram lugar a um novo quadro de relações, onde as cidades médias desempenharam papéis distintos dos anteriores”, ressaltando a influência da globalização, industrialização, competitividade e consequente urbanização no surgimento das cidades médias, que anteriormente eram vistas como meros centros locais, mas agora emergem como atores cruciais no panorama econômico e social.

A indústria, portanto, responde cada vez menos às necessidades de criação de emprego. Quanto à agricultura, ela também vê diminuir seus efetivos, ou porque é atrasada ou porque está se modernizando. Essa é uma das explicações do êxodo rural e da urbanização terciária; nas cidades dos países subdesenvolvidos, o mercado de trabalho deteriora-se e uma porcentagem elevada de pessoas não tem atividades nem rendas permanentes (Santos, 2004, p. 37).

Com a expansão das atividades industriais e comerciais, surgiram novos polos que adquiriram características de cidades médias. Muitas dessas cidades, anteriormente localizadas em regiões predominantemente rurais, passaram por um rápido crescimento populacional e econômico, impulsionado pela chegada de investimentos e pela demanda por mão de obra. Como resposta a essa expansão, a infraestrutura urbana foi ampliada para atender às necessidades geradas pelo aumento populacional e pelo crescimento das atividades econômicas, consolidando o papel dessas cidades como importantes centros na rede urbana do país.

A crescente interligação entre os mercados levou as cidades médias a desempenharem uma gama diversificada de funções, desde centros de inovação e serviços até polos logísticos e industriais especializados. Essa evolução paradigmática resultou, ao longo das décadas, em mudanças graduais na abordagem do planejamento urbano, reconhecendo a capacidade dessas cidades de catalisar o crescimento econômico e reduzir as disparidades regionais.

Com as implicações da crise de 1929 e seus impactos sobre as exportações primárias, e na medida em que o Brasil conhece o fortalecimento das atividades industriais e da urbanização, a partir dos anos 1930, um conjunto de políticas de planejamento territorial começam a ser implementadas em diferentes governos (Vargas e Kubitschek). Tal preocupação se instala de modo expressivo durante os governos ditatoriais militares, a partir de 1964, onde ganham força estratégias nacionais de desenvolvimento, visando a instalação de setores industriais estratégicos e de infraestrutura territorial.

Dentre as políticas definidas pelos governos militares, destacam-se os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND I e PND II), que visavam orientar o desenvolvimento econômico e social em nível nacional (Salles Filho, 2009); a Política de Desenvolvimento Urbano e Regional (PDUR), iniciada no final da década de 1970, voltada para promover um crescimento mais

equilibrado entre as regiões urbanas e rurais (Faria, 2011); e o Programa Cidades de Porte Médio (PCPM), lançado em 1976 (Nunes, 2020), focado especificamente no fortalecimento de centros urbanos intermediários, ou seja, cidades capazes de desempenhar funções regionais em diferentes porções do país.

Essas iniciativas refletem um esforço coordenado para aproveitar o potencial das cidades médias como motores de crescimento econômico e como instrumentos para reduzir as desigualdades regionais. De acordo com Pontes (2013, p. 18), a desconcentração socioeconômica do território, viabilizada por intervenções estatais, operaria através "do financiamento de equipamentos e obras de infraestrutura urbana que viessem suprir os municípios integrantes do programa, das condições necessárias ao desenvolvimento como polos de crescimento".

Essas novas áreas de crescimento, frequentemente situadas em pontos estratégicos devido a questões logísticas e de transporte, tornaram-se importantes centros regionais, absorvendo uma parcela significativa da população migrante em busca de oportunidades de emprego e melhores condições de vida. A partir desse processo, a emergência e o fortalecimento das cidades médias desempenharam um papel crucial no ordenamento territorial brasileiro, representando uma alternativa para a desconcentração econômica e social e contribuindo para a redistribuição de oportunidades pelo país.

Entretanto, é importante destacar que, dentro da estrutura governamental do país, obstáculos persistentes impediram que a desconcentração fosse efetiva em todo o território. Isso ocorreu porque, em vez de promover uma distribuição equilibrada do desenvolvimento, o processo resultou na transferência de focos de poder econômico, político e produtivo, criando, simultaneamente, novas centralidades e novas disparidades. A principal crítica ao modelo de desconcentração brasileiro é a percepção de que, apesar das tentativas de descentralização, os recursos permaneceram polarizados em determinadas regiões, em detrimento de outras que continuaram marginalizadas.

Embora essa estratégia tenha potencial para promover um desenvolvimento regional de certo modo equilibrado, os grandes centros urbanos beneficiaram-se de investimentos massivos em infraestrutura, educação e serviços, atraindo mão de obra e crescimento demográfico significativo³. O estudo para o reordenamento territorial, e as ações que seguem a isso, buscou

³A nova divisão do trabalho industrial, por exemplo, é acompanhada de uma nova repartição geográfica. Em ramos como metalúrgica, mecânica, material elétrico e comunicação, transportes, papel e papelão, indústria química e produtos de materiais plásticos, a maior concentração dos estabelecimentos é, ainda, na região Sudeste, seguida pela região Sul. A indústria da madeira revela sua mais forte presença nas regiões Sul e Norte, seguidas pelo Sudeste, enquanto o setor farmacêutico e veterinário localiza-se, sobretudo, no Sudeste e no Nordeste.

e gerou modificações que propiciaram às cidades médias uma nova configuração, como novos polos de desenvolvimento em regiões periféricas (Soares; Melo, 2010).

Por um lado, busca-se apresentar o contexto das transformações que envolvem os papéis desempenhados pelas cidades médias no âmbito da divisão territorial do trabalho, em que se observa não apenas a intensificação das relações econômicas, mas também a ampliação das escalas em que elas transcorrem, principalmente a partir do período que marca a transição do sistema de produção fordista para aquele chamado por alguns pesquisadores de acumulação flexível. Por outro lado, deve-se problematizar que diante da diversidade inerente às cidades da rede urbana brasileira, bem como do reconhecimento de grupos de cidades com diferentes portes e papéis, ainda que se considerem os processos gerais responsáveis pela produção do espaço urbano, há uma multiplicidade de relações mutantes no tempo e no espaço que consubstanciam as particularidades dos espaços urbano e regional de uma cidade (Batella, 2019, p. 206).

A consolidação das cidades médias, como centros urbanos intermediários, realizando mediações entre as metrópoles e os municípios de menor porte, insere-se em um contexto que remonta, portanto, ao próprio processo de urbanização do território brasileiro. Essas localidades, frequentemente posicionadas em regiões estratégicas do país, passaram a assumir um papel de destaque como polos regionais de atividades econômicas, comerciais e de serviços. A partir de tal processo, Sposito (2001, p. 627) reconhece que “a condição de cidade média está diretamente associada a uma situação geográfica favorável, seja do ponto de vista da facilidade de circulação, seja pela proximidade de recursos etc., ainda que haja peculiaridades em cada uma dessas situações”.

Paralelamente, a desconcentração industrial, respaldada por políticas de desenvolvimento regional e incentivos fiscais estabelecidos pelo Estado, exerceu um impacto substancial no surgimento e fortalecimento das cidades médias no Brasil. Esses núcleos urbanos intermediários foram estruturados como alternativas viáveis para a descentralização das atividades econômicas, oferecendo um conjunto diversificado de serviços educacionais, assistenciais e recreativos às populações locais. A ascensão das cidades médias reflete a dinâmica complexa e multifacetada dos processos de urbanização e desenvolvimento territorial no Brasil. Esses centros urbanos desempenham um papel fundamental na configuração da rede

Considerando-se o total dos grandes estabelecimentos do país entre 1970 e 1994, o Sul aumentou sua participação relativa nos gêneros de papel e papelão, mecânica, material elétrico e comunicação, transportes, madeira e produtos de materiais plásticos. Evidenciando a reorganização industrial na Região Concentrada, os Estados sulinos e o interior do Estado de São Paulo ganham com a emigração de estabelecimentos da Região Metropolitana de São Paulo, com a criação de novas indústrias e, paralelamente, com a concentração-dispersão do valor da transformação industrial. A automação industrial é, outrossim, responsável pela queda do emprego industrial, sobretudo nas indústrias que nascem modernas nessas "fronteiras internas" da área core do país. Por outra parte, as fronteiras agropecuárias modernas do Centro-Oeste tornam-se agora novas fronteiras industriais, "externas" à Região Concentrada, e abrigam um número pequeno de poderosas indústrias (Santos; Silveira, 2008, p. 108).

de cidades e no ordenamento do território, contribuindo para a diversificação econômica e para a redução das disparidades regionais.

As cidades médias constituem “nós” da rede urbana e servem a sua área de influência como pontos de prestação de serviços em escala regional. Seu tamanho populacional e área de atuação variam segundo características geográficas das regiões onde estão inseridas (Castello Branco, 2007, p. 90).

O contexto das cidades médias e de suas funções econômicas no sistema urbano e na rede de cidades no país fora amplamente avaliado por um conjunto numeroso de estudos. No entanto, são escassos os trabalhos que avaliam como um terciário (comércio e serviços) típicos do circuito inferior da economia se estabelece no contexto de tais cidades, tendo em vista que os estudos sobre os circuitos da economia urbana em sua maioria foram voltados aos espaços metropolitanos⁴.

Assim, a condição de cidade média e as especificidades do circuito inferior da economia urbana, portanto, nos oferecem possibilidades de explorar uma situação de certo modo ainda pouco avaliada no país. Tais aspectos serão, portanto, trabalhados em nossa pesquisa, avaliando as especificidades do circuito inferior da economia em Montes Claros, principal cidade média do Norte de Minas Gerais.

1.1 Dinâmicas sociais e econômicas no contexto da cidade de Montes Claros, Minas Gerais

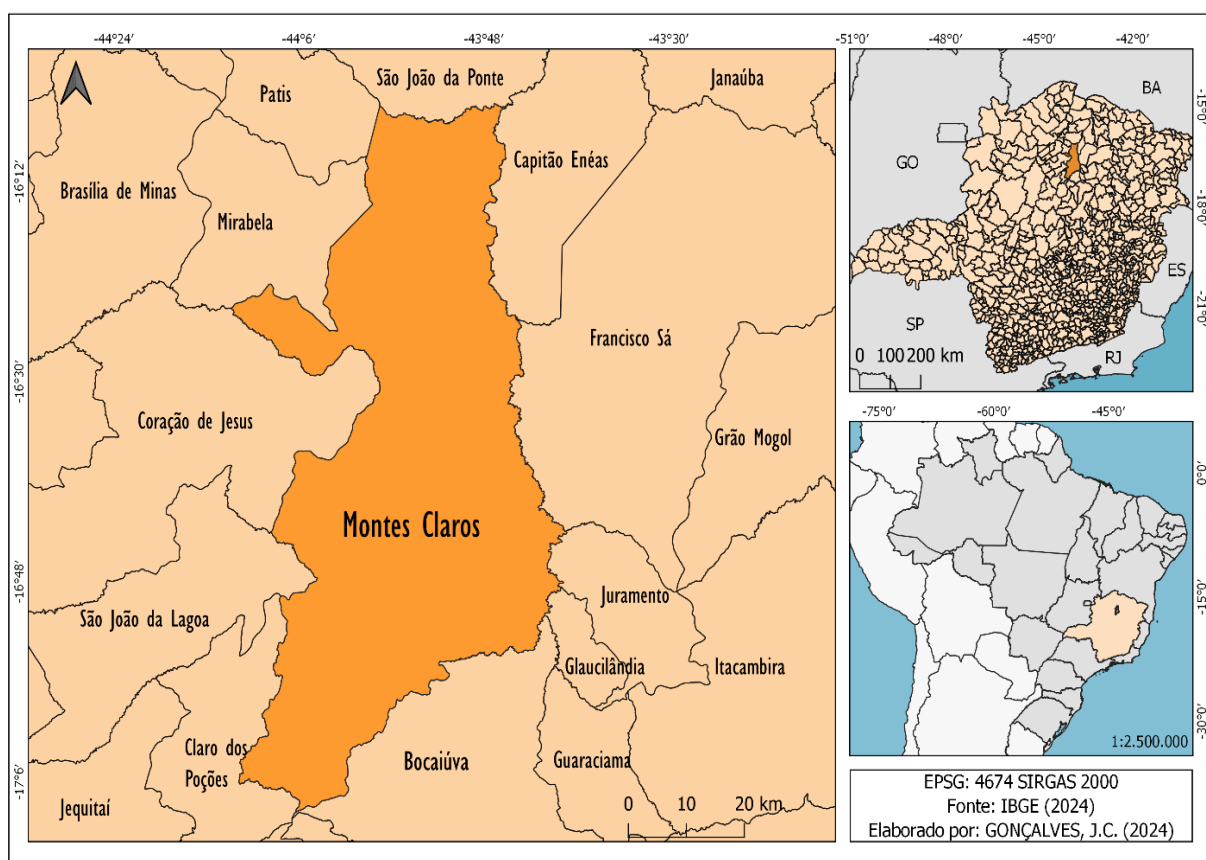
Historicamente o espaço que hoje corresponde ao estado de Minas Gerais desempenhou um papel crucial para o Brasil, especialmente durante o período colonial, em função da mineração de ouro, devido o interesse econômico pela exploração dos seus recursos. Todavia, foi a partir do século XX, com a progressiva diversificação da economia mineira – quando deixou de depender exclusivamente da mineração e passou a abranger novos setores como a agropecuária, a indústria e serviços – que novos centros urbanos se afirmam em diversas regiões do estado, dando novos contornos ao processo de urbanização (com afirmação de Belo

⁴Silveira (2009, 2015) nos oferece um conjunto de diferentes estudos sobre o circuito inferior da economia no contexto da metrópole de São Paulo. Montenegro (2012) avaliou em espaços metropolitanos o circuito inferior em diferentes contextos regionais do Brasil. Pereira (2009, 2011), avaliou aspectos do circuito inferior da economia nas capitais amazônicas de Porto Velho-RO e Rio Branco-AC, bem como a situação do município de Cruzeiro do Sul, núcleo intermediário do interior do Acre. Ainda que crescentes, os estudos sobre o circuito inferior da economia em centros intermediários são muito menos numerosos, e foram realizados, por exemplo, por Oliveira (2010), estudando a cidade de Londrina-PR, por Pereira e Coelho (2011), avaliando a situação de Uberlândia, por Reis (2016), avaliando Parauapebas-PA, dentre outros. Um estudo sobre as especificidades do circuito inferior em cidades locais fora realizado por Roma (2016).

Horizonte como metrópole e de importantes cidades intermediárias), e assistindo um processo de diversificação econômica e produtiva.

Montes Claros, cidade localizada na região Norte do estado de Minas Gerais, possui atualmente as características de uma cidade média, desempenhando a função de centro de intermediação entre diferentes escalas urbanas, onde a sua posição estratégica e a predominância de agentes locais em sua estrutura econômica, permitem caracterizá-la como um ponto de convergência e integração na rede urbana da região.

Mapa 1. Localização do município de Montes Claros-MG



A localização geográfica de Minas Gerais, combinada com a construção de ferrovias e rodovias, foi um fator determinante para a integração não apenas dentro do estado, mas também com outras regiões do Brasil. As principais cidades mineiras, como Montes Claros, se beneficiaram diretamente dessa infraestrutura, o que possibilitou o crescimento econômico e o fortalecimento de seu comércio e serviços. Além disso, as políticas de desenvolvimento regional, com incentivos fiscais tanto a nível estadual quanto federal, contribuíram para a descentralização do crescimento, promovendo o desenvolvimento de regiões além da capital, como o Norte de Minas Gerais.

a chave para o crescimento e modernização urbana e regional foi o desenvolvimento do sistema de transportes, que favoreceu o acesso aos mercados urbanos. Somou-se a este fato a expansão capitalista encaminhada, sobretudo, pelas políticas de incentivo, subsídios e investimentos, que acelerou a utilização do trabalho assalariado não só nas cidades, mas, também, no campo, contribuiu para o crescimento do mercado interno e para o processo de urbanização... O acelerado processo de urbanização, na segunda metade do século XX, colocou Montes Claros como polarizador da vida econômica, política e cultural local e regional, assumindo um papel de comando na organização do espaço Norte Mineiro (Carneiro, 2002, p. 39).

Compreender Montes Claros como uma cidade média e principal núcleo de articulação do território no Norte de Minas Gerais é um ponto de partida para a compreensão das relações estabelecidas a partir de e para a cidade, incluindo especialmente, as relações econômicas e produtivas que agem como motores para o seu crescimento e, quiçá, desenvolvimento. Entretanto, para que qualquer análise seja feita, é importante remontar o histórico do município, compreendendo a relação que a cidade possui com o contexto econômico presente no estado de Minas Gerais.

A origem de Montes Claros remonta ao final do século XVII e início do século XVIII, período em que a região começou a ser desbravada por bandeirantes e exploradores movidos pelo interesse econômico, sobretudo pela busca de riquezas naturais, como ouro e outras matérias-primas. Esse processo de ocupação inicial não esteve pautado em um projeto de desenvolvimento regional, mas sim na lógica do acúmulo individual de riquezas. Tal motivação foi determinante para o povoamento da área e para os fluxos migratórios subsequentes, os quais culminaram na ocupação do território e na formação de núcleos populacionais que passaram a abrigar diversas atividades econômicas (Reis, 2011).

O processo de urbanização da região se constituiu principalmente por se estabelecer geograficamente como um local estratégico no Norte de Minas Gerais para o comércio e a pecuária, com uma localização próxima às rotas comerciais e interligando importantes centros econômicos estaduais e nacionais. A área onde hoje se situa o município foi ponto de passagem de migrantes entre o litoral e o interior do país.

No Norte de Minas, a industrialização estimulou os fluxos migratórios campo-cidade. A distribuição da indústria ocorreu de forma desigual, o que gerou uma urbanização também desigual. Uma das repercussões dessa urbanização foi a acentuação das desigualdades intra-regionais: Montes Claros concentra a maior parte dos investimentos industriais e um setor terciário diversificado. Essas informações são relevantes para o entendimento do fato do crescimento urbano ter sido mais intenso nas cidades que possuem uma industrialização ainda que incipiente, sem desconsiderar a influência de outros fatores como as mudanças na legislação rural, a emergência de uma sociedade de consumo e o significado da cidade, enquanto representação do moderno. As cidades de Montes Claros, Janaúba, Pirapora, Bocaiúva, Januária, Várzea da Palma, Taiobeiras, Salinas, Buritizeiro e São Francisco constituem as principais concentrações urbanas da região. Assim, atividades

tipicamente urbanas se concentram em determinados municípios, enquanto outros, principalmente municípios emancipados na década de 1990, permanecem praticamente estagnados e com uma economia ligada a atividades agropecuárias. (Pereira; Soares, 2005, p. 11763).

A ocupação do que mais tarde seria o município de Montes Claros iniciou-se no século XVII com expedições exploratórias em busca de riquezas. Dentre elas, destaca-se a Bandeira de Fernão Dias Pais, que percorreu o Norte da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro em busca de esmeraldas. Antônio Gonçalves Figueira, integrante da expedição, abandonou a jornada e, posteriormente, retornou à região com Matias Cardoso, tornando-se um dos primeiros colonizadores. Ambos estabeleceram fazendas e contribuíram para o povoamento do sertão mineiro. Gonçalves Figueira obteve, por alvará de 1707, a sesmaria que deu origem à Fazenda Montes Claros, localizada às margens do Rio Verde. A localização destas fazendas foram as responsáveis iniciais para a estruturação de vias para diferentes regiões (Prefeitura de Montes Claros, 2025).

Buscando explorar a região sertaneja, o então proprietário conquistou um alvará de uma sesmaria de uma légua de largura e três de comprimento e, através do trabalho escravo negro e indígena, inseriu a agricultura e a pecuária na região, estabelecendo o início de um povoamento que fundamentou a cidade (Oda, 2010). Visando expandir o comércio de gado, Gonçalves Figueira construiu estradas que conectavam a fazenda a importantes rotas comerciais, como em Tranqueiras, o estado da Bahia, e o Rio São Francisco, consolidando a região como um polo pecuário (Prefeitura de Montes Claros, 2025).

A fazenda se desenvolveu, e “Formigas foi o segundo povoado da Fazenda Montes Claros” (Prefeitura de Montes Claros, 2025). Esse desenvolvimento impulsionou a formação do Arraial das Formigas, núcleo populacional que se expandiu ao redor da capela erguida por José Lopes de Carvalho. Com o passar do tempo, o arraial recebeu diferentes denominações, como Arraial de Nossa Senhora da Conceição e São José de Formigas e Vila de Montes Claros de Formigas, até se tornar a cidade de Montes Claros. O município consolidou-se como um importante centro comercial, influenciado pelo desenvolvimento da pecuária e pela articulação de rotas comerciais que favoreceram sua economia e expansão populacional (Prefeitura de Montes Claros, 2025).

Montes Claros é um exemplo de cidade que teve seu surgimento viabilizado pelo comércio na fazenda das Formigas, assim como pelo desenvolvimento da agricultura e da pecuária. A fazenda Formigas corresponde, atualmente, na cidade às intermediações da Praça da Matriz, região onde passava o rio Vieira e local onde a cidade se originou e que hoje constitui seu núcleo central. O comércio nessa área foi uma atividade econômica importante que motivou o crescimento interno de Montes Claros e relações econômicas com cidades vizinhas (França, 2007, p. 111).

Todavia, o crescimento urbano do município ganhou maior expressão a partir do século XX, impulsionado pela implementação de políticas de desenvolvimento regional, industrialização e desconcentração produtiva e econômica do território.

a história de Montes Claros deve ser dividida em três partes principais: a 1ª vai até a inauguração da estação ferroviária, em 1º de setembro de 1926; como ponta de trilhos, Montes Claros tomou, a partir daquela data, extraordinário impulso, passando a funcionar como verdadeiro centro da importante região. Essa segunda fase prolongou-se até a instalação da SUDENE que, a princípio, não despertou o interesse dos mineiros; mas, em seguida, criou, em Montes Claros, legítimo polo de convergência de todos os municípios do Norte de Minas. A transformação que, desde então, se operou, em Montes Claros, foi qualquer coisa de impressionante. Hoje, Montes Claros atravessa sua fase de maior desenvolvimento, como grande centro industrial e comercial (Barbosa, 1995, p. 210).

O principal estágio da história a ser analisado neste trabalho é a inclusão da região na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)⁵ no fim da década de 1950. Santos e Souto (2020) sustentam que o planejamento e implementação de incentivos e investimentos para a instalação de indústrias e da infraestrutura necessária para o desenvolvimento industrial, constituem o principal marco para a transformação econômica da região.

Marcada por desigualdades socioeconômicas, e mesmo no que se refere às condições ambientais do Norte de Minas Gerais, a região foi incluída como espaço atendido pela Sudene em 1959 (Santos; Souto, 2020). A Superintendência buscou diminuir disparidades regionais do Brasil e orientou políticas de infraestrutura e de incentivos para a viabilização, sobretudo, de atividades industriais, que, potencialmente, induziriam um processo de desenvolvimento socioeconômico. A disparidade socioeconômica da região do Norte de Minas, quando comparada a outras regiões mineiras, sempre foi um percalço encontrado pelo Estado.

Dessa forma, políticas de desenvolvimento foram oferecidas pelo Estado, buscando o incentivo à instalação de indústrias e necessários investimentos em infraestrutura para a promoção econômica norte mineira. Nessa perspectiva, a Sudene foi uma instituição cuja atuação foi fundamental para o estabelecimento de políticas de desenvolvimento regional na região Nordeste do Brasil, incluído o Norte de Minas Gerais.

⁵A Sudene foi estabelecida a partir da Lei 3.692 de 1959 com atuação intuitu na região do Nordeste e parte dos municípios de Minas Gerais e Espírito Santo, objetivando propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste, supervisionar projetos federais na região, executar projetos diretamente e coordenar programas de assistência técnica. A criação da Sudene resultou da percepção das desigualdades regionais acentuadas pela industrialização do Centro-Sul. A partir da sua criação, muitas ações foram desempenhadas, porém, enfrentou diversos problemas. Em 1984, aos 25 anos, a Sudene foi reconhecida por promover desenvolvimento econômico no Nordeste. A Constituição de 1988 conferiu à Sudene status de agência planejadora, com a missão de reduzir desigualdades regionais e sociais. Contudo, enfrentou críticas por desvio de recursos e corrupção. Em 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso extinguiu a Sudene e criou a ADENE. Em 2007, a Sudene foi recriada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu processo de implementação está em andamento (Atlas FGV, 2024).

Todavia, todo este processo ocorreu de modo gradual. No decorrer dos anos, as ações da Sudene auxiliaram no desenvolvimento de novos investimentos e na captação produtiva de novos eixos econômicos, que impulsionaram a ação do Estado, estabelecendo assim a necessidade de instalação de infraestrutura básica e de incentivos para a indústria, fundamentais para o processo de urbanização do Norte de Minas Gerais.

No que concerne ao transporte, as pouquíssimas vias pavimentadas dificultavam o tráfego e a integração das empresas com outras cidades da região. Tratando-se da energia, sua baixa capacidade prejudicou a implantação de novas indústrias e limitou a capacidade de produção das que já estavam em funcionamento (...) Em 1965, por meio de ações da SUDENE, foi implantada no Norte de Minas a primeira indústria, o Frigonorte, numa iniciativa do Governo do Estado que era seu sócio majoritário, com incentivos do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais –BDMG e outros investidores da região (...) Foi na década de 1970 que registrou-se uma efetiva participação da SUDENE para o desenvolvimento do Norte de Minas, quando vários projetos de implantação de indústrias se concretizaram, através de uma política de incentivos fiscais no âmbito governamental (Santos; Souto, 2020, p. 74-75).

A partir da atuação da Sudene a cidade de Montes Claros conheceu grande expansão de diversos setores econômicos. A agropecuária, historicamente forte na região, foi modernizada e diversificada, aumentando a produtividade e o acesso a novos mercados. Paralelamente, o setor industrial ganhou impulso com a instalação de novas fábricas, especialmente nas áreas de alimentos, tecidos e produtos químicos. Essas políticas visavam diversificar a economia regional, reduzindo a dependência de atividades tradicionais, como a agricultura de subsistência.

As ações da Sudene propiciaram a promoção de infraestrutura básica, investindo em estradas, portos, energia e saneamento. Tais ações visavam melhorar as condições de transporte e logística, facilitando o escoamento da produção e promovendo a integração regional. Além disso, foram postas em prática políticas desenvolvimento social, como programas de educação, saúde, habitação e geração de emprego e renda. Essas iniciativas buscavam promover a inclusão social e melhorar as condições de vida da população, contribuindo para o desenvolvimento humano e social da região afetada, ainda que não tenham plenamente alcançado todos os seus objetivos. A expansão urbana acompanhou tal processo com novos bairros surgindo e a infraestrutura sendo expandida para atender à crescente demanda.

Apesar destas críticas e ponderações, é consenso que a atuação da SUDENE gerou profundas alterações na atividade produtiva da região e na própria estrutura de produção regional, com impactos não só na dimensão econômica, mas em várias características sociais e na dinâmica demográfica regional, embora com influência diferente naqueles municípios onde a concentração de projetos incentivados foi maior, como é o caso de Montes Claros (Sindeaux; Ferreira, 2012, p. 8).

Segundo Santos e Souto (2020), a atividade industrial da região Norte de Minas Gerais, até aproximadamente 1950, era incipiente. Entretanto, após a implantação da Sudene, a cidade, paulatinamente, tornou-se o núcleo econômico de maior importância para região, favorecendo um processo produtivo e econômico com novas indústrias e aportes comerciais e de serviços comerciais para o Norte de Minas. Apesar de o benefício trazido a região ser notável, a dificuldade de implementação da Sudene no Norte de Minas foi um ponto motor para que, a própria iniciativa de minimizar a desigualdade causasse discrepâncias dentro da mesorregião. Segundo Pereira (2007), por conta da falta de infraestrutura para o desenvolvimento da indústria, algumas cidades receberam maior amparo da Sudene.

Pirapora, Várzea da Palma e Montes Claros foram cidades que receberam maior aporte do programa quando comparadas a outros municípios do Norte de Minas, já que possuíam alguma infraestrutura e/ou condições de produção mínimas para a atividade industrial, como é o caso da energia elétrica. Uma característica importante a ser ressaltada é a infraestrutura ferroviária em Montes Claros. A instalação da Estrada de Ferro Central do Brasil⁶, no início do século XX, permitiu a conexão da cidade com outros centros urbanos e facilitou o escoamento de produtos agrícolas que já eram produzidos na região, alavancando a ampliação para outros mercados que se beneficiaram pelo ganho em infraestrutura do Norte de Minas Gerais.

Para além da infraestrutura, a localização geográfica de Montes Claros também foi um dos fatores determinantes para que a cidade se destacasse. Situada em uma região de transição entre cerrado e caatinga, a cidade atua como um ponto de convergência de rotas comerciais, facilitando o intercâmbio de mercadorias e influências culturais. Principalmente a partir dos investimentos em infraestrutura de transportes que Montes Claros e a região obtiveram, o município presenciou um impulso no fenômeno de urbanização.

Para além do modal ferroviário estruturante na região, a partir dos anos 1970 com a Sudene observou-se retornos no reforço da infraestrutura rodoviária, que conferiu a Montes Claros novas condições territoriais com impactos econômicos, produtivos, populacionais, sociais e urbanos. Rodovias como a BR-365 (pavimentada em 1974), BR-135 (pavimentada em 1972), e a BR-251 (pavimentada na região de Montes Claros em 1981) (Pereira; Lessa, 2009)

⁶Com sua origem vinculada ao período imperial, a Estrada de Ferro Central do Brasil teve o nome inicial de “Companhia de Estrada de Ferro D. Pedro II”, com a ideia de construir uma estrada de ferro que interligasse o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, ou seja, unindo do Sul ao Norte do Império. Os trabalhos de construção se iniciaram em 1855, entretanto, a obra só alcançou a região Norte de Minas Gerais em 1910, com a chegada de um ramal férreo em Pirapora. Em Buritizeiro em 1922, 1923 em Diamantina, 1926 em Montes Claros e 1947 até Monte Azul. A expansão férrea culminou em uma expansão econômica que interligava áreas esparsas de povoamento, ajudado por recursos financeiros que levaram melhorias para a utilização das vias férreas para exploração industrial que, lentamente, se estruturava nas regiões (Raimundo, 2024).

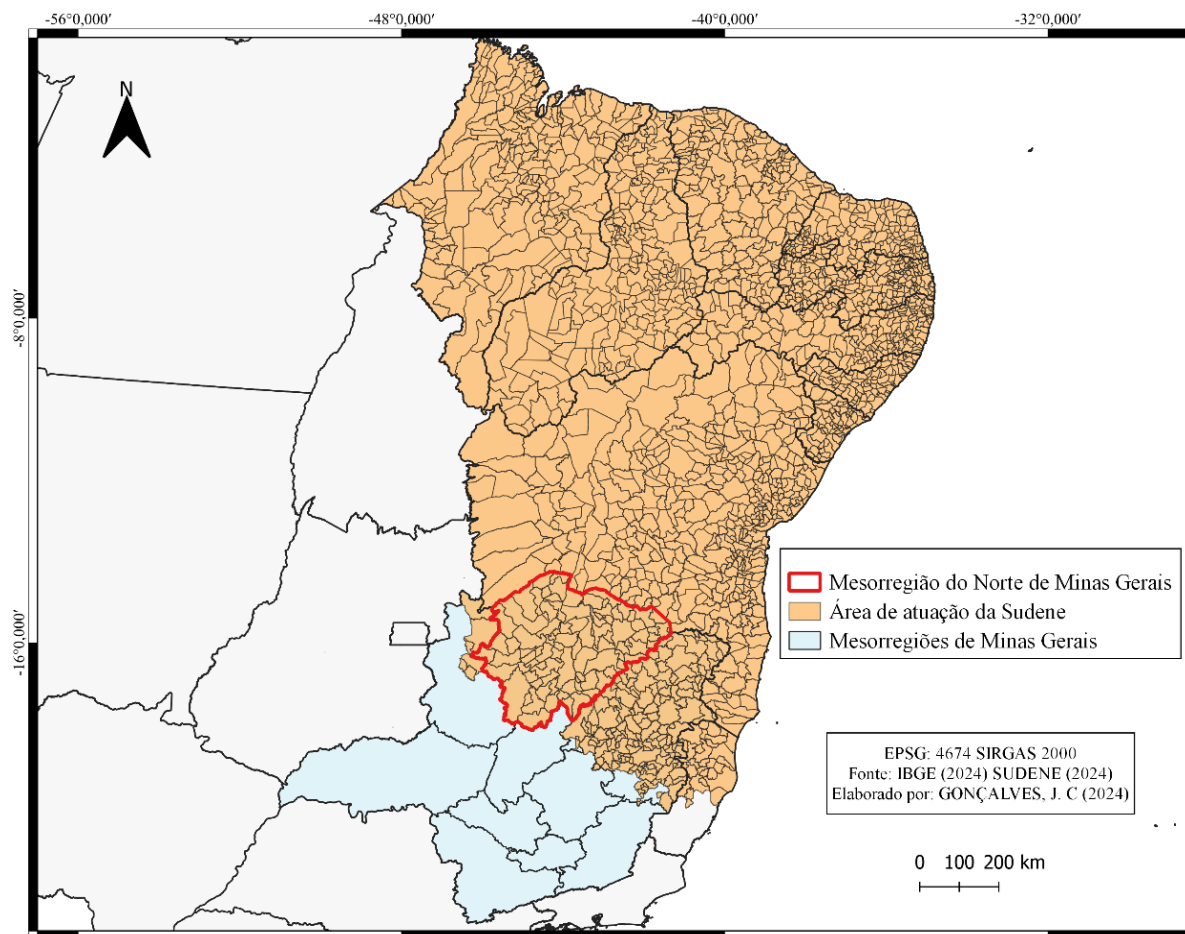
contribuíram para a integração da região, facilitando o acesso e integração de Montes Claros com outras regiões do estado e do país, o que estimulou o desenvolvimento de atividades econômicas relacionadas ao comércio e à logística.

Na década de 1960 – 1970, ocorreu a implantação dos projetos industriais subsidiados pelas ações estatais na área mineira da SUDENE, a qual foi beneficiada pela pavimentação das rodovias federais na região de Montes Claros e Pirapora. O departamento de engenharia do DNER fez o planejamento físico da construção e da pavimentação das BRs 135, 365, 251 e 496, a partir da identificação das condições do relevo, da sinalização, do serviço de terraplanagem, da construção de pontes, da estrutura de pavimentação e drenagem. Em 1971, 1973 e 1975, o DNER lançou o projeto de construção e pavimentação da BR 135 no trecho entre Curvelo, Bocaiuva e Montes Claros, da BR 365 no sentido Montes Claros, Pirapora, BR 040, Uberlândia e São Simão – GO, da BR 496 entre Pirapora e Corinto, e da BR 251, no sentido Montes Claros – Francisco Sá, Vales das Cancelas, Salinas e BR 116, respectivamente (Pereira; Lessa, 2009, p. 150).

A Sudene, apesar de todo histórico conturbado envolvendo questões financeiras, políticas e corrupção, trouxe mudanças em sua área de atuação. Os incentivos fiscais e financeiros são uma das principais estratégias, proporcionando às empresas (especialmente indústrias) isenções fiscais e acesso facilitado a linhas de crédito. Outro foco importante e já citado anteriormente, é a infraestrutura, com investimentos que melhoram a conectividade e a logística, facilitando o escoamento da produção local e a integração com outras regiões. Além disso, busca promover o desenvolvimento rural e sustentável, apoiando projetos que aumentam a produtividade agrícola, diversificam a produção e implementam práticas sustentáveis, contribuindo para a segurança alimentar e a geração de renda.

Atualmente a Sudene possui atuação em Minas Gerais em 249 municípios (Brasil, 2024). Apesar da intensidade das suas ações ter sido principalmente nas décadas iniciais de atuação, a cidade ainda hoje possui influência da Sudene em seu território. A Sudene tem apoiado a modernização e expansão dessas indústrias por meio de incentivos fiscais e financeiros. O fomento ao empreendedorismo é uma prioridade, com programas de capacitação, acesso a crédito e apoio técnico, incentivando a criação de pequenos e médios negócios, promovendo a inovação e o crescimento econômico local, incluindo ações relacionadas a produção agrícola.

Mapa 2. Área de atuação da SUDENE (2024)



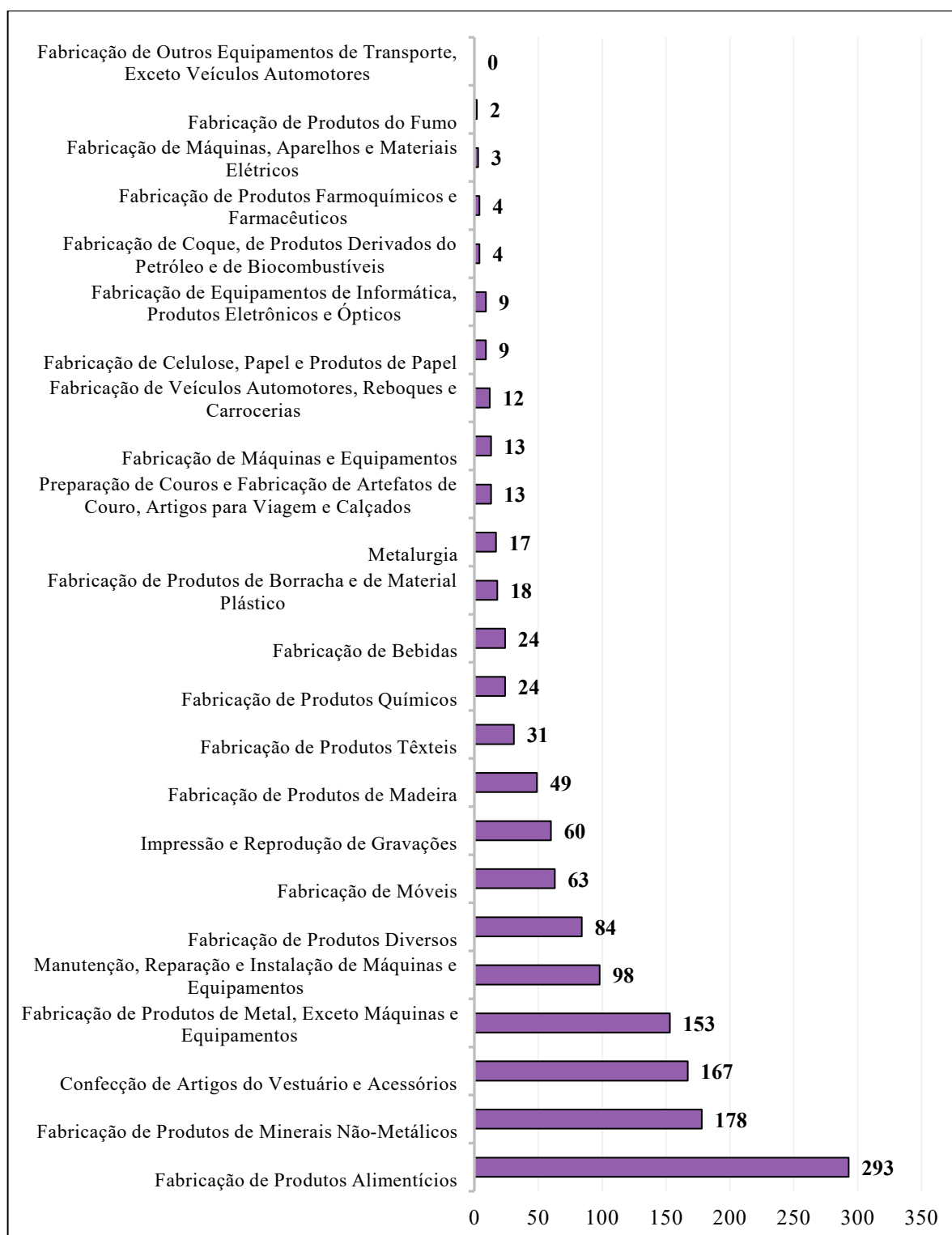
Apesar da sua atuação ainda ser vigente nos municípios mineiros, é perceptível que a região do Norte de Minas integra uma diversidade de atividades econômicas, com díspar distribuição industrial e de vínculos empregatícios quando comparadas com cidades onde a Sudene atuou de forma mais expressiva, e que ainda atua, principalmente a partir de incentivos fiscais. A análise da composição das atividades industriais no Norte de Minas revela uma predominância significativa do setor de Fabricação de Alimentos, que compreende 293 estabelecimentos de um total de 1.328 (Sidra/Rais, 2021).

De acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE),⁷ este setor é classificado como de baixa tecnologia, o que indica que, embora haja

⁷A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) foi criada em 1960 e conta hoje com aproximadamente 30 membros da Europa, Américas, Ásia e Oceania. Além disso, mantém relações com mais de 70 países não-membros. A OCDE é estruturada em diversos Diretórios, subdivididos em Comitês que se reúnem periodicamente em sua sede, localizada em Paris. Atuam principalmente na área social e econômica, abordando temas como macroeconomia, comércio, desenvolvimento, educação, ciência e inovação. Entre os objetivos da OCDE estão fomentar a boa governança estatal e empresarial, o desenvolvimento social e o crescimento econômico por meio de cooperação institucional e política, assim como a utilização de mecanismos de monitoramento (Conselho Administrativo de Defesa Econômica, 2024).

desenvolvimento industrial na mesorregião, o capital investido não é altamente significativo. No entanto, o setor apresenta um rápido retorno sobre o investimento devido ao menor custo inicial e à grande demanda (suprindo uma necessidade básica: a alimentação).

Gráfico 1. Quantidade de estabelecimentos industriais por setor produtivo na mesorregião do Norte de Minas (2021)



Fonte: Rais/Dataviva (2021). Elaborado pela autora.

A localização das indústrias no Norte de Minas, aliada ao potencial de crescimento populacional urbano, incentivos fiscais regionais e proteção contra as flutuações de mercado, contribui para a atratividade do setor. Esses fatores incentivam a instalação e a expansão das indústrias de alimentos, promovendo o desenvolvimento econômico da região, mesmo que o nível tecnológico envolvido seja relativamente baixo. Posteriormente a isso, a fabricação de produtos de minerais não-metálicos, que possuem tecnologia média-baixa, ocupa a segunda posição na quantidade de estabelecimentos industriais no Norte de Minas Gerais. As cidades destaques são Montes Claros (38), Janaúba (15) e Taiobeiras (14), onde, nessas cidades, se potencializam a fabricação de cimento, brita, cascalhos, calcário e areia.

Essas produções se destacam em localização devido à proximidade com a matéria-prima e a grande presença de mercado consumidor dada as características produtivas e econômicas. Também se destaca, seguindo as mesmas justificativas, a fabricação de produtos de metal exceto máquinas, que possui 153 estabelecimentos na região. Dado o mercado consumidor, proximidade com matérias-primas e indústrias que possibilitam subprodutos – como exemplo, a fabricação de produtos têxteis (31) – a confecção de indústrias de confecção de artigos do vestuário e acessórios (167), fabricação de móveis (63) e fabricação de produtos de madeira (49) também possuem relevância na distribuição dos estabelecimentos.

As atividades industriais de média-alta tecnologia e alta tecnologia também possuem grande relevância na mesorregião. Os estabelecimentos de média-alta tecnologia são os seguintes: de fabricação de produtos químicos (exceto fármacos) (24, sendo que 9 são em Montes Claros), Equipamentos de veículos automotores, reboques e carrocerias (12), Fabricação de Máquinas e equipamentos (13, 4 em Montes Claros), Fabricação de máquinas, Aparelhos e Materiais elétricos (3 em Montes Claros). Já as indústrias de alta tecnologia são: Fabricação de Equipamentos de Informática, Produtos Eletrônicos e Ópticos (9, sendo que 6 estão em Montes Claros), Fabricação de Produtos Farmoquímicos e Farmacêuticos (4, todos em Montes Claros).

Dentre as indústrias de destaque em Montes Claros, a Novo Nordisk, multinacional líder global na produção de fármacos relacionados a diabetes, doenças crônicas graves (obesidade, endócrinos raros e hematologias), possui a sua unidade produtiva localizada em Montes Claros, sendo a maior fábrica de insulina da América Latina, fundada em 2007, com aproximadamente 1.700 funcionários que produzem aproximadamente 25% da insulina produzida mundialmente, o que equivale a 15% da insulina consumida no mundo, e 25% de toda a exportação nacional de fármacos (Novo Nordisk, 2024). Esta empresa é responsável por 82,7% das exportações do município, que é o principal destino de valor importado (52,4 milhões de dólares) e principal

destino de valor exportado (64,7 milhões de dólares), ambos com o país referência sendo a Dinamarca, de onde vem a Novo Nordisk (DataViva, 2024).

Além da Novo Nordisk, no ramo farmacêutico, e também com significativa importância, Montes Claros conta atualmente com o maior centro de produção de genéricos do Brasil, produzindo cerca de 130 medicamentos. A cidade ainda conta com a presença da Vallée, do Grupo MSD (*Merck Sharp and Dohme*), Hipolabor. A Eurofarma, que iniciará as suas atividades em 2025 e a Cristália. Além destas empresas citadas, a cidade conta com a presença de diversas indústrias de pequeno e médio porte relacionadas ao setor farmacêutico (Leonardi; Matos, 2024).

Outra indústria importante para a cidade é a Alpargatas (produtos sob a marca Havaianas), que se instalou em Montes Claros em 2012, que se estabeleceu principalmente a partir de incentivos fiscais dispostos a empresa. Quando inaugurada, a empresa contava com aproximadamente 2.500 empregos diretos (G1 Globo, 2024) e recentemente inaugurou outra fábrica que aumentará a sua produção em aproximadamente 40%, e chegará a 3.000 empregos indiretos gerados por sua atividade na cidade (Fashionnetwork Brasil, 2024). A produção de calçados de borracha na cidade é responsável por 4,4% das exportações da cidade (DataViva, 2024).

A Nestlé é outra multinacional presente em Montes Claros, que teve a sua inauguração em 1983 e desde então tem expandido suas atividades na cidade, com a produção de lácteos, a maior fábrica de Leite Condensado do mundo, e produtos como o Nescafé, como a primeira fábrica de Nescafé *Dolce Gusto* fora da Europa (Nestlé, 2024). A Companhia de Tecidos Norte de Minas (Coteminas) foi fundada em 1967 e sua primeira fábrica de fiação e tecidos, localizada em Montes Claros, MG, entrou em operação em 1975. Desde então, a empresa expandiu sua capacidade operacional, tornando-se um dos maiores produtores têxteis do Brasil (Coteminas, 2024). No momento, a empresa enfrenta desafios econômicos e reestruturou suas operações para se adaptar às mudanças do mercado, focando em diversificação e inovação para manter sua competitividade. Atualmente a empresa se encontra em recuperação fiscal.⁸

Para além das indústrias citadas que estão em atividade, diversas outras fizeram parte do histórico de instalação industriais na cidade, influenciadas pela Sudene. Gomes (2007) cita algumas das que chegaram à cidade, dentre os fatores atrativos industriais, aqueles relacionados aos incentivos e investimentos implantados pela Sudene em Montes Claros:

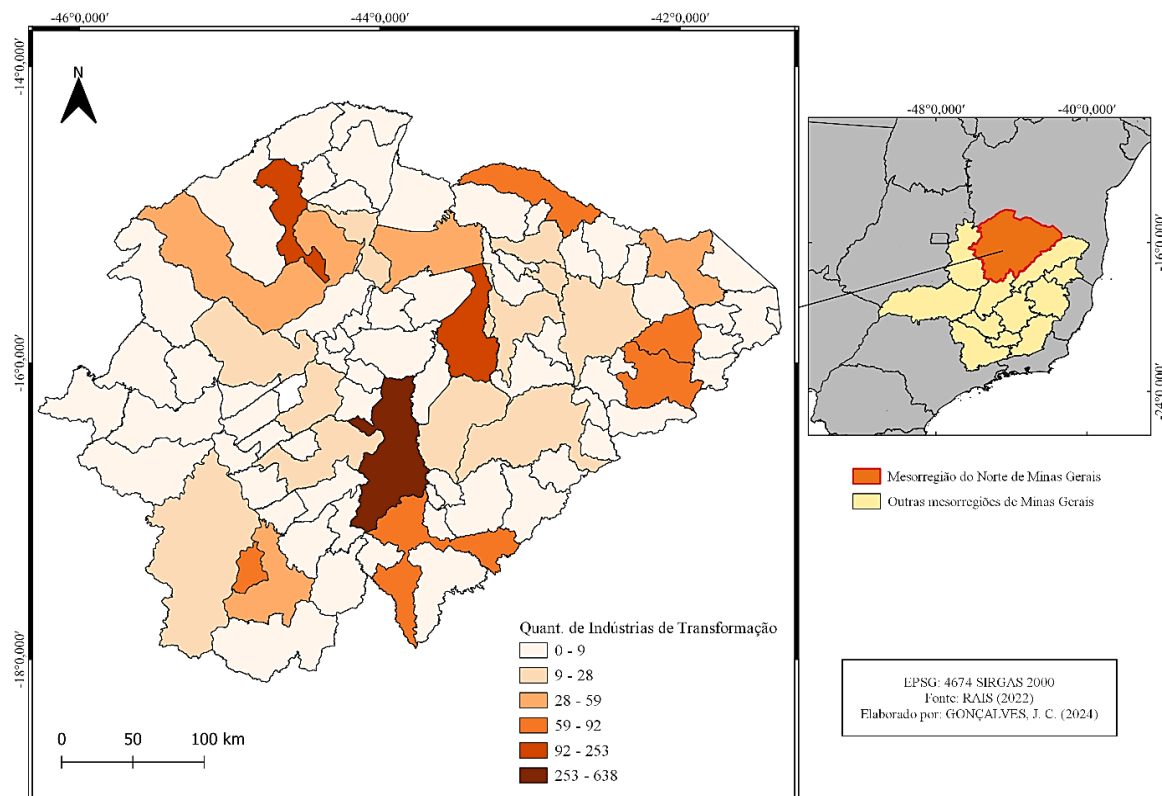
⁸Disponível em: <https://www.otempo.com.br/economia/2024/5/8/coteminas--empresa-do-presidente-da-fiesp--entra-em-recuperacao>.

(...) a Biobrás (hoje Novo Nordisk), Valleé, COTEMINAS (Companhia de Tecidos Norte de Minas), a Matsulfur (Cia. Materiais Sulfurosos), a fábrica de cimento do Grupo Lafarge, Têxtil Paculdino, Metalúrgica Norte de Minas, Fiação e Tecelagem Santa Helena, Cebractex – Cia Central Brasileira de Acabamentos Têxteis, Minasuma Nordeste, Nansen, e várias outras (Gomes, 2007, p. 65).

Gomes (2007) traz ainda que em 1960 a quantidade de estabelecimentos industriais era de 82, com 778 pessoas ocupadas, enquanto em 1980 esse número passou para 170 estabelecimentos. Já em 2022, segundo dados da RAIS, Montes Claros contava com 638 estabelecimentos industriais, demonstrando um crescimento significativo ao longo das últimas décadas. Esse dado reforça o papel estratégico do município como um polo industrial no Norte de Minas Gerais, consolidando-se não apenas em termos de quantidade, mas também na diversidade das indústrias que compõem seu parque industrial.

A evolução no número de estabelecimentos ilustra o impacto das políticas de desenvolvimento regional e a capacidade da cidade em atrair e sustentar atividades econômicas de maior complexidade, especialmente no contexto das indústrias farmacêuticas, alimentícias e de confecções. A análise da atividade industrial em Montes Claros não se vê necessária apenas por ser o objeto de pesquisa deste trabalho, mas a cidade se destaca, ainda quando analisada dentro da conjuntura industrial da mesorregião, e até mesmo do estado mineiro. Montes Claros abriga diversas indústrias, incluindo indústrias farmacêuticas, alimentícia e de confecções, cenário este construído no decorrer das décadas de atuação da Sudene.

Mapa 3. Distribuição dos estabelecimentos industriais no Norte de Minas (2022)



As transformações geradas principalmente a partir da Sudene em Montes Claros, impulsionadas por fatores econômicos, geográficos e estatais, foram a resposta para o aumento populacional intensificado no decorrer das décadas na cidade. Entretanto, as desigualdades criadas pelo próprio capital fomentaram o surgimento de uma demanda de consumo por parte da população mais pobre, além da necessidade de ocupação e renda. Assim o circuito superior da economia foi alavancado pela instalação de empresas e infraestrutura industrial, enquanto o seu impacto no circuito inferior levou a expansão do comércio varejista, serviços pessoais e pequenas indústrias.

Tabela 1. Evolução da população urbana, rural e total de Montes Claros-MG (1950-2020)

Ano	População Urbana	População Rural	População Total
1950	20.370	52.187	72.557
1960	85.971	46.531	132.502
1970	85.147	31.339	116.486
1980	155.295	22.007	177.302
1991	227.759	22.303	250.062
2000	289.183	17.764	306.947
2010	344.427	17.488	361.915
2022	-	-	414.224

Fonte: Censos Demográficos. IBGE/Sidra (2024). Elaborado pela autora.

Pela Tabela 1, é possível constatar o crescimento demográfico de Montes Claros a partir dos anos 1950, e, sobretudo, a aceleração desse processo a partir dos anos 1960, como resultado das ações políticas da Sudene. Vale ressaltar, entretanto, a diminuição do contingente populacional na década de 1970, devido à emancipação de municípios em 1962, que eram anteriormente contabilizados como parte da população de Montes Claros.

A população total do município aumentou cerca de 50% entre 1970 e 1980, e quase dobrou de tamanho entre 1980 e 2000. Também é significativo observar a mudança no perfil da população rural, que representava mais da metade do total populacional em 1950. Em 1970, no entanto, esse percentual caiu para menos da metade, refletindo uma crescente urbanização. A partir de então, observa-se que a população rural se manteve estável em termos absolutos a partir da década de 1980, sugerindo o estabelecimento de uma produção agropecuária que ainda demandava considerável trabalho humano.

Esse contexto se intensifica a partir dos anos 1990, quando o campo passa a perder população de forma significativa em comparação ao aumento do contingente populacional urbano. Em 2010, o município contava com 361.915 habitantes, dos quais menos de 5% residiam na zona rural⁹. Podemos afirmar que a condição de Montes Claros como centro intermediário se fortalece no Norte de Minas Gerais a partir dos anos 1990. Nas três décadas seguintes, a população urbana montes-clarense mais que dobra, reforçando sua condição de cidade média e assumindo novas funções na divisão territorial do trabalho, que se torna mais complexa.

A partir de então, podemos reconhecer uma nova situação geográfica para Montes Claros. O crescimento demográfico e econômico que o município vivencia desde os anos 1970, quando infraestruturas territoriais são renovadas e novos agentes econômicos se inserem no território por meio dos incentivos fiscais da Sudene, constitui-se como base para uma nova etapa de desenvolvimento. A partir dos anos 1990, a economia local torna-se mais robusta e complexa.

Esse processo resulta, sobretudo, da inserção de atividades que compõem aquilo que Milton Santos (2004) denominou circuito superior da economia urbana, caracterizado pelo fortalecimento de setores de maior intensidade técnica e de capital, geralmente voltados para mercados distantes. Essas atividades contribuem significativamente para o produto econômico do município, embora a maior parte dos ganhos quase sempre não seja reinvestida no próprio local.

⁹Dados do Censo de 2022 informando o percentual de residentes em áreas urbanas e rurais ainda não disponíveis.

Ao mesmo tempo, o crescimento populacional acentuado gera uma maior demanda por emprego (ou ao menos ocupação), bens de consumo e serviços básicos. Dessa forma, os estratos mais pobres acabam criando as condições para o estabelecimento de um denso circuito inferior da economia urbana (Santos, 2004). Esse circuito, resultado do desenvolvimento desigual e da também desigual capacidade de consumo da população, é composto por atividades geralmente de baixa complexidade técnica, pouco intensivas em capital e voltadas para atender às necessidades da própria cidade e de seu entorno. São pequenos negócios e atividades simples que, apesar de sua informalidade, desempenham um papel essencial na geração de ocupação e no suprimento das demandas mais imediatas da população mais pobre.

Dados recentes sobre a renda do município indicam a relevância do circuito inferior para o atendimento das demandas locais. Em 2021, enquanto a média do PIB per capita no Brasil alcançava R\$ 42,2 mil, em Montes Claros essa média era de R\$ 25,8 mil, representando aproximadamente 61% da média nacional (IBGE, 2024). No mesmo ano, o município contava com 93,4 mil trabalhadores formais, cuja renda média mensal era de R\$ 2,29 mil (Dataviva/Rais, 2024).

Frente a tal quadro, pensar a forma como a população mais pobre encontra mecanismos de reprodução social na cidade, nos parece um tema de importância para a compreensão do território e da sociedade montesclarenses na atualidade. Assim, nossa opção é avaliar as atividades voltadas às necessidades básicas da população, resultantes de um possível nexo estabelecido entre a cidade de Montes Claros e o campo próximo, justamente pelo chamado circuito inferior da economia urbana, particularmente pela oferta e consumo de gêneros alimentícios básicos.

1.2 Uma discussão sobre a Teoria dos Circuitos da Economia Urbana

As especificidades e desigualdades criadas pelo capital, principalmente vinculadas aos países pobres, necessitam de uma compreensão que abarque sua realidade a partir dos processos e características fundamentais e inerentes à sua própria constituição. Milton Santos (2004) apontou o modo pelo qual a economia urbana nas cidades do então chamado "Terceiro Mundo" ou mundo subdesenvolvido era composta. A sua análise busca a compreensão do contexto das intensas transformações urbanas nos países subdesenvolvidos, enfatizando as particularidades desse processo marcado por profundas desigualdades sociais e econômicas. Essa perspectiva diferenciou-se de análises econômicas e geográficas eurocêntricas que já existiam, permitindo o reconhecimento do perfil dos países pobres, que por sua característica possuem

especificidades no processo de industrialização e modernização que impulsionaram a urbanização.

[...] o espaço dos países subdesenvolvidos é marcado pelas enormes diferenças de renda na sociedade, que se exprimem, no nível regional, por uma tendência à hierarquização das atividades e, na escala do lugar, pela coexistência de atividades de mesma natureza, mas de níveis diferentes. Essas disparidades de renda são menos importantes nos países desenvolvidos e influenciam muito pouco o acesso a um grande número de bens e serviços. Ao contrário, nos países subdesenvolvidos, a possibilidade de consumo dos indivíduos varia muito. O nível de renda também é função da localização do indivíduo, o qual determina, por sua vez, a situação de cada um como produtor e como consumidor (Santos, 2004, p. 21).

A chamada Teoria do Dois Circuitos da Economia Urbana, proposta por Milton Santos (2004), reconhece que o espaço geográfico não é homogêneo, discutindo as transformações urbanas que, com o enfoque no Brasil, demonstram como uma formação fragmentada e desigual, que pode ser estabelecida no interior das cidades, perpetua a segmentação das atividades e agentes econômicos, compondo uma divisão do trabalho plural e em muito desigual (seja em termos técnicos, de trabalho e de emprego do capital). É desta forma que o principal ponto para a análise da realidade socioeconômica proposta pela perspectiva dos circuitos reside na compreensão da divisão territorial intraurbana do trabalho.

A divisão do trabalho, atrelada ao próprio processo de urbanização, implica elementos de diferenciação do espaço, delineando a distribuição geográfica das atividades econômicas e produtivas, tanto no conjunto da rede urbana — definindo a hierarquia de funções entre as cidades — quanto no interior do espaço urbano.

Conforme a proposição de Santos (2004), a divisão territorial do trabalho desempenha um papel central na produção e reprodução das desigualdades espaciais. As atividades econômicas não são distribuídas de forma uniforme pelo território dos países pobres, mas sim concentradas em determinadas regiões, enquanto outras áreas são marginalizadas ou subordinadas, resultando em disparidades socioeconômicas e espaciais significativas.

Não se trata apenas de um fenômeno econômico, mas de um processo social e espacial que se reflete nas relações sociais contidas no espaço geográfico. Esse processo ocorre a partir das relações de poder, das hierarquias sociais e das dinâmicas de desenvolvimento desigual impulsionadas pelo capital e por inovações tecnológicas, que, conseqüentemente, atravessam o processo de urbanização e a constituição material do espaço das cidades (Santos, 2004). A partir desses processos, cidades e regiões passam a enfrentar desafios que criam dificuldades de acesso a recursos, desigual distribuição de investimentos, menor diversidade econômica, diminuição da remuneração no desenvolvimento das atividades econômicas/produtivas, enquanto a população é obrigada a se adaptar e resistir a este cenário.

Em cada período histórico assim definido, as regiões "polarizadoras" ou centros de dispersão do poder estruturante dispõem de energias potenciais diferentes e de diferentes capacidades de transformá-las em movimento. A cada modernização, o sistema tende a desdobrar sua nova energia para os subsistemas subordinados. Isso representa uma pressão para que, nos subsistemas atingidos, haja também modernização. No sistema "dominado", aqui chamado subsistema, as possibilidades de inovação estão abertas, assim, às mesmas variáveis que foram objeto de modernização no sistema "dominante" (Santos, 2004, p. 31).

É assim que a Teoria dos Circuitos da Economia Urbana se vincula as relações entre a urbanização, a modernização tecnológica e as atividades desenvolvidas a partir da divisão territorial do trabalho, intrínsecas e indissociáveis à manutenção e (re)produção do espaço geográfico, onde alguns territórios e segmentos sociais são beneficiados de maneira desproporcional pelo avanço industrial e tecnológico, enquanto outros são marginalizados.

O adensamento da divisão do trabalho, a expansão da mancha metropolitana e o aumento do consumo e da pobreza concorrem para a formação de novas demandas de produção e circulação de bens e serviços análogos e complementares não apenas dos pobres, mas também de certas parcelas da economia moderna. A existência de agentes com graus diversos de capitalização, tecnologia e organização e de camadas de população com demandas insatisfeitas, em atividades diferentes e complementares, provoca a formação de um circuito inferior e de uma porção marginal vinculada à unificação da divisão do trabalho em diferentes níveis de capitalização (Silveira, 2015, p. 254).

Os subsistemas (circuitos) econômicos a que o autor reconhece como “dominante” e “dominado” são respectivamente os que ele denomina como “circuito superior” e “circuito inferior” da economia urbana (Santos, 2004). O circuito superior surge como uma decorrência direta da modernização tecnológica, e seus elementos mais representativos são as atividades que se vinculam aos monopólios, cuja estrutura e impacto resultam de relações estabelecidas para além das cidades, da região podendo até mesmo serem advindas do exterior. Em contraponto o circuito inferior é constituído por atividades de pequena dimensão, endereçadas predominantemente à população de baixa renda, exercendo influência direta sobre as dinâmicas locais e bem enraizado territorialmente (Santos, 2004, p. 22). Nas palavras do autor:

Um dos dois circuitos é o resultado direto da modernização tecnológica. Consiste nas atividades criadas em função dos progressos tecnológicos e das pessoas que se beneficiam deles. O outro é igualmente um resultado da mesma modernização, mas um resultado indireto, que se dirige aos indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas (Santos, 2004, p. 38).

Apesar de comumente serem denominadas como atividades “tradicionais” e “modernas” por suas características vinculadas ao modo que as atividades se constituem, elas não revelam a classificação temporal em que se desenvolvem, mas sim, caracterizam a “forma de organização e de comportamento” dos diferentes agentes (Santos, 2004, p. 39). Assim, tal

classificação é equívoca, pois o circuito inferior é também um produto da modernização e em constante adaptação de seu comportamento na sociedade urbana, sendo que os dois sistemas são indissociáveis das atividades caracterizadas como “modernas” na economia urbana. Essas semelhanças demonstram a “dependência do circuito inferior em relação ao circuito superior” (Santos, 2004, p. 39).

Como citado, as características dos circuitos da economia urbana são resultado, essencialmente, do modo como se dá a divisão do trabalho interna à cidade. Enquanto o circuito superior é voltado às atividades econômicas de maior impacto nas necessidades do “fenômeno urbano” (incluindo o trabalho moderno e capitalizado dos agentes econômicos mais proeminentes), o circuito inferior é voltado prioritariamente às atividades demandadas pela população mais pobre (inclusive as de trabalho). Apesar da diferenciação, Santos (1977, p. 37) afirma que “não há dualismo, desde que ambos os sistemas de fluxo têm a mesma origem, o mesmo conjunto de causas, e ambos são interligados”.

As atividades urbanas e a população a elas associadas são distinguidas em função dos diversos graus de tecnologia, capital e organização que utilizam. Quando estes são altos, trata-se do circuito superior, incluindo sua porção marginal; quando são baixos, trata-se do circuito inferior (Montenegro, 2012, p. 02).

O circuito superior da economia é composto por atividades relacionadas à parte do sistema com maior acesso ao grande capital, avanços tecnológicos e formas de consumo abrangentes. Ele, em geral, resulta da dependência direta de grandes capitais, influência e subsídios estatais e interferências dos países estrangeiros. Suas atividades contam com uma maior facilidade de acesso ao capital, e são capazes de “controlar outras atividades e eventualmente absorvê-las” (Santos, 2004, p. 43).

As atividades do circuito superior da economia possuem uma diversidade de possibilidades de adequação à realidade socioeconômica das cidades, sendo, por isso, que o autor busca diferenciar algumas atividades e funções que são características desse subsistema. Segundo Santos (2004), algumas atividades são classificadas como “puras”, sendo as relacionadas à indústria moderna, comércio e serviços avançados. Outras são classificadas como “impuras”, utilizando as estruturas da cidade, mas operando com interesses externos, servindo como ponte entre atividades urbanas modernas e centros nacionais e internacionais.

Há também as atividades “mistas”, que têm conexões funcionais tanto com o circuito superior quanto com o circuito inferior da economia urbana, como é o caso dos atacadistas que distribuem uma vasta gama de produtos para diversos níveis comerciais e fabris, alcançando diversos consumidores. Esses atacadistas desempenham um papel crucial nos dois circuitos

econômicos. Além disso, os transportadores têm um papel dual, facilitando o transporte de mercadorias entre os circuitos e, ao mesmo tempo, muitas vezes participando diretamente das atividades comerciais, como comerciantes (Santos, 2004, p. 41).

Conforme já destacamos, o circuito inferior da economia urbana (objeto principal de análise desta dissertação) é constituído por um conjunto de atividades endereçadas, em sua maioria, à população pobre. Segundo Santos (2004, p. 197) o circuito inferior é o “(...) não moderno, que compreende a pequena produção manufatureira, frequentemente artesanal, o pequeno comércio de uma multiplicidade de serviços de toda espécie”. Em sua composição, as atividades desenvolvidas no circuito inferior se referem àquelas que possuem estrutura pouco intensa em capital e técnica, pouca dependência estatal e pouca relevância em um contexto econômico nacional, mas com muita relevância na economia regional ou/e local.

Segundo Silveira (2015, p. 253), o circuito inferior “(...) agrega-se em torno das complementaridades e das áreas homólogas, realizando seu trabalho com outras formas técnicas e organizacionais e com pequenos capitais”. Assim, é sobretudo pelas atividades do circuito inferior que ocorre a manutenção de funções, trabalho e sobrevivência dos estratos socioeconômicos de menor renda nas cidades.

Trata-se, portanto, de um tipo de trabalho fundamental para a subsistência da população pobre, estabelecendo uma ligação intrínseca à sua existência nas cidades dos países pobres. O circuito inferior proporciona oportunidades de emprego e ocupação, e também de consumo, abrangendo tanto as atividades ditas formais quanto as ditas informais, constituindo-se assim como fonte primordial de sustento para as famílias de baixa renda.

Para esse circuito, as ocupações (o emprego) tendem a ser de natureza permanente, embora a remuneração associada frequentemente se localize no limite ou abaixo do nível considerado mínimo para a subsistência. A realidade evidencia os desafios enfrentados pela população pobre no que tange ao acesso a oportunidades de trabalho digno e a uma remuneração justa. Desta forma, destaca-se a importância de políticas públicas e iniciativas que visem melhorar as condições de trabalho e de vida desta parcela da sociedade urbana, a fim de promover uma maior equidade socioeconômica e reduzir as disparidades de renda nas áreas urbanas (Santos, 2004).

O consumo das classes médias se dirige frequentemente tanto à categoria das classes abastadas quanto à das classes menos favorecidas. Por outro lado, os indivíduos mais diretamente ligados ao circuito inferior não são uma força de trabalho exclusiva desse circuito. Eles vendem temporariamente ou ocasionalmente sua força de trabalho no circuito superior. Quanto às atividades, algumas delas, embora apresentem um predomínio de características de um dos circuitos, podem também apresentar algumas do outro (Santos, 2004, p. 42).

Como podemos deduzir, o chamado circuito inferior da economia urbana marca a estrutura econômica e territorial das cidades brasileiras. A organização e o ordenamento das cidades, ainda que indiretamente, seguem a lógica dos dois circuitos, com atividades dispostas e mais valorizadas como “centro do sistema”, enquanto outras, que são tão importantes quanto, são organizadas à margem da economia dominante, usufruindo, assim, apenas indiretamente do desenvolvimento das atividades do circuito superior e não necessariamente dos benefícios obtidos por ele.

Silveira (2015, p. 255) afirma que o circuito inferior “é um mecanismo permanente de integração dos pobres ao meio construído, ao trabalho e ao mercado”, ou seja, a existência do circuito inferior da economia urbana é dependente das condições próprias do espaço urbano (em geral localizações menos valorizadas), ao trabalho menos remunerado e também de porções do mercado em geral vistas como residuais no conjunto da economia. E assim, para Milton Santos:

[...] a provável função essencial do circuito inferior é difundir o modo capitalista de produção entre a população pobre através do consumo, e absorver para o circuito superior a poupança e a mais-valia das unidades familiares, por intermédio da máquina financeira, de produção e de consumo (Santos, 2004, p. 70).

Milton Santos entende que o circuito inferior produz uma “multiplicidade de combinações em movimento permanente, dotadas de grande capacidade de adaptação, e sustentadas no seu próprio meio geográfico [...]” (Santos, 1996, p. 220). Entende-se o circuito inferior como o “[...] formado de atividades de pequena dimensão e interessando principalmente a populações pobres, é, ao contrário, bem enraizado e mantém relações privilegiadas com a sua região” (Santos, 2004, p. 22). Com substanciais mudanças técnicas trazidas pela globalização, a estrutura e o funcionamento dos sistemas de mercado e de relações econômicas conhecem transformações e adaptações substanciais, inclusive no circuito inferior.

Num complexo processo de produção de inovações tecnológicas e de produção de consumidores em todas as camadas sociais e lugares, poderíamos assinalar variáveis que ficam restritas à economia superior e outras que se banalizam. Para não perder o passo, as divisões sociais e territoriais do trabalho não hegemônicas precisam incorporar alguns elementos da modernidade (Silveira, 2015, p. 251).

Assim, é necessário compreender a influência da modernização e introdução de novas tecnologias, métodos de produção, formas e comercialização, acesso ao crédito e diversos fatores que relacionam os agentes econômicos às dinâmicas do mercado. Isso porque o surgimento de novas formas e relações, podem criar novas demandas e comportamentos, que influenciam desde a produção até o consumo, sendo necessária a adaptação as mudanças nos

padrões, criando “entrecruzamentos e invasões entre os circuitos, tornando-os crescentemente complexos face às mais difíceis combinações de conteúdos de capital, tecnologia e organização abrigados pelas atividades urbanas atualmente” (Montenegro, 2012, p. 158-159).

Retomada, ainda que de forma breve, a perspectiva conceitual da Teoria dos Circuitos da Economia Urbana, cabe-nos pensar como esta elaboração nos permite definir uma proposta de análise que compreenda a atividade comercial do Mercado Municipal de Montes Claros e das feiras livres, como definidora do perfil dos agentes envolvidos com o contexto socioeconômico da cidade. Como tais atividades possuem vínculo não apenas comercial, mas também produtivo, especialmente no que se confere a agricultura familiar, essas relações estabelecem um elo entre o campo e a cidade, que se desdobram não apenas na cidade, mas expandindo-se na região do norte de Minas Gerais.

Como apontado por Santos (2004, p. 22), “(...) o comércio é visto como um subsistema dentro desse contexto, e a compreensão do fenômeno do mercado deve considerar sua interação com outros elementos do circuito inferior”. O comércio é, assim, um componente vital para a compreensão do circuito inferior da economia urbana, influenciando a dinâmica das áreas urbanas, que abrangem uma variedade de transações comerciais de pequeno ou médio porte, fundamentais para atender às necessidades da população de baixa renda.

Partimos do pressuposto que, uma face das relações estabelecidas entre campo e cidade no Norte de Minas Gerais e, particularmente, no município de Montes Claros, pode ser revelada pela comercialização de gêneros alimentícios que abastecem a população urbana. A comercialização de alimentos *in natura*, como frutas, legumes e verduras, ou ainda produtos oriundos da pecuária (carnes, leite, queijos, requeijões, doces...) são fundamentais para as relações sociais e econômicas da população nas cidades, revelando uma ligação entre a produção cultivada em um campo próximo (ou ainda que dentro do contexto urbano, com atividades tipicamente rurais) com o consumo nas cidades.

Também entendemos que, a expressão e o significado de produção realizada em um campo territorialmente próximo, pode, de forma privilegiada, ser capturada pelas atividades do circuito inferior da economia urbana, sobretudo a partir do comércio realizado em duas tradicionais formas comerciais da cidade – o Mercado Municipal e as feiras livres de Montes Claros.

CAPÍTULO 2: O MERCADO MUNICIPAL E AS FEIRAS LIVRES DA CIDADE DE MONTES CLAROS

Neste capítulo, apresentamos duas importantes e tradicionais formas comerciais do espaço urbano de Montes Claros, por meio das quais acreditamos ser possível compreender, de forma significativa, tanto os nexos entre o campo e a cidade quanto o comércio realizado pelo circuito inferior da economia urbana.

Tratam-se do Mercado Municipal de Montes Claros e de duas das principais feiras livres que ocorrem semanalmente na cidade. Escolhemos o Mercado Municipal e as feiras dos bairros Major Prates e São José como espaços empíricos de pesquisa, onde realizamos a coleta de dados que fundamenta a análise desta dissertação. Ambas as formas comerciais serão aqui apresentadas em seus aspectos gerais, com o objetivo de revelar seu significado e importância, tanto no âmbito econômico quanto em suas expressões sociais e culturais no município.

2.1 O Mercado Municipal de Montes Claros

A configuração dos mercados públicos ou municipais é uma forma comercial antiga em diversas partes do mundo, tendo sido originalmente estabelecida como o principal espaço de abastecimento das populações urbanas e de comercialização da produção rural. Com o passar do tempo, esses mercados passaram por mudanças significativas, mas ainda são reconhecidos pelo seu caráter tradicional e pela função de garantir a sobrevivência de muitas famílias por meio da venda de excedentes e da produção voltada ao sustento familiar.

Na região norte de Minas Gerais, onde há uma forte preservação das tradições, da cultura e de um modo de vida interligado à identidade sertaneja, os mercados públicos desempenham um papel fundamental tanto culturalmente quanto na subsistência da população mais pobre. A forma de comercialização, o contato direto com os produtores e a relação entre os produtos ofertados evidenciam o significado dessas atividades para a população, reforçando a importância desses espaços para a economia e a identidade local.

Em Montes Claros, ainda que com mudanças de localização e na sua estrutura física, o Mercado Municipal da cidade se mantém como ponto de encontro, socialização, comercialização, e elemento configurador do núcleo central da cidade. Com arquitetura marcante, cores, cheiros, sabores e sons que remetem ao Mercado um lugar único para quem frequenta, que estabelece uma relação entre o passado e o presente da cidade, se revelando

como uma rugosidade (e continuidade) que permeia a história da cidade. As pessoas que frequentam o espaço são parte desses elementos contínuos, que há décadas vendem seus produtos com formas de manuseio, preparo e comercialização que muito caracterizam suas atividades, as quais replicam para diferentes públicos e se conectam com suas raízes e tradições.

A localização de Montes Claros foi, e é, um elemento condicionante para a estruturação da cidade, em especial, ao fornecer a cidade possibilidade para o desenvolvimento e a expansão das atividades econômicas na região, que foram fundamentais para o crescimento de Montes Claros e do seu Mercado Municipal. Isso porque a região configurava-se como ponto de passagem de migrantes (sertanejos) entre o litoral e o interior do país, e posteriormente, com o desenvolvimento da infraestrutura de transporte do Norte de Minas, em especial a ferrovia em Montes Claros, o município foi estratégico para mobilidade regional.

Apesar das adversas condições de vida nos sertões do Brasil no final do século XIX, a população sertaneja e os viajantes que cruzavam a região estabeleceram, ao longo do tempo, um local de comércio de gêneros essenciais. Esses produtos, em sua maioria, eram provenientes dos excedentes da produção agrícola e pecuária da região. Esse comércio improvisado surgiu na área que hoje corresponde ao centro da cidade (Oda, 2010).

Com os aglomerados urbanos e diferentes organizações locais de comércio em pontos do município, e principalmente com a elevação do povoado à condição de cidade, em 1857 (IBGE, 2024), consolidando o povoamento e crescimento da cidade, esses locais de comercialização já não atendiam plenamente as demandas de abastecimento da população. Dessa forma, a organização de um local próprio para essa atividade foi demandada:

Na última década do século XIX, diante do crescimento da cidade, os ranchos e intendências passam a ser insuficientes para o abastecimento alimentar da população e do comércio local. Então, cidadãos “influentes” da cidade tomam a iniciativa de construir um novo Mercado, que acompanhasse o crescimento da cidade, o aumento de sua demanda alimentar e que abrigasse, com condições mínimas de higiene e segurança, as trocas que se tornavam cada vez mais crescentes (Costa, 2019, p. 182).

Nisto, surge um equipamento e espaço físico, voltados exclusivamente para a comercialização e abastecimento do núcleo urbano. Sua estruturação e organização foi concluída ao final do século XIX, tratando-se do primeiro Mercado Municipal de Montes Claros.

O Mercado Municipal foi inaugurado no dia 03/09/1899. Situado no largo de cima, hoje praça Dr. Carlos Versiani, era construção imponente com uma torre bem alta, onde o relógio, doado por Dona Carlota Versiani, badalava as horas, não deixando ninguém perder o horário (Prefeitura de Montes Claros, 2024).

Figura 1. Aspecto da fachada do primeiro prédio do Mercado Municipal de Montes Claros (s/data).



Fonte: IHGMC, 2024.

Este primeiro Mercado da cidade ofereceu condições para que comerciantes pudessem vender diferentes mercadorias de maneira organizada, proporcionando à população um local onde pudesse encontrar uma maior variedade de itens ¹⁰ (Prefeitura de Montes Claros, 2024). Em 1967, este primeiro Mercado foi demolido, e as atividades comerciais foram transferidas para um novo espaço físico, localizado na esquina da Rua Coronel Joaquim Costa com a Rua Belo Horizonte, também na região central da cidade. Acompanhando o crescimento da cidade, em 1983, mais uma vez, as atividades do Mercado Municipal foram transferidas, desta vez para a localização atual. O Mercado Novo foi oficialmente inaugurado em 1992, continuando em atividade até hoje (Oda, 2010).

¹⁰No entanto, em menos de uma década, a construção sofreu um significativo percalço. O responsável pela obra original não seguiu corretamente o projeto elaborado pelo engenheiro, omitindo a construção dos alicerces necessários para sustentar a estrutura. Essa falha resultou no desmoronamento do prédio em 1897. A tragédia causou grande comoção na cidade, e a estrutura foi rapidamente reconstruída, desta vez conforme as recomendações do engenheiro (Prefeitura de Montes Claros, 2024).

Mapa 4. Mercado Municipal de Montes Claros-MG e seu entorno



O Mercado Central Christo Raeff, conhecido popularmente como “Mercado Municipal de Montes Claros” está localizado na região central de Montes Claros, comportando atividades que abarcam o artesanato, culinária e comércio típicos da região norte mineira, além de atividades comuns e próprias ao abastecimento urbano (lojas de roupas, açougue, farmácia popular e diversos serviços). Sua localização é em frente à Avenida Deputado Esteves Rodrigues, na Rua Marechal Deodoro, número 63, no Centro da cidade.

A caracterização da localização geográfica é uma atividade que pode reforçar e definir com maior detalhamento os conceitos então analisados. Dessa forma, compreender o entorno do Mercado evidencia suas características típicas do circuito inferior da economia urbana. Com importantes pontos de comercialização na área — incluindo ruas e avenidas repletas de lojas, galerias, bancos, postos de gasolina e serviços públicos e privados — o local atrai um grande número de consumidores interessados em visitá-lo. Isso torna o Mercado um ponto estratégico para uma diversidade de públicos que usufruirão do espaço e participarão das atividades nele realizadas, resultando em uma intensa movimentação de pessoas e de mercadorias.

O entorno do Mercado, para além da região central que possui a maior quantidade de unidades comerciais concentradas, articula espaços com usos distintos. A porção central da cidade é extremamente diversa, observando-se a presença de atividades do circuito superior e

inferior da economia, e interliga o Mercado a espaços voltados para atividades hospitalares e de saúde, hoteleiras, universitárias e residenciais. É essa movimentação que garante ao centro uma significativa confluência de vias de transporte público e privado (trânsito de veículos particulares, ciclovias, transporte coletivo municipal e pontos de embarque e desembarque intermunicipal).

Como mencionado, o Mercado é uma referência para o comércio de gêneros de origem agropecuária, com produtos tradicionais provenientes da região, sendo que o principal conjunto de produtos vendidos são aqueles de origem rural, que envolvem principalmente produtos *in natura* (frutas, verduras e hortaliças) e produtos fabricados tradicionalmente no campo, conhecidos na cidade como “coisas da roça” (estes podem variar desde doces, queijos e temperos, diferentes tipos de bebida e ervas medicinais, óleos e polpas de frutas e frutos típicos da região).

Com grande movimentação e fluxo de clientes, as atividades do Mercado ocorrem de segunda-feira a sábado, das 7h às 17:30h. Nos sábados, dia de maior movimento no local, acontece a chamada “Feirinha do Mercado”, com grande presença de vendedores e ambulantes no local e em seu entorno, principalmente com produtos agrícolas (hortaliças, verduras, frutas e produtos de fabricação rural). Esse dinamismo cria um ambiente propício para o circuito inferior da economia urbana, caracterizado por atividades econômicas com menor tecnicidade e investimento de capital, muitas vezes realizadas sem vínculo formal e para atendimento das demandas imediatas da população. O Mercado se destaca pela grande quantidade de pequenos comércios e serviços, além da presença de ambulantes e vendedores em seu entorno.

A localização central e a alta circulação de pessoas garantem um fluxo constante de clientes, essencial para a viabilidade destas atividades, que são primordiais para a subsistência dessas famílias, e que unem as atividades e a localização à interseção entre o capitalizado e o não capitalizado, ao urbano e ao rural, ao moderno e ao não moderno. Segundo Silveira (2015, p. 55), esse contexto exprime o circuito inferior como o “mecanismo permanente de integração dos pobres ao meio construído, ao trabalho e ao mercado”.

2.1.1 O espaço do Mercado Municipal como objeto de avaliação empírica da pesquisa

A estrutura do mercado abrange uma área total superior a 21.450 m², atendendo aproximadamente 600 produtores agrícolas, comerciantes e prestadores de serviços, com cerca de 290 pontos comerciais (Prefeitura de Montes Claros, 2024). Esses pontos comerciais são

diversificados e incluem lojas, boxes e bancas, cada um com características estruturais distintas que impactam diretamente a dinâmica comercial e a funcionalidade do Mercado.

Figura 2. Fachada e interior do Mercado Municipal de Montes Claros-MG (2024)



Fonte: Fotos da autora (2024)

As lojas, localizadas nos pisos inferior e superior, possuem estrutura de alvenaria, proporcionando maior durabilidade e segurança. Além disso, contam com acesso direto à eletricidade e água encanada, facilitando as operações comerciais e oferecendo melhores condições de trabalho aos lojistas. A proteção das lojas é garantida por portas e janelas, aumentando a segurança dos produtos e equipamentos armazenados.

Os boxes, situados tanto no piso inferior quanto no piso superior, são construídos em alvenaria, alumínio ou materiais similares. A escolha do material pode variar conforme a localização dentro do mercado e as necessidades específicas dos proprietários. O acesso à eletricidade e à água encanada depende da infraestrutura disponível e da localização do boxe no mercado. A segurança dos boxes é garantida por portas e janelas adequadas à sua estrutura, protegendo os produtos comercializados.

As bancas, por sua vez, estão situadas no piso inferior e na área externa do pátio do mercado. Com estruturas feitas de madeira, alumínio ou materiais similares, são expostas em áreas abertas e contam com a possibilidade de eletricidade por meio de extensões. No entanto, não possuem acesso à água encanada nem proteção estrutural fixa. A proteção das mercadorias é feita por meio de coberturas com tecidos ou lonas. Além dos comerciantes que operam em espaços físicos vinculados à administração do mercado, há também vendedores ambulantes que atuam dentro e ao redor do espaço. Aos sábados, ocorre uma feira livre no pátio externo, atraindo diversos vendedores e aumentando o fluxo de clientes e visitantes.

É importante ressaltar que o acesso à água e à eletricidade depende da estrutura do ponto comercial, influenciando os valores das taxas mensais pagas à administração do Mercado Municipal. A eletricidade é disponibilizada tanto para as lojas quanto para os boxes e deve ser paga diretamente à Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), com a conta registrada no nome do proprietário do estabelecimento. Já a água, presente nos boxes e lojas, está incluída no valor do condomínio do mercado.

A intensificação da divisão do trabalho em Montes Claros é caracterizada pela crescente proliferação de atividades econômicas, juntamente com a expansão da área urbana. Esse cenário gera novas demandas de produção e circulação de bens e serviços, que se adaptam às formas de consumo e produção da cidade. A comercialização de produtos oriundos de áreas rurais, destinados à população urbana de diferentes estratos sociais, demonstra a integração desses circuitos e sua interdependência. Não apenas a produção rural desempenha um papel fundamental, mas também as diversas demandas urbanas, que não se restringem às necessidades das populações mais pobres, abrangendo também outros segmentos da economia moderna.

2.2 As feiras livres em Montes Claros

As feiras livres da cidade desempenham um papel fundamental na economia local, representando também características do circuito inferior da economia urbana. Distribuídas em diferentes pontos da cidade, essas feiras funcionam como espaços de intensa atividade

econômica, onde pequenos produtores e comerciantes oferecem uma ampla variedade de produtos, que vão desde alimentos frescos até artesanatos e utensílios domésticos. Sua existência fortalece a dinâmica do circuito inferior, ao proporcionar um espaço de integração entre a produção rural e o mercado urbano, facilitando a comercialização de seus produtos. Assim, as feiras se consolidam como espaços de circulação de bens e serviços essenciais, de forma acessível e flexível.

Como local de encontro, de troca, de resistência e resiliência, as feiras livres são um reflexo da cultura e das identidades locais. Mesmo com o desenvolvimento da cidade, hábitos, costumes, vivências e convivências são estabelecidos e reafirmados com o “ir à feira”. A forma como a comercialização é feita diretamente com o cliente, mantendo os hábitos e formas de consumo da comunidade, permite que a população tenha acesso a produtos típicos, artesanatos locais e alimentos preparados especificamente por aqueles que constroem a história da cidade. Para Morais e Araújo (2006, p. 34):

Nesses espaços das conversas, das tradições, dos encontros, das transgressões, das experiências, das compras, vendas e permutas, das jocosidades, das performances corporais e orais, enfim, das cores, odores e sonoridades que se misturam e se dissolvem, inúmeras pessoas efetuam as reproduções sociais e capitalistas das vidas sociais no âmbito dos territórios construído (Morais; Araújo, 2006, p. 34).

É comum observar, no contexto local, famílias que, semanalmente, frequentam as feiras de suas regiões, estabelecendo conexões e comprando diretamente de produtores locais produtos que refletem formas de preparo que caracterizam seus hábitos e sua cultura familiar e local. Esse movimento pode ser compreendido como uma oportunidade em que a diversidade cultural da região é exposta, promovendo um sentimento de pertencimento e identidade comunitária. As feiras funcionam como espaços de interação, onde as pessoas se reúnem não apenas para comprar e vender, mas também para conversar, trocar experiências e fortalecer os laços sociais.

Sobre as feiras livres e a relação comunitária com a população, Costa (2010, p. 174) apresenta que:

O encontro, a conversa, a troca simbólica, o discurso são elementos que se incluem na troca material. Passar pelas ruas tomadas pelas “barraquinhas” é contato, encontro com o outro, ver outras mercadorias, outras pessoas. Os sentidos são aguçados: são percebidos sons, odores, fala-se mais alto, anda-se mais à vontade, misturam-se ricos e pobres, brancos e negros, crianças e jovens e adultos (Costa, 2010, p. 174).

Como um elemento integrador entre o campo e a cidade, o rural e o urbano, o moderno e o “não moderno”, as feiras livres representam, sobretudo, um espaço capaz de sensibilizar

diferentes recortes sociais e econômicos. Esse impacto é ainda mais evidente em comunidades que se dedicam à produção e comercialização de itens nas feiras livres.

A subsistência de muitas famílias depende desse espaço de troca, proporcionando um ambiente onde os produtores – especialmente os agricultores familiares – podem vender seus produtos diretamente aos consumidores. Dessa forma, reduzem ou eliminam a necessidade de intermediários no processo de comercialização, estabelecendo uma relação direta com os compradores, o que pode ampliar as margens de lucro e, conseqüentemente, aumentar a renda dessas famílias.

Nessa mesma perspectiva, essas formas de comércio se sustentam como importantes mecanismos de distribuição da produção agrícola familiar. Em Montes Claros, as feiras livres ocorrem, em sua maioria, semanalmente. Apesar do grande fluxo de consumidores, clientes e visitantes, os grandes produtores – que possuem uma produção em maior escala – destinam seus produtos a outros canais de comercialização, que, em grande parte, não possuem vínculo com as atividades das feiras nem com o abastecimento local. Além disso, esse tipo de produção geralmente não estabelece um contato direto com os consumidores, pois depende de intermediários responsáveis por distribuir os produtos entre a produção e a comercialização, muitas vezes fora do contexto de origem.

A feira livre no Brasil constitui modalidade de mercado varejista ao ar livre, de periodicidade semanal, organizada como serviço de utilidade pública pela municipalidade e voltada para a distribuição local de gêneros alimentícios e produtos básicos. Herança em certa medida da tradição ibérica (também de raiz mourisca), posteriormente mesclada com práticas africanas (...) (Mascarenhas, 2008, p. 75).

É a partir dessa dinâmica que as feiras livres se configuram como espaços funcionais para o escoamento da produção agrícola de pequenos agricultores e agricultores familiares. Para esses produtores, as feiras livres podem representar a única fonte de renda e o principal canal de comercialização de seus produtos.

Com uma produção em menor escala, mas essencial para a subsistência do seu contexto econômico familiar, eles necessitam de um mercado regular, seguro e confiável para o escoamento de sua produção. Esse mercado não apenas sustenta suas famílias, mas também garante a continuidade de seus negócios, pois o valor investido retorna para suas propriedades rurais, preservando suas formas de organização, que caracterizam parte da produção agrícola e o comportamento dos feirantes no município e na região de Montes Claros.

Para os frequentadores, além dos laços, vivências e experiências que fortalecem o sentimento de pertencimento, as feiras livres são espaços que atendem a uma demanda de consumo viável, especialmente para as populações mais pobres. Assim como o escoamento da

produção ocorre de forma direta para o mercado por meio de vendedores e comerciantes locais, a comercialização sem intermediários permite que os consumidores tenham acesso a produtos frescos e de alta qualidade, muitas vezes cultivados de maneira sustentável por pequenos agricultores.

Esse contato direto também favorece a construção de relações de confiança entre vendedores e compradores, reforçando o senso de comunidade e a conexão com as tradições locais. Grande parte do público que frequenta as feiras livres busca não apenas preços mais acessíveis, mas também os aspectos culturais envolvidos no consumo, evidenciando a importância desses espaços para a economia e a identidade local.

A feira livre é uma das instituições mais sólidas de Minas Gerais, principalmente no norte, nordeste e noroeste do Estado. Ela faz parte da economia e da cultura dessas regiões. [...] criam e colocam em circulação recursos que alimentam a população urbana e contribuem para a soberania alimentar. As feiras livres beneficiam os agricultores, o comércio urbano e os consumidores (Ribeiro *et. al.*, 2007, p. 1).

Atualmente, Montes Claros conta com diversas feiras livres, cada uma com características próprias em termos de organização, foco comercial, público-alvo e programação. Para a realização desta pesquisa e aplicação dos questionários, foram considerados critérios como fluxo de visitantes, relevância para a comunidade e popularidade entre os frequentadores. Com base nessa análise, o estudo concentrou-se nas feiras do bairro São José e na Feira do Major Prates, por se destacarem nesses aspectos.

2.3 As feiras livres como objeto de investigação empírica: A feira do bairro São José e a feira do bairro Major Prates

As feiras livres em Montes Claros, localizadas no Norte de Minas Gerais, ocorrem periodicamente em diferentes pontos do município, com variação no tempo de atividade – desde feiras mais antigas, relacionadas ao início do núcleo urbano da cidade, até as mais recentes, associadas a novos bairros. A seleção das feiras analisadas considerou suas diferentes dinâmicas comerciais, produtivas e o contexto da cidade. O funcionamento dessas feiras segue uma dinâmica fixa, com dias e horários específicos, que se distinguem entre si, mas preservam a tradicionalidade de cada uma. A coleta de dados foi realizada em diferentes períodos, a fim de abranger a diversidade de públicos frequentadores e respeitar a disponibilidade dos comerciantes durante o expediente de suas atividades.

A feira livre do bairro Major Prates, mais antiga e com grande participação de comerciantes, ocorre no turno matutino durante todos os domingos do ano, e apresenta um fluxo

intenso de clientes ao longo de seu horário de funcionamento. Por essas características comerciais o contato com os comerciantes foi mais demorado e exigiu maior esforço, sendo necessárias idas em diferentes fins de semana até o local, buscando evitar datas festivas e feriados (datas com maior movimentação). Um fator relevante a ser destacado é que, nas visitas realizadas nas primeiras semanas dos meses, houve maior dificuldade de interação com os comerciantes.

Já na aplicação do questionário, o tempo necessário para a aplicação dos questionários chegou a uma hora em alguns casos, devido à constante demanda de atendimento aos clientes, que a cada atendimento, necessitou pausar a resposta aos questionários. Essa situação gerou, a primeiro momento, receio na aplicação dos questionários, entretanto, a partir dessa dinâmica que foi estabelecida, foi possível a observação da feira, a dinâmica entre comerciantes e consumidores, comerciantes e o espaço geográfico que a feira se estabelece, e os diferentes elementos sociais, econômicos e físicos – comércio, fluxo de pessoas, carros, transporte público – que é estabelecido em seu redor.

Por sua vez, a feira livre do bairro São José, que será apresentada a seguir, opera em turnos dois turnos: vespertino e noturno. Com fluxo de movimento variável ao longo do dia, a necessidade de visitas foi menor, sendo realizadas ao longo de quatro semanas alternadas. Nessa feira, a principal variação observada estava relacionada ao horário de funcionamento, e não necessariamente às épocas do ano, períodos do mês ou o dia da semana que essa atividade acontece.

No entanto, em comparação com a feira livre do Major Prates, constatou-se uma maior flutuação no número de comerciantes presentes no decorrer da aplicação dos questionários. Enquanto na feira do Major Prates a presença dos comerciantes mostrou-se mais estável, na feira do bairro São José houve menor regularidade, evidenciando uma maior instabilidade na participação dos feirantes.

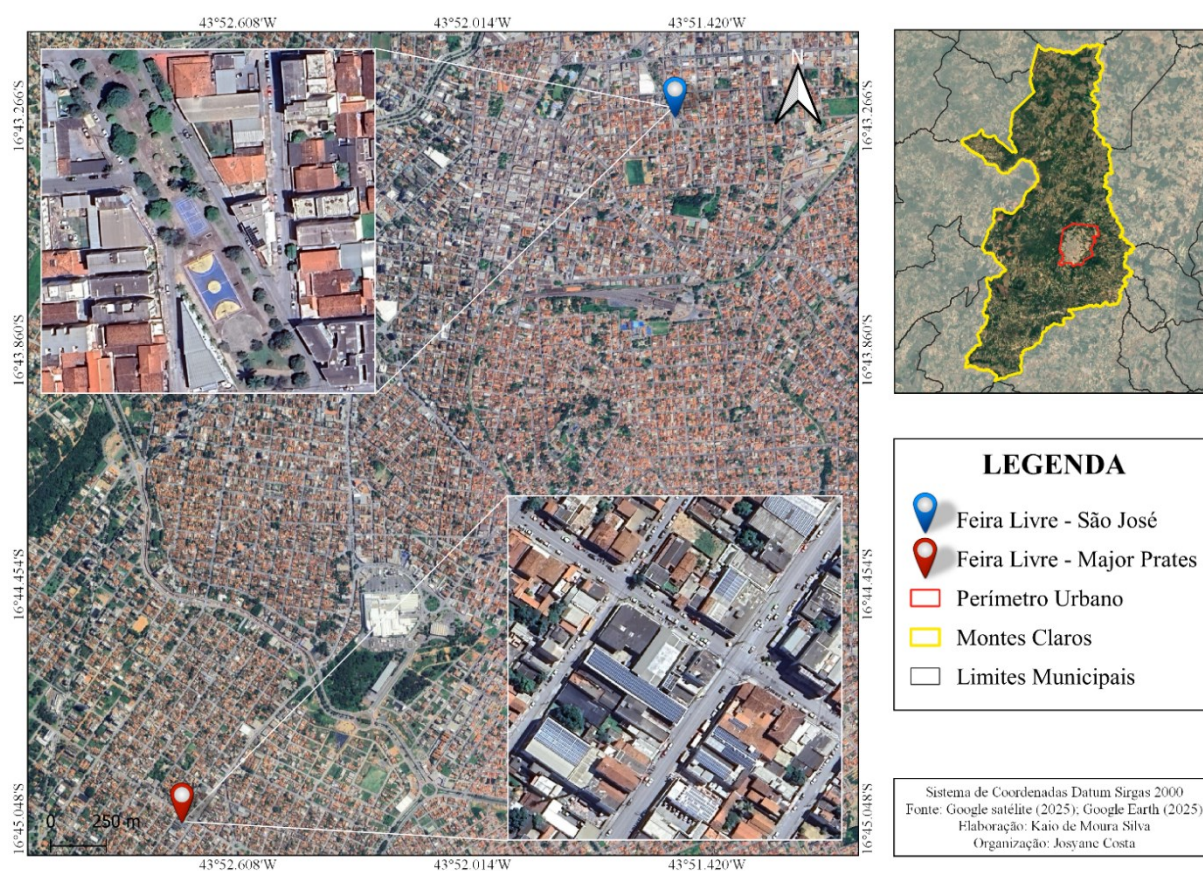
A seguir, serão apresentadas as características das feiras livres analisadas, bem como informações que contribuem para a caracterização do perfil dos comerciantes e das atividades desenvolvidas nesses espaços.

2.3.1 A Feira do Bairro São José

A Feira do bairro São José é uma das feiras livres de rua mais recentes da cidade, com apenas sete anos de fundação, ainda que hoje se destaque como uma das mais frequentadas da cidade. Com proximidade a marcos históricos da cidade - como igrejas e edificações antigas -

a feira atrai uma grande diversidade de vendedores e compradores que buscam encontrar desde produtos agrícolas frescos, produtos de origem rural, artesanatos locais, comidas típicas e apresentações culturais. O local está estruturado na Praça Flamarion Wanderley, no bairro São José, porção central da cidade, ocupando uma localização privilegiada para o fluxo comercial e de frequentadores da feira.

Mapa 5. Localização das feiras do bairro São José e do bairro Major Prates em Montes Claros-MG



A localização central e próxima a vias de acesso a diferentes regiões da cidade e a linhas de transporte municipais possibilita o acesso tanto por veículos quanto por transporte público, ciclistas e pedestres. Essa localização atrai diferentes públicos de frequentadores, desde moradores do bairro até pessoas de outras partes da cidade. É possível identificar a presença de famílias e trabalhadores que utilizam a feira livre como forma de lazer e entretenimento.

Figura 3. Feira do bairro São José, em Montes Claros-MG (2024)



Fonte: Fotos da autora (2024)

A área em torno da Praça Flamarion é moderadamente povoada, com grande concentração de comércios, empresas e circulação de pessoas, criando um ambiente propício para os feirantes. A proximidade de estabelecimentos comerciais e residenciais complementa a oferta de comerciantes e clientes para a feira. A Feira do São José ocorre durante a semana útil, diferenciando-se das demais feiras livres da cidade pelo maior tempo de exposição dos itens.

Realizada às quintas-feiras, das 15:00 h às 21:00 h, seu horário favorece a visitação após o expediente comercial e escolar, o que resulta em variações na quantidade de feirantes e frequentadores ao longo do dia. Devido à proximidade com a região central, a feira atrai

consumidores com perfis variados, desde aqueles que buscam convivência e lazer até os que procuram alimentação, compras e entretenimento.

Além de alimentos frescos e produtos agrícolas, a feira oferece uma ampla variedade de artesanato local, roupas, utensílios domésticos e alimentos preparados, além da presença de food trucks e vendedores ambulantes. A feira também atrai prestadores de serviços que utilizam o espaço para panfletagem e venda de produtos em seu entorno. Além disso, há garagens que disponibilizam vagas como estacionamento e até atividades artísticas que se desenvolvem no local.

O entorno da feira usufrui desses benefícios, pois a movimentação impulsiona o comércio local, incluindo a venda de itens não disponíveis na feira e o aumento da demanda por serviços como transporte por aplicativo e táxis, tanto municipais quanto intermunicipais, atendendo feirantes que residem em outras localidades. A feira atua como um catalisador da economia local. Os feirantes, em sua maioria pequenos produtores e empreendedores individuais, encontram na feira seu principal espaço de comercialização, contribuindo para a geração de renda e o fortalecimento da economia.

2.3.2 A Feira do Bairro Major Prates

A Feira do bairro Major Prates é uma das mais antigas da cidade e se destaca pela presença marcante de produtores rurais da região, que encontram nela, muitas vezes, o principal meio de comercialização de produtos agrícolas provenientes diretamente do campo. A avenida Castelar Prates, onde a feira está localizada, é uma das principais vias do bairro Major Prates, área reconhecida pelo dinamismo comercial e pela alta concentração populacional. A mobilidade facilita não apenas o deslocamento dos visitantes à feira, mas também o transporte dos produtos comercializados pelos feirantes.

Figura 4. Feira do bairro Major Prates – Montes Claros-MG (2024)



Fonte: Fotos da autora (2024)

A proximidade com áreas residenciais é crucial para que o fluxo de pessoas seja constante, seja pelo deslocamento para outras regiões ou pela busca por serviços e produtos diversos. O bairro possui uma ampla diversidade comercial, incluindo grandes mercados, conveniências, bares, restaurantes, postos de gasolina, padarias e "sacolões" (hortifrutis), que concorrem diretamente com as atividades da feira. Seu entorno é composto por avenidas e ruas que conectam diferentes regiões da cidade, aumentando a possibilidade de deslocamento até a área da feira.

Observa-se um fluxo intenso de pessoas a pé, de bicicleta, de carro, de moto e por meio do transporte público, que conta com diversas linhas de ônibus conectando diferentes partes da cidade. Isso não apenas amplia o alcance da feira, como também promove a inclusão social, permitindo que todos os estratos sociais tenham acesso aos produtos oferecidos. Além disso, a proximidade com rodovias importantes facilita o acesso de feirantes provenientes de áreas rurais ou de cidades vizinhas. Essa conexão viária contribui para a diversidade e qualidade dos produtos oferecidos na feira, pois possibilita um transporte rápido e eficiente de mercadorias frescas e perecíveis.

A feira do Major Prates funciona como um ponto de encontro para moradores do bairro, mas também atrai visitantes de toda a cidade, proporcionando um ambiente culturalmente rico e essencial para a socialização da comunidade. Realizada semanalmente, aos domingos, atrai clientes em busca de produtos frescos, artesanatos e outros bens, funcionando das 07:00 h às 13:00 h. O local é reconhecido pela variedade de frutas, legumes e verduras frescas, muitas das quais são cultivadas por agricultores familiares da região. Além dos produtos alimentícios, oferece itens artesanais, roupas e utensílios domésticos, demonstrando a diversidade econômica e cultural da comunidade.

2.4 Feiras e Mercado Municipal: A integração entre a produção agrícola e comércio urbano

A relação entre a produção agrícola e o comércio urbano exemplifica a realidade do aumento do consumo, da produção e da pobreza, resultantes da intensa urbanização e das desigualdades geradas pelo crescimento acelerado da cidade. Esse contexto contribui para a formação de um mercado diversificado e multifacetado, no qual agentes econômicos com diferentes graus de capitalização, tecnologia e organização coexistem. Esses agentes atendem às necessidades de uma população heterogênea, promovendo uma variedade de atividades econômicas análogas e complementares para o sustento e a sobrevivência familiar. Dessa forma, pequenos comerciantes, produtores agrícolas familiares e prestadores de serviços se entrelaçam com setores mais organizados da economia urbana, formando um circuito inferior robusto.

Nesse sentido, as feiras livres e o Mercado Municipal tornam-se espaços fundamentais para o desenvolvimento econômico local, especialmente por meio da comercialização de produtos de origem agrícola, pertencentes ao circuito inferior da economia. Sob essa ótica, as feiras e o mercado representam formas comerciais essenciais para a cidade, pois possibilitam a

integração de pequenos produtores, agricultores familiares e comerciantes que, com baixos níveis de capitalização, resistem e mantêm suas atividades tradicionais na economia local.

Esses espaços viabilizam a circulação de bens e serviços essenciais, garantindo renda à população mais pobre, que, por sua vez, facilita o acesso a produtos necessários para os consumidores, geralmente também de baixa renda. Além de seu valor comercial, a atividade desenvolvida nesses locais se configura como um mecanismo essencial para o sustento de muitas famílias que, sem elas, não teriam acesso a bens básicos.

A presença desses ambientes na cidade é, portanto, fundamental para a manutenção de uma economia local que, apesar das desigualdades, continua a permitir que pequenos produtores e comerciantes sobrevivam e contribuam para a economia urbana de maneira significativa. Assim, esses mercados constituem o que Ribeiro (205) reconhece como “mercado socialmente necessário”.

CAPÍTULO 3: O CIRCUITO INFERIOR DA ECONOMIA NO MERCADO MUNICIPAL E FEIRAS LIVRES DE MONTES CLAROS

Ao levarmos em consideração a dinâmica que envolve o circuito inferior da economia, é possível compreender que sua amplitude transpassa a atividade comercial, atingindo questões econômicas e sociais não apenas das famílias envolvidas, mas de toda uma sociedade e mesmo das conexões estabelecidas entre o circuito inferior e superior da economia. Compreendendo a sua importância, este trabalho buscou definir procedimentos de pesquisa que captassem as principais informações sobre o circuito inferior da economia urbana, tanto no Mercado Municipal de Montes Claros, quanto nas duas Feiras Livres avaliadas na cidade.

3.1 Aspectos metodológicos para o levantamento empírico

O passo inicial para os procedimentos de aplicação de questionários girou em torno da submissão do trabalho e dos questionários ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que avaliou a proposta em termos de integridade, visando garantir parâmetros éticos, bem como uma padronização de aplicação dos questionários que garantisse segurança para o pesquisador e para o entrevistado no procedimento de levantamento dos dados empíricos. A etapa mais difícil do procedimento foi a de submissão, já que todo o processo teve uma duração de aproximadamente sete meses. Isso aconteceu porque, a cada modificação, a avaliação e toda a organização de calendários, datas de avaliação e o próprio cronograma do projeto eram alterados, necessitando novas adequações levando em consideração o calendário do CEP e da pesquisa. Todavia, o procedimento de submissão foi finalizado, cumprindo todas as regras e necessidades elencadas pelo Comitê, gerando assim a aprovação (CAAE: 74668323.0.0000.5152) para que fossem desenvolvidas as ações de coleta de dados.

O trabalho de aplicação dos questionários em campo ocorreu nos meses de dezembro de 2023 até março de 2024. Entretanto, durante esse período houveram pausas que levaram em consideração a dinâmica das feiras livres e do Mercado, devido das festividades de final de ano, que movimentam os locais tanto por turistas, quanto por frequentadores.

A aplicação dos questionários respeitou aspectos relacionados aos critérios de inclusão e exclusão, benefícios, riscos e tipo de abordagem para recrutamento dos participantes. A abordagem dos participantes foi realizada nos locais onde os profissionais trabalham, sendo

sempre participantes com faixa etária entre 18 e 80 anos, convidados a participar da pesquisa de acordo com sua disponibilidade e interesses, apresentando riscos e benefícios e respeitando os horários e pausas dos participantes. Além disso, foram apresentados aos participantes os objetivos da pesquisa, a composição do questionário a ser respondido e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)¹¹, ocasião em que a pesquisa foi apresentada, deixando explícita a necessidade de assinatura desse documento como critério de validação dos termos da pesquisa.

Para precisão e validação dos resultados, foram estabelecidos critérios para a exclusão de determinados perfis que não se adequavam à participação na pesquisa, dentre eles, comerciantes e produtores que não possuíam vínculo com os locais de estudo, aqueles que não possuíam disponibilidade para responder os questionários, e ainda aqueles que não concordavam com os termos e riscos de sua participação na pesquisa. Os questionários da pesquisa aplicados contêm perguntas fechadas e abertas, com o objetivo de coletar informações detalhadas sobre atividades comerciais, sobre os estabelecimentos e, em alguns casos, também com atividades rurais (quando as condições de produtor rural e comerciante são acumuladas), permitindo uma análise ampla dos sujeitos de pesquisa.

Os dias de busca dos participantes foram principalmente de segunda à quinta-feira (para o Mercado Municipal). A escolha desses dias foi baseada em uma observação in loco, prévia à submissão do projeto no CEP, levando em consideração os dias com movimento moderado do comércio nos espaços pesquisados, já nas feiras livres, devido à concentração do evento em apenas um dia da semana, levou-se em consideração os horários, buscando sempre os períodos iniciais e finais das feiras, aguardando sempre o tempo e a disponibilidade dos participantes. Os questionários foram divididos em três núcleos: Mercado Municipal de Montes Claros, Feiras Livres (Feira do Major Prates e Feira do São José).

A escolha dos locais para a aplicação dos questionários teve origem em observações prévias ao início da pesquisa, levando em consideração, principalmente, a importância econômica e social que esses locais possuem para as famílias dos agentes envolvidos na produção, comercialização e consumo. A partir de pesquisas, análises bibliográficas e da observação empírica desses espaços, bem como da vivência da autora, que, ao conviver e dialogar com diferentes atores para além do núcleo acadêmico, compreendeu a relevância

¹¹Documento presente nos anexos.

desses locais e a necessidade de dar visibilidade ao valor dessas formas comerciais, tornou-se ainda mais evidente a necessidade de possíveis intervenções e melhorias.

O Mercado Municipal de Montes Claros e as feiras livres possuem uma quantidade variada de comerciante, como já indicado na metodologia desse trabalho. No Mercado, a não-frequência de comerciantes na dinâmica diária do espaço tornou mais criteriosa a busca por participantes habilitados a responder o questionário. Nas duas feiras indicadas como objetos de análise, também existe um fluxo irregular de participação dos feirantes. Baseando-se não apenas nos dados cedidos pelos representantes de cada um dos estabelecimentos, foi feita uma observação in loco, onde os dados indicados e os dados observados foram estruturantes para a aplicação dos questionários.

Segundo o representante do Mercado Municipal de Montes Claros, atualmente existem 212 feirantes cadastrados no estabelecimento, mas que, segundo ele, a frequência diária destes feirantes é de aproximadamente 180 comerciantes. Essa quantidade é ultrapassada apenas aos sábados, dia no qual feirantes que não possuem frequência diária utilizam o espaço para comercialização na chamada “Feirinha do Mercado Municipal”, que é bastante tradicional na cidade, e que possui grande participação do mercado consumidor. Desta forma, trabalhamos com a aplicação de questionários junto a 25% dos comerciantes frequentes no Mercado, alcançando a quantidade 45 questionários aplicados.

Nas duas feiras livres que foram objetos de análise deste trabalho, a frequência dos feirantes também varia em função de um conjunto de aspectos - no decorrer do mês (sendo maior no início, em função de recebimento de salários), épocas do ano ou mesmo em função das condições do tempo (diminuindo em dias de chuva ou grandes estiagens, por exemplo). O universo total de comerciantes da feira do bairro São José é o mais difícil de ser verificado, há trabalho previamente realizado indicando o cadastro de 528 feirantes. Em observação direta em campo, em diferentes dias de realização da feira e durante as aplicações dos questionários (entre os meses de dezembro de 2023 e abril de 2024), esse número foi expressivamente menor, não ultrapassando a quantidade média de 120 feirantes. Assim, para a feira do São José, foram aplicados 20 questionários (o que corresponde a cerca de 16% do universo encontrado nos dias de campo).

Na feira do Major Prates, encontramos em registros da mídia a quantidade de 200 feirantes cadastrados (O Norte, 2021) ainda que seja evidente a presença também de muitos ambulantes. Na feira do Major Prates, aplicamos 25 questionários de pesquisa, o que representa cerca de 12% dos comerciantes cadastrados.

É importante reiterar que tais amostragens não possuem a intenção de alcançar precisão estatística, visto que visamos, tão e exclusivamente, avaliar do modo qualitativo aspectos que permitam caracterizar o trabalho nas duas formas comerciais avaliadas.

O tempo de cada questionário variou, visto que cada dia e horário da semana contava com cenários diferentes de movimentação em cada forma comercial. Alguns questionários foram aplicados em 10 minutos, enquanto outros levaram cerca de 50 minutos para serem finalizados. Dessa forma, houve questões a que os participantes não souberam responder e, em alguns casos, preferiram não compartilhar informações. Também ocorreram episódios de desconfiança, dúvidas e indisposição em participar da pesquisa devido à assinatura do TCLE, indagações sobre o objetivo da pesquisa e temores de que se tratava de uma pesquisa política ou de funcionários da Prefeitura de Montes Claros, visando identificar comerciantes insatisfeitos.

No entanto, o que foi percebido, quando os agentes aceitavam participar e respondiam às perguntas, era a relação intrínseca desses comerciantes com as formas comerciais, a necessidade de serem ouvidos e, também, certo sentimento de desassistência. Ao compreenderem que o propósito da pesquisa era justamente caracterizá-los, ouvi-los e utilizar os resultados para demonstrar a importância de suas atividades (do circuito inferior) para a economia e a produção agrícola regional, os respondentes se sentiam confortáveis e, inclusive, finalizavam as respostas solicitando que os resultados fossem divulgados e que suas atividades ganhassem importância junto à administração pública.

Tendo em vista este processo, a identificação do circuito inferior gira em torno da classificação por meio de características elencadas a partir do que Santos (2004) apresenta. Através da aplicação dos questionários, buscamos obter informações sobre a atividade comercial desenvolvida, o grau de tecnologia, o capital empregado, as condições de trabalho e organização, a mão de obra, o auxílio estatal, o crédito, a margem de lucro e o público ao qual se destinam as atividades, além do nexo das suas atividades com outras localidades e com a produção agrícola familiar. Assim, os resultados foram detalhados a seguir.

3.2 Os agentes participantes

Cada aspecto dos dados e informações analisadas fornece evidências específicas sobre o circuito inferior, considerando seus impactos enquanto atividades desenvolvidas em pequena escala, grande ocupação da população e fonte de remuneração, baixa complexidade tecnológica e dependência de mercados locais, dentre outras características. Esses são aspectos centrais do

circuito inferior conforme definido por Milton Santos (2004). Para compreender os aspectos relacionados às características básicas das atividades comerciais desenvolvidas no circuito inferior, é necessário focar na caracterização dos aspectos que cercam sua composição. São essas características básicas que identificam as principais peculiaridades relacionadas aos comerciantes que atuam no Mercado Municipal e nas Feiras Livres locais, cujas atividades se destacam como únicas no contexto urbano de Montes Claros.

Esse tópico apresenta o perfil do comerciante típico inserido no circuito inferior, destacando a predominância de trabalhadores de baixa renda que dependem dessas atividades para sua sobrevivência. Relacionadas à natureza das atividades comerciais, essas informações fornecem um panorama detalhado sobre como essas atividades se estruturam e operam. Esse entendimento é fundamental para avaliar as limitações e desafios enfrentados pelos comerciantes ao desenvolver suas atividades, considerando seus principais aspectos, características e especificidades.

No Mercado Municipal, buscamos definir os comerciantes participantes da pesquisa a partir da diversidade de tipos de comércio, seja pela natureza do que é comercializado, seja também pelo tipo de infraestrutura. Assim, dos 45 participantes totais, 21 deles possuíam comércio em boxes, 14 em bancas e 10 em lojas (Quadro 1). É importante ressaltar que os feirantes que utilizam o espaço ocasionalmente (aos sábados, dia de maior movimento) não foram integrados a esta pesquisa.

**Quadro 1. Estabelecimentos participantes da pesquisa (respondentes dos questionários)
no Mercado Municipal de Montes Claros (2023)**

Tipo de mercadoria e/ou serviços	Atividade
Salgados e pastéis	Fabricante e vendedor
Vestuário e calçados	Comerciante
Alimentos de origem rural	Comerciante
Artesanato	Comerciante
Alimentos de origem rural / Artesanato / Doces	Comerciante
Jogos e venda de cigarros	Prestador de serviços e comerciante
Laticínios e bebidas	Comerciante
Doces, bebidas e laticínios	Comerciante
Alimentos de origem rural	Comerciante e produtor rural
Alimentos de origem rural	Comerciante e produtor rural
Alimentos de origem rural e horticultura.	Comerciante e produtor rural
Quitandas (queijos, sucos, polpas de frutas e bolos).	Fabricante e vendedor
Produtos de origem rural	Comerciante
Doces e temperos	Comerciante e produtor rural
Roupas e calçados	Comerciantes
Roupas, cosméticos e aviamentos	Comerciante
Artesanato e doces	Fabricante e vendedor
Quitandas (Sucos, queijos, bolos, biscoitos)	Fabricante e vendedor
Produtos de origem rural	Comerciante e produtor rural
Hortaliças e frutas	Comerciante e produtor rural
Produtos de origem rural	Comerciante e produtor rural
Artesanato	Comerciante
Produtos de origem rural	Comerciante
Frutas	Comerciante
Temperos	Comerciante e produtor rural
Laticínios e doces	Comerciante e produtor rural
Produtos de origem rural	Comerciante
Temperos e doces	Fabricante e vendedor
Produtos de origem rural	Comerciante
Açougue	Comerciante
Hortaliças e frutas	Comerciante e produtor rural
Queijos, pequi e requeijão	Comerciante e produtor rural
Produtos de origem rural e bebidas	Fabricante e vendedor
Conservas, pimentas e pequi	Comerciante e fabricante
Frutas e verduras	Comerciante e produtor rural
Laticínios e doces	Comerciante
Hortaliças e conservas	Comerciante
Artesanato	Comerciante
Artesanato e doces	Comerciante
Artesanato e bebidas	Comerciante
Produtos de origem rural	Comerciante
Loja de louças e artesanato	Comerciante
Restaurante	Comerciante
Bar e restaurante	Comerciante
Banca temperos	Comerciante

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Nas Feiras Livres, a maioria dos comerciantes que participaram desta pesquisa (do total de 45) comercializam a partir de barracas (35 respondentes), forma mais tradicional empregada nas feiras, mas também entrevistamos feirantes que comercializam com o uso de bancas (5 respondentes) e também dos “modernos” *food trucks* (5 respondentes) (Quadro 2). Em geral, as barracas são equipamentos mais bem estruturadas, enquanto as bancas, aqui citadas, são em geral estruturas bem mais frágeis. Em alguns casos, os feirantes utilizam mesas como local de venda dos produtos. Tais condições são típicas do circuito inferior, onde a flexibilidade e a acessibilidade são essenciais para a sobrevivência de agentes econômicos muito pouco capitalizados.

Quadro 2. Feirantes participantes da pesquisa (respondentes dos questionários) nas feiras livres avaliadas em Montes Claros (2023)

Tipo de mercadoria e/ou serviços	Atividade
Verduras e frutas	Comerciante
Hortaliças e temperos	Comerciante e produtor rural
Frutas	Comerciante
Frutas e legumes, temperos.	Comerciante
Alimentos de origem rural, artesanato e doces	Fabricante e vendedor
Frutas	Comerciante
Verduras, frutas e Hortaliças	Comerciante
Pequi, farinha e óleos	Comerciante
Alimentos de origem rural	Comerciante e produtor rural
Alimentos de origem rural	Comerciante
Alimentos de origem rural e horticultura.	Comerciante e produtor rural
Polpas de frutas e frutas sazonais	Fabricante e vendedor
Temperos frescos e folhagens	Fabricante e vendedor
Ervas, remédios caseiros e óleos de pequi e licor.	Fabricante e vendedor
Salgados e pastéis	Fabricante e vendedor
Verduras	Comerciante
Temperos e doces	Comerciante
Milho, temperos e hortaliças	Comerciante e produtor rural
Doces e queijos	Comerciante
Abóboras, abobrinha e banana	Comerciante e produtor rural
Frutas sazonais, ovos e frango caipira.	Comerciante
Queijos e quitandas	Comerciante e fabricante
Limão, mandioca e frutas sazonais	Comerciante e Produtor Rural
Temperos	Comerciante
Animais para abate	Comerciante
Café e doces	Comerciante
Frutas e conservas de pimenta	Comerciante e fabricante
Animais para abate	Comerciante
Quiabo, pimenta e pequi	Comerciante
Frutas e verduras	Comerciante e produtor rural
Hortaliças, pimenta e farinha de goma e de mandioca	Comerciante
Laticínios (leite e derivados) e doces.	Comerciante e produtor rural
Cajá, conservas de pequi, tomatinho azedo.	Comerciante
Salgados	Comerciante e fabricante
Mel, xaropes e ervas para chás.	Comerciante e produtor rural
Verduras e frutas	Comerciante e produtor rural
Mandioca, milho e banana, Frutas sazonais.	Comerciante e produtor rural
Doces e farinha	Fabricante e vendedor
Quiabo e Coentro	Comerciante
Banana, Pequi e Melancia	Comerciante e produtor rural
Temperos	Comerciante e fabricante
Pastéis e caldo de cana	Comerciante e fabricante
Produtos de beleza e doces e pães	Comerciante e Fabricante
Feijão, alface, cebolinha e cheiro verde	Comerciante e produtor rural
Salgados e pastéis	Comerciante e fabricante

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

3.3 O acesso aos pontos comerciais

Tanto o Mercado Municipal quanto as Feiras Livres, como formas comerciais específicas, têm longa tradição na cidade, atravessando diferentes realidades e contextos, com comerciantes que presenciaram e resistiram às mudanças. Os dados coletados pelos questionários permitem compreender, a partir de uma análise temporal, a trajetória dos comerciantes e sua capacidade de se adaptar às mudanças econômicas e sociais.

Isso inclui testemunhar as transformações do mercado consumidor e da própria cidade, flutuações na demanda e preferências dos consumidores, e avaliar a importância do negócio no núcleo familiar para entender como o circuito inferior resiste ao longo do tempo. A atividade comercial no Mercado sugere certa estabilidade aos negócios, visto que a maioria dos respondentes indicou ser “proprietário” dos espaços (37 respondentes) e uma pequena parcela dos comerciantes nos respondeu que opera a partir de espaços alugados (3 respostas).

Os preços para a posse dos pontos comerciais no interior do Mercado variam significativamente, com a maioria dos comerciantes indicando que a posse dos pontos comerciais foi maior que 1.000 reais (31 respondentes). Alguns comerciantes não souberam responder com precisão em função do próprio tempo na atividade (indicando, por exemplo, que a moeda não era o Real), ou que ainda não houve pagamento significativo ao tomar posse do ponto diretamente com a prefeitura.

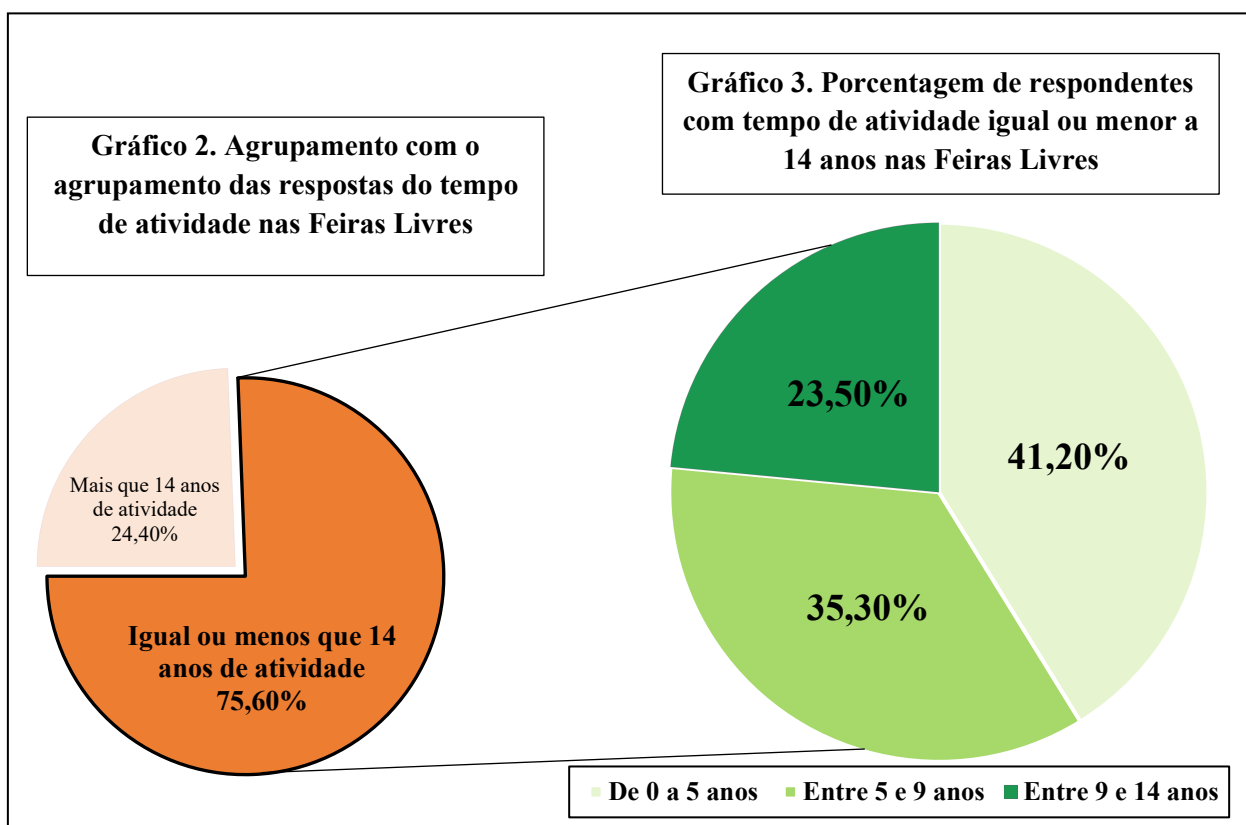
A maior parte dos comerciantes nas Feiras Livres é permissionário da prefeitura, que cobra taxas para permissão de tal tipo de atividade (29 feirantes responderam deste modo, afirmando pagarem taxa para a utilização do espaço da feira), 10 respondentes operam em locações cedidas, 6 utilizam outros meios para utilização do espaço, seja com a comercialização em calçadas e até mesmo em bicicletas ou carros.

3.4 O tempo de trabalho e o circuito inferior como fonte de renda

No que se refere ao tempo de trabalho dos comerciantes que participaram da pesquisa no Mercado Municipal e nas Feiras Livres de Montes Claros, os dados coletados revelam dinâmicas com complexidades que demonstram realidades distintas nessas formas comerciais. No Mercado Municipal, a maior parte dos comerciantes está há mais de 15 anos na atividade, conforme responderam 25 dos 45 respondentes. Outros 11 respondentes informaram que atuam no Mercado há mais de 31 anos. Para o período de até 14 anos, foram 9 os respondentes.

A longevidade das atividades indica uma estabilidade dos comerciantes no espaço, com relações consolidadas com o Mercado e com os clientes. É importante ressaltar que as atividades são, principalmente, desenvolvidas dentro do núcleo familiar, estabelecendo uma relação geracional como ocupação principal. Nas Feiras Livres, a dinâmica é diferente. A maior parte dos respondentes desenvolve sua atividade há menos de 14 anos, totalizando 34 dos 45 respondentes, o que corresponde a 75,56% dos respondentes de médio a curto tempo de atividade nas feiras. Dentre os 34 entre 4 a 14 anos, 8 respondentes.

Figura 5. Tempo de Atividade dos Respondentes das Feiras Livres – Gráfico Geral e Gráfico de detalhamento das respostas que indicaram ser igual ou menor a 14 anos de atividade



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Em contraste com o Mercado Municipal, as Feiras Livres demonstram uma dinâmica mais flexível, com uma entrada e saída mais intensa de comerciantes. Isso sugere que a atividade pode não se concentrar economicamente no núcleo familiar como principal fonte de renda, em especial ao considerar a possibilidade de transmissão geracional da atividade. É importante ressaltar que, no Mercado Municipal, a atividade é desenvolvida todos os dias da semana, com exceção dos domingos. Em que pese possíveis variações e mesmo certo controle

pessoal do tempo de trabalho (como nos foi respondido por alguns informantes), a grande maioria dos comerciantes respondentes no Mercado Municipal indicou trabalhar todos os dias da semana (38 comerciantes).

As feiras livres apresentam a especificidade de ocorrerem apenas uma vez na semana. Apesar de o lucro ser expressivo, o Mercado Municipal oferece uma maior estabilidade de renda quando comparado às feiras, o que pode proporcionar maior segurança econômica e acesso ao crédito. Um ponto significativo, presente nas perguntas direcionadas às feiras, é a questão sobre as fontes de renda dos comerciantes. Nas feiras livres, dos 45 participantes, apenas 16 têm a feira como única ocupação, sendo que 9 desses 16 atuam na Feira do Major Prates.

A Feira do São José, embora constitua hoje uma das principais feiras da cidade, possui apenas 07 anos de existência e tem apresentado maior estabilidade de público apenas recentemente. Em contraste, a Feira do Major Prates, com mais de 30 anos de existência, conta com um público fixo e já constitui uma tradição da cidade.

Dos 45 comerciantes do Mercado Municipal, 23 deles atuam em outros locais ou feiras livres para complementar a renda. Mesmo que não desenvolvam outras atividades em áreas diversas, os feirantes necessitam complementar sua renda familiar trabalhando em outros locais, o que é de certo modo possível e mesmo estimulado, levando em conta o caráter das próprias feiras. Em linhas gerais, o Mercado Municipal demonstra maior estabilidade e dependência do local para a composição da renda dos participantes da pesquisa, quando avaliado esse segmento de perguntas do questionário. Em contraste, as feiras livres apresentam um ambiente mais dinâmico, mas com maior vulnerabilidade e instabilidade para a garantia de renda aos comerciantes.

A Teoria do Circuito Inferior da Economia Urbana oferece uma perspectiva crítica sobre a segmentação da economia urbana em dois circuitos: superior e inferior. O circuito inferior abrange atividades econômicas menos sofisticadas, com tendência de ser informal, menos burocrática e de possuir menor rendimento, onde a mão de obra familiar é predominante. Os dados coletados no Mercado Municipal e nas Feiras Livres de Montes Claros ilustram claramente tal condição, revelando a diversidade de atividades e a flexibilidade que caracterizam o circuito inferior.

Os trabalhadores do Mercado Municipal apresentaram um histórico variado quando questionados sobre suas atividades ou funções anteriores. Dos 45 respondentes, 16 indicaram funções anteriores ligadas ao próprio comércio, serviços ou atividades afins. Outros 6 sempre trabalharam no Mercado Municipal, o que pode indicar uma herança familiar e a ausência de mobilidade social significativa, característica comum no circuito inferior. Além disso, 7 pessoas

afirmaram ter trabalhado apenas como produtores rurais, o que evidencia uma migração do campo para a cidade em busca de novas oportunidades econômicas dentro do mesmo circuito inferior. Outros 13 respondentes mencionaram profissões variadas que transitaram por diversos setores, e outros não estiveram no mercado de trabalho e eram apenas estudantes.

Tabela 2. Funções e atividades anteriores entre os comerciantes participantes no Mercado Municipal de Montes Claros

Frequência entre os participantes	Funções ou atividades informadas pelos participantes
16	Trabalho com o Comércio
13	Ocupações variadas na prestação de serviços (Manicure, Cabelereira, Recursos Humanos, Ajudante de caminhão, Professora, Secretária, Roçador, Ajudante de marcenaria, Motorista, Pedreiro, Costureira, Artesã, Lavador de carros)
06	Trabalho no mercado como única ocupação
07	Trabalhador ou produtor rural
03	Estudante

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Os comerciantes respondentes que possuíam ocupações anteriores sem relação com a produção rural, descritos na tabela 3, possuíam ocupações anteriores também tradicionalmente pertencentes ao circuito inferior da economia (como manicures, cabelereiras e ajudantes de caminhão), e encontraram no Mercado Municipal uma alternativa para obtenção de novas fontes renda. Essa diversidade de antecedentes profissionais traduz as formas de “comunicação” e de mobilidade no interior do próprio circuito inferior, além da dificuldade de ascensão para o circuito superior.

Assim, a natureza do circuito inferior, ao menos para a situação estudada, é reveladora do quanto tal circuito absorve trabalhadores provenientes de setores variados da economia, ou que estavam sem ocupação (Santos, 2004). Essa realidade é evidenciada pelos antecedentes dos comerciantes do Mercado Municipal, onde muitos migraram de outras atividades econômicas para o comércio.

No âmbito do circuito inferior da economia, a limitação da capacidade financeira exerce um impacto significativo sobre os negócios, restringindo tanto os retornos quanto os investimentos destinados ao desenvolvimento. A inserção de agentes no comércio, especialmente aqueles vinculados ao Mercado, evidencia a flexibilidade e a adaptabilidade que

caracterizam esse circuito. Mesmo com o acesso restrito a produtos modernos e a atividades de maior valor agregado, o circuito inferior desempenha o papel de uma rede de proteção econômica, absorvendo trabalhadores que, por diferentes razões, não conseguem ocupar posições no circuito superior. Esses trabalhadores dependem de um sistema de distribuição particular, ajustado às suas condições de vida e necessidades específicas (Santos, 2004).

Portanto, sem levarmos em consideração o circuito inferior, a compreensão da cidade é incompleta. Sem dúvida, este pode igualmente aparecer como uma herança de condições econômicas tradicionais. E o caso de se dizer que tradição e pobreza, são sinônimos? Se se discute a questão de um ponto de vista absoluto e histórico, o paralelismo não é obrigatório nem evidente. Mas nas condições atuais, permanecer prisioneiro de uma economia tradicional significa estar privado das formas de consumo que definem, nos dias de hoje, os limites entre os providos e os desprovidos. Assim, pobreza e circuito inferior aparecem com relações de causa e efeito inegáveis (Santos, 2004, p. 169).

É a partir dessa lógica que o subsistema do circuito inferior passa a acessar bens de consumo corrente, ainda que de forma limitada e com qualidade inferior, sendo impactado de maneira indireta pelo desenvolvimento do circuito superior. Essa dinâmica contribui para a perpetuação das desigualdades de renda, especialmente no atendimento às demandas básicas da população. Nesse contexto, analisar o valor investido e o capital atualmente empregado pelos comerciantes do Mercado Municipal de Montes Claros e das feiras livres torna-se fundamental para compreender o cenário econômico local e os mecanismos de acumulação entre esses agentes.

3.5 O capital investido e o porte das atividades

A natureza do circuito inferior da economia é, em grande parte, revelada pela própria condição dos baixos investimentos, ou seja, trata-se sobretudo de um circuito pouco capitalizado (capital não intensivo). Quando perguntados sobre o capital inicialmente investido no negócio, os respondentes das feiras livres, em sua maioria (27 dos 45 respondentes), afirmaram ter investido menos de 5 mil reais para iniciar suas atividades. Esse dado reflete as condições de ingresso no circuito inferior, onde muitos empreendedores possuem recursos financeiros limitados.

Os investimentos modestos são suficientes para iniciar um negócio nas feiras, que tipicamente requerem menos infraestrutura e despesas operacionais. Apenas 6 comerciantes investiram entre 05 e 10 mil reais, outros 4 entre 10 e 20 mil reais, e 4 mais de 20 mil reais, enquanto 4 não souberam responder. Essa distribuição indica uma significativa diversidade nos

níveis de investimento, mas a predominância de valores baixos reforça a ideia de que as feiras representam uma “porta de entrada” acessível para muitos trabalhadores ao circuito inferior.

Em contraste, o Mercado Municipal mostra uma variação maior nos valores investidos, ainda que o aporte inicial tenha sido menor que o das feiras. Assim, dos 45 respondentes, 20 respondentes indicaram um investimento inicial inferior a 5 mil reais. É importante notar que muitos desses comerciantes estão no mercado há muitos anos, o que sugere que os custos de entrada eram menores no passado ou que os comerciantes começaram com investimentos modestos e foram reinvestindo os lucros ao longo do tempo. Além disso, 9 comerciantes investiram entre 5 e 10 mil reais, 9 entre 10 e 20 mil reais, e 6 deles mais de 20 mil reais, enquanto 1 não soube responder precisamente.

Essa distribuição mais equilibrada de investimentos reflete a maior complexidade e estrutura necessária para operar no Mercado Municipal, em comparação com as feiras livres. Os respondentes que afirmam ter iniciado o negócio com investimento maior que 20 mil reais possuíam valores moderadamente altos na perspectiva do circuito inferior, sendo que em suas respostas o valor mais alto investido entre os respondentes foi de 80 mil reais. Isso pode ser influenciado, justamente, pelo meio em que se estabelecem as atividades. A estrutura física e permanente do Mercado Municipal exige instalações com maior grau de investimento (revestimento, piso, iluminação e energia, pintura, estrutura em ferro ou madeira das bancas, tetos, grade ou novas estruturas dos estabelecimentos), com exceção apenas dentre os comerciantes que ocupam boxes no mercado.

Quando avaliamos essa situação, algumas pontuações devem ser feitas: algumas situações de comércio nas feiras livres ocorrem a partir da utilização de uma bancada, mesas de plástico ou até mesmo com o uso de uma bicicleta com carga, que são usadas para a venda de produtos, o que diminui significativamente os investimentos para o trabalho. Além disso, não há necessidade de estoque; já que raramente voltam para casa com muita mercadoria.

Já no Mercado, existe a necessidade de instalações físicas que sigam as normas do local (seja nas bancas, nas lojas ou nos boxes). Essa lógica também é alterada a partir do tipo de produto comercializado. Em caso de hortaliças, por exemplo, é necessária uma bancada que suporte umidade, visto a necessidade de rega para conservação durante todo o dia (o que necessita de adaptações na estrutura onde os produtos são expostos). Em outros casos, é necessário estruturar estoque de diferentes tipos de mercadoria, o que requer estruturação e transformações no ambiente. E é justamente o estoque, um ponto importante a ser mencionado a partir do tópico a seguir, que ajuda a compor a relação do capital investido das formas comerciais.

Uma possibilidade de avaliarmos as condições e o grau de (re)investimento e também de acumulação a partir das atividades realizadas no circuito inferior da economia é a partir do próprio capital hoje empregado/mobilizado nas atividades. A partir do capital empregado no negócio, é possível compreender a escala e estrutura das atividades comerciais praticadas, refletindo as características inerentes ao circuito inferior da economia. No Mercado Municipal, os comerciantes que participaram da pesquisa indicaram, de certo modo, um maior nível de investimento quando comparados com feirantes, ainda que os volumes investidos atualmente nos negócios, seja pequeno (condição típica do circuito inferior da economia urbana).

Dentre os respondentes do Mercado, 5 comerciantes indicaram que o capital empregado atualmente na atividade é de até 5 mil reais, enquanto 2 indicaram um capital entre 5 e 10 mil reais. 8 comerciantes mencionaram um capital entre 10 e 20 mil reais, e outros 16 respondentes indicaram um capital entre 20 e 50 mil reais. 4 respondentes apontaram capitais entre 50 e 80 mil reais, e 6 comerciantes possuem um capital maior do que 80 mil reais empregados atualmente em suas operações (outros 4 comerciantes não souberam responder sobre o capital empregado). Mais uma vez, a condição de estabelecimentos fixos, a exigência de infraestruturas de trabalho e algum volume de estoque compõem, dentre os comerciantes no Mercado, uma condição exigente de maiores investimentos, quando os comparamos aos feirantes.

Em contraste, o capital empregado nas bancas e barracas das Feiras Livres é consideravelmente menor, refletindo a própria natureza deste tipo de negócio. 12 feirantes indicaram que o capital empregado é de até 2 mil reais, enquanto 13 outros comerciantes da feira responderam investimentos atuais entre 2 e 5 mil reais. Apenas 05 feirantes mencionaram capitais entre 5 e 8 mil reais, e 3 indicaram valores entre 8 e 10 mil reais. Os capitais investidos na ordem de 10 e 15 mil reais, corresponde a apenas 02 dos respondentes, um montante acima de 15 mil reais, foi indicado por apenas 05 comerciantes (outros 5 feirantes não souberam responder à questão).

As respostas que obtivemos revelam o quanto os comerciantes nas Feiras Livres operam com capitais investidos significativamente menores, o que pode ser evidenciado pela frequência de respostas que indicam um capital empregado inferior a 5 mil reais. No Mercado Municipal, os maiores valores de capital empregado refletem uma capacidade de maior aporte financeiro e estruturação da sua atividade, consolidando em seu negócio um capital que poderá ser revertido em lucro, garantindo uma certa estabilidade financeira e crescimento, com possibilidade de ascensão. Entretanto, mesmo no Mercado, existe uma parte considerável dos comerciantes com baixo capital empregado, sendo que 15 respondentes indicaram um investimento atual inferior a 20 mil reais.

Tais condições também são reveladas quanto à percepção dos comerciantes quanto ao próprio porte das atividades que realizam. No Mercado Municipal, predominam empreendimentos de porte pequeno e micro. Entre os comerciantes respondentes, 30 reconhecem o próprio negócio como de pequeno porte, 13 se auto classificaram como micro negócios. Apenas 02 comerciantes indicaram o próprio negócio como sendo de porte médio.

Nas Feiras Livres, a estrutura é semelhante, mas com características que destacam a flexibilidade e a acessibilidade das atividades comerciais. O porte dos negócios nas feiras é majoritariamente pequeno, com 27 comerciantes nessa categoria. Além disso, há 15 Microempreendedores Individuais (MEI), resultado que representa a formalização mínima do empreendimento, permitindo legalização com menor burocracia e custo, mas que mantém vínculos que remontam ao circuito inferior. Apenas 3 negócios são de porte médio e, novamente, não há grandes negócios presentes. A presença significativa de MEIs e pequenas empresas nas Feiras Livres reflete a natureza adaptável desses espaços, facilitando a entrada de novos comerciantes, mesmo que operem com recursos limitados.

Quando analisamos as duas formas comerciais, diferenças importantes são apontadas, estruturando diferentes perfis do circuito inferior. O Mercado Municipal, com sua predominância de pequenos e micro negócios, sugere uma maior estabilidade e formalização relativa. Isso é evidenciado pelo maior número de espaços próprios, pelo tipo de empresa e pelos investimentos moderadamente mais altos. Em contraste, as Feiras Livres, contam com uma maior presença de MEIs e pequenas empresas, refletindo uma estrutura mais dinâmica, onde a acessibilidade e a flexibilidade são essenciais para os comerciantes. Isso pode ser evidenciado, principalmente, quando analisamos o perfil da mão de obra, o número de funcionários e o vínculo com a mão de obra familiar.

3.6. Caracterização da mão de obra empregada e renda dos trabalhadores

As características da mão de obra que compõe o circuito inferior da economia podem refletir diretamente nos desafios, oportunidades e condições de trabalho enfrentados pelos trabalhadores no circuito e, de certo modo, são reveladoras também das condições de trabalho urbano na cidade como um todo.

No Mercado Municipal, o número de funcionários empregados varia significativamente, refletindo a diferença entre as operações comerciais dos feirantes. 8 comerciantes trabalham de forma autônoma, sem funcionários, dependendo unicamente da sua força de trabalho. 24 comerciantes empregam entre 1 e 2 funcionários (com apenas um desses indicando possuir

funcionários empregados com carteira assinada). 10 comerciantes empregam entre 3 e 4 funcionários (dos quais 2 dos respondentes afirmam possuir funcionários registrados formalmente). Apenas 3 comerciantes têm mais de 5 funcionários vinculados às atividades comerciais (sendo que apenas 1 deles oferece emprego formal, ou seja, com carteira assinada).

A presença moderada de funcionários, em sua ampla maioria com empregos informais, indica a insegurança e a precariedade das condições de trabalho, características que predominam na instabilidade do circuito inferior da economia, mas também a capacidade desse circuito de fornecer ocupações aos agentes, ainda que de forma quase sempre precária.

Corroborando isso, a utilização da mão de obra familiar (característica do circuito inferior) é uma prática comum no Mercado Municipal, com 22 comerciantes empregando entre 1 e 2 familiares. 08 comerciantes empregam entre 3 e 4 membros da família, e 01 emprega mais de 5 familiares. 14 comerciantes informaram não utilizar mão de obra familiar (o que sugere um maior grau de organização e, quiçá, de capital presente na atividade). A dependência da mão de obra familiar é evidenciada a partir desses resultados por essas formas comerciais possuírem recursos limitados, fazendo com que parte expressiva dos comerciantes recorra a membros da família para manter o negócio em operação, principalmente no que concerne à redução de custos com o pagamento de salários, benefícios, impostos e ainda serem forçados a estabelecerem seu negócio a um grau de formalidade para que haja contratação. Isso contribui para a perpetuação de práticas tradicionais e a ausência de benefícios trabalhistas.

O emprego familiar é frequente nas pequenas empresas do circuito inferior. Ele permite que se aumente a produção sem que haja necessidade de mobilizar mais capital de giro. Apelar para assalariados tornaria a pequena empresa pouco competitiva e a obrigaria a pagar encargos sociais e impostos. Em certos casos, sobretudo quando a demanda é flutuante, a transformação de uma empresa familiar em empresa capitalista acarretaria sua falência (Santos, 2004, p. 219).

No que diz respeito aos benefícios pagos aos funcionários, a maioria dos comerciantes respondentes no Mercado Municipal não oferece nenhum tipo de benefício. 28 comerciantes não possuem funcionários ou, quando os possuem, não pagam benefícios. Com relação aos respondentes que possuem funcionários com benefícios vinculados ao trabalho, os respondentes indicaram múltiplas alternativas. Os resultados demonstram uma baixa variedade dos tipos de benefícios dispostos, sendo que 15 comerciantes afirmaram que oferecem transporte aos funcionários, 5 fornecem alimentação e nenhum deles oferece benefícios de saúde.

Nas Feiras Livres, o perfil da mão de obra apresenta algumas semelhanças e diferenças em relação ao Mercado Municipal. 10 comerciantes trabalham de forma autônoma, sem funcionários. A maioria, 33 respondentes, emprega entre 1 e 2 funcionários, enquanto apenas 5

comerciantes têm entre 3 e 4 funcionários. Nesta pesquisa, não foram entrevistados comerciantes nas feiras livres que empregassem mais de 5 funcionários.

Esses dados sugerem uma estrutura de negócios ainda mais reduzida, o que pode ser vinculado, principalmente, à questão temporal e à insegurança relacionada às feiras livres, que, ocorrendo semanalmente, não conseguem assegurar um vínculo empregatício extra. Desta forma, grande parte dos proprietários opta por mecanismos de remuneração diários, gerando a maior tempo de ocupação apenas em caso de necessidade (em algumas épocas e situações com maior fluxo de clientes, por exemplo).

Quando comparados Mercado e Feiras, percebemos principalmente a diferença entre a quantidade de funcionários e a inexistência de vínculo formal de funcionários com as atividades, mas que ainda assim, afetam significativamente a renda de uma população que necessita de diferentes formas de renda para subsistência, refletindo a ideia de que o circuito inferior, ainda que com piores condições de salário e trabalho intensivo, se comporta como “o verdadeiro fornecedor de ocupação para a população pobre da cidade” (Santos, 2004, p. 45).

O ingresso nas atividades do circuito inferior geralmente é fácil, na medida em que, para isso, é mais necessário o trabalho que o capital. E como a mão de obra é barata, não é difícil começar um negócio. Os empregados, se necessários, são encontrados com facilidade, porque a notícia de oportunidade de trabalho circula rapidamente (Santos, 2004, p. 204-205).

A utilização da mão de obra familiar nas feiras livres também é significativa. 23 comerciantes empregam entre 1 e 2 familiares, enquanto 4 respondentes utilizam entre 3 e 4 membros da família. 18 comerciantes não utilizam mão de obra familiar nas atividades. Assim como no Mercado Municipal, a dependência da mão de obra familiar nas feiras livres reflete a necessidade de minimizar custos e maximizar a flexibilidade das atividades, características essenciais do circuito inferior. No que tange ao pagamento de benefícios, a maioria dos comerciantes das feiras livres não oferece nenhum tipo de benefício aos seus funcionários. 33 comerciantes não pagam benefícios. 9 oferecem transporte e 6 fornecem alimentação. Tal como no Mercado, nenhum oferece benefícios relacionados à saúde (planos ou seguros).

Esses dados indicam que a maioria dos negócios no Mercado Municipal e nas feiras livres operam com uma estrutura de mão de obra reduzida e, frequentemente, informal. O trabalho informal é uma característica marcante do circuito inferior, onde a contratação formal é limitada devido aos custos e à burocracia envolvidos. Santos afirma que “o emprego no circuito inferior é uma realidade difícil de definir pois compreende tanto o trabalho mal remunerado como o trabalho temporário ou instável” (Santos, 2004, p. 203), já que justamente

a incerteza e insegurança em sua ocupação acentua a informalidade e as condições de trabalho do circuito.

O pagamento de benefícios diminui a margem de lucro, com custos elevados que impedem os comerciantes de proporcionar melhores condições de trabalho. Com relação à mão de obra, ainda que com essas condições, a relação entre a necessidade do emprego e a atividade comercial é comumente suprida pela pouca exigência de formação, e a facilidade de acesso ao circuito, onde Santos afirma que:

A fluidez do emprego é impressionante. A falta de necessidade de especialização para um grande número de atividades faz com que os indivíduos passem sem dificuldade de uma ocupação a outra. Essa mobilidade no emprego é uma verdadeira saída de emergência para muitos habitantes das cidades do Terceiro Mundo (Santos, 2004, p. 255).

Quando analisadas essas condições de trabalho, os padrões se relacionam intimamente às características do circuito inferior da economia urbana. No Mercado Municipal, a grande maioria dos comerciantes e de seus empregados não realiza pausas durante a jornada de trabalho. Dos 45 respondentes, 37 indicaram que não fazem pausas, enquanto apenas 8 afirmaram que as fazem. Em relação ao trabalho nos fins de semana, praticamente todos os comerciantes do Mercado Municipal trabalham durante esses dias. Apenas 1 dos 45 respondentes indicou que não trabalha nos fins de semana, enquanto 44 afirmaram trabalhar aos sábados e domingos.

Nas Feiras Livres, as condições de trabalho também são marcadas por uma intensa carga de trabalho e pouca oportunidade de pausas. Dos 45 respondentes, 40 indicaram que não fazem pausas durante a jornada de trabalho, apenas 5 afirmaram fazê-las. Similar ao que ocorre no Mercado Municipal, a ausência de pausas reflete a necessidade de maximizar o tempo de venda e a pressão constante para garantir a subsistência.

Quanto ao trabalho nos fins de semana nas feiras, a resposta referente aos fins de semana não revela informações adicionais, já que uma das feiras pesquisadas ocorre justamente nos fins de semana. Esses dados relacionados às condições de trabalho revelam a intensidade do trabalho do circuito inferior, que impossibilita, a partir da necessidade de gerar renda, melhores condições de trabalho para quem as desenvolve, já que a maioria das vezes as condições de trabalho dispostas são as únicas alternativas de renda, sem possibilidade de buscar – em um tempo ócio – novas atividades que sejam mais vantajosas.

Em termos de renda, a maioria dos trabalhadores no Mercado Municipal recebe 1 salário mínimo (26 respondentes), com uma pequena parcela recebendo um salário mínimo mais comissão (4 respondentes). Não há trabalhadores ganhando mais de um salário mínimo, e 15

têm o rendimento total dividido. Neste último caso, majoritariamente, os respondentes possuem a mão de obra familiar predominante, o que indica a utilização da renda para a subsistência da atividade e para a renda familiar.

Nas feiras livres, a situação também revela aspectos do circuito inferior relacionados à renda. O salário médio dos trabalhadores é ainda mais baixo, e o vínculo da atividade comercial ainda mais informal, o que reflete em uma renda instável e menos expressiva. Nas suas respostas, 14 comerciantes afirmam o pagamento de 01 salário mínimo aos funcionários, 11 indicaram o pagamento de funcionários a partir da “diária de trabalho”, 09 responderam pagar meio salário, 9 dividem a renda total com o núcleo familiar e 02 não responderam à questão ou indicaram que a questão não se aplica a situação do respondente por não haver pagamento de salários.

Tais dados, de certo modo, podem não refletir a totalidade da situação pesquisada. Quando os participantes respondiam a esta pergunta, as respostas sempre eram acompanhadas da expressão “depende”, visto que os ganhos da feira refletem diretamente no pagamento dos funcionários, e até mesmo na sua contratação. Se o movimento não é expressivo, isso significa diretamente baixos lucros, e menor contratação daqueles que recebem diárias.

Desta forma, ainda que houvesse respondentes alegando o pagamento de 1 salário, os próprios relataram a insegurança deste pagamento, sendo que cada pagamento é combinado no ato da “contratação” (o que revela o caráter instável e vulnerável da renda de empregados). Já os respondentes que alegam o pagamento de diárias demonstram grande instabilidade, com relatos do pagamento de diárias de 80, 100, 200 reais, além da insegurança de ocupação em todos os dias de feira, o que indica uma precariedade nas relações de trabalho e insegurança financeira diante da ocupação a eles dispostas.

Quanto à jornada de trabalho dos funcionários, o Mercado Municipal reflete a intensidade da carga de trabalho do circuito inferior, com a maioria trabalhando 8 horas diárias (23 respondentes), ou mais (20 respondentes trabalham 9 ou 10 horas diárias). Apenas 2 trabalhadores têm jornadas de 6 ou 7 horas diárias. A jornada de trabalho nas Feiras Livres é similarmente longa, com 29 trabalhadores cumprindo 8 horas diárias e 8 trabalhando por 9 ou 10 horas diárias. Apenas 8 trabalhadores têm jornadas mais curtas, que giram em torno de 6 ou 7 horas diárias.

As atividades desenvolvidas no Mercado e nas Feiras Livres são, por vezes, insuficientes, sendo necessária a complementação de renda, seja com outros empregos e formas de renda (como a presença de comerciantes apresentados anteriormente), ou a complementação da renda por parte de outros membros da família. Aqui foram citadas informações que

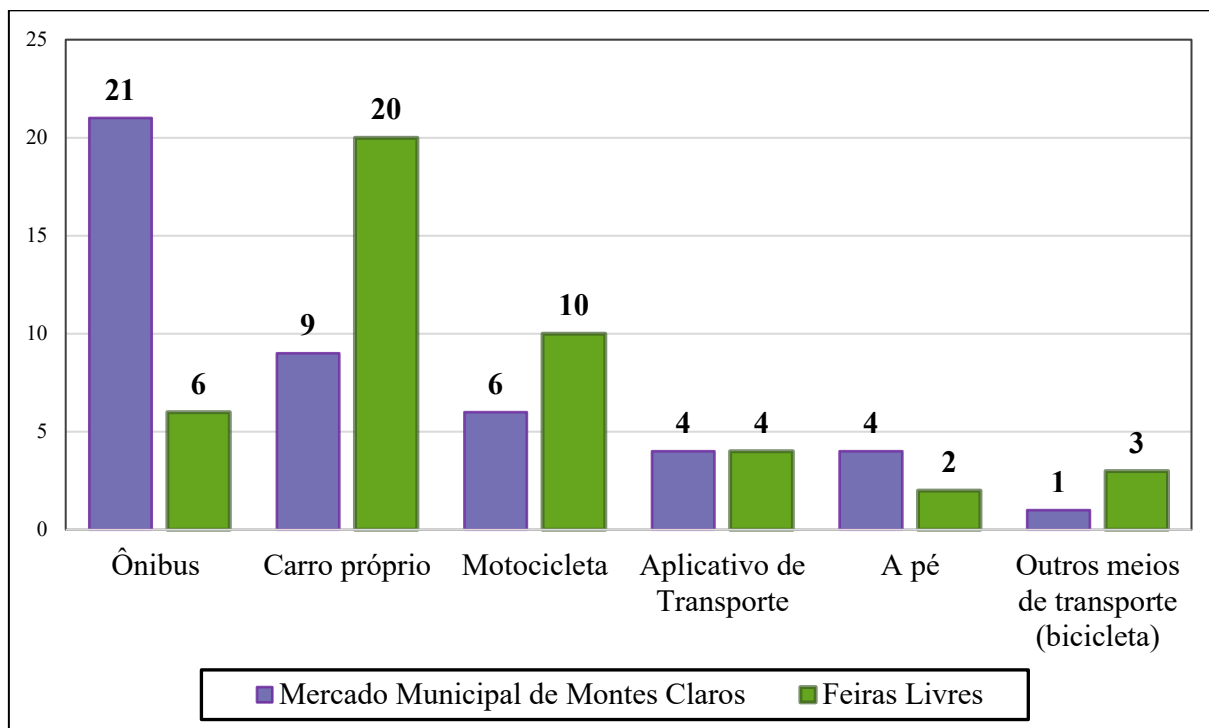
relacionam as atividades destes dois locais com o trabalho dos familiares para auxílio e perpetuação da comercialização nos locais. Entretanto, é necessário analisar também se os membros familiares possuem outras atividades que complementam a renda total familiar. No Mercado, 29 respondentes afirmaram contar com a complementação de renda por cônjuge ou familiares. Já nas feiras, esse número foi ainda maior: 33 feirantes relataram receber auxílio de membros da família na renda familiar.

3.7. Os meios de transporte nos deslocamentos para o trabalho

Um fator importante relacionado a mobilidade urbana e acesso à cidade é a situação dos trabalhadores e das formas utilizadas pelos funcionários para locomoção aos locais de trabalho, que atingem diretamente a produtividade e bem-estar dos trabalhadores. Assim, foi perguntado aos participantes desta pesquisa questões relacionadas ao tema. Quando questionados sobre a principal forma de transporte utilizada para se deslocarem ao Mercado Municipal de Montes Claros, a maioria dos participantes da pesquisa respondeu que utilizam o transporte público (ônibus), totalizando 21 dos 45 respondentes. Apenas 9 dos respondentes indicaram a utilização de carro próprio, enquanto 6 utilizam motocicleta e 4 dependem de aplicativos de transporte. Além disso, 4 trabalhadores realizam o trajeto a pé, e apenas 1 utiliza outros meios, como bicicleta.

Já nas feiras livres, 20 trabalhadores utilizam carro próprio, 10 usam moto como principal meio de transporte, 6 utilizam transporte público (ônibus), 4 utilizam aplicativos de transporte, 2 afirmam ir a pé para o local das feiras e 3 utilizam outros meios de locomoção, sendo eles majoritariamente indicando o uso de bicicletas.

Gráfico 4. Comparação dos meios de transporte utilizados entre funcionários do Mercado Municipal e das Feiras Livres de Montes Claros-MG



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Quando analisamos os resultados comparativos entre a utilização dos meios de transporte das feiras livres e do Mercado Municipal fica perceptível as características de localização dos empreendimentos e a disposição e características dos funcionários. Quando analisamos o Mercado Municipal de Montes Claros, a acessibilidade e alternativas de mobilidade mais flexíveis são reflexos da sua localização fixa e centralizada na cidade. Ainda que os usuários aleguem dificuldade de acesso, a localização ainda propicia a acessibilidade por parte dos funcionários pelo transporte público.

Além disso, é importante ressaltar que a ausência da necessidade de transportar uma estrutura física e produtos contribui para o deslocamento descentralizado em meios de transporte próprios, sendo possível também utilizar o transporte público (ônibus). Outro fator é que muitos trabalhadores do Mercado possuem uma rotina fixa e horários mais regulares, o que facilita a adequação ao funcionamento do transporte coletivo.

As feiras ocorrem em diferentes localizações, o que implica deslocamentos que exigem um maior aporte de recursos e estruturas, justamente por necessitarem de uma locomoção melhor estabelecida, já que atraem um perfil de comerciantes que frequentemente se deslocam com cargas maiores e precisam de alguma flexibilidade logística. Isso leva a uma maior

utilização de veículos particulares, como carros e motocicletas, uma alternativa mais prática para garantir a pontualidade e a eficiência no transporte de mercadorias e estruturas.

Vinculada à situação do transporte, foi perguntada a distância, ou seja, a proximidade da residência em relação ao local de trabalho. Assim, dos participantes da pesquisa que atuam no Mercado Municipal, 15 responderam que residem em bairros próximos, enquanto 27 vivem em áreas distantes e 3 em outros municípios ou distritos, evidenciando um deslocamento significativo para o trabalho.

Em termos de proximidade residencial, os respondentes das feiras livres afirmaram que 28 trabalhadores das feiras vivem em bairros próximos, enquanto 10 estão em áreas distantes, 3 em áreas muito distantes e 4 em outros municípios ou distritos.

Existem diferenças que marcam a distância dos funcionários e os meios de transporte, que caracterizam o perfil dos trabalhadores. No caso das feiras livres, a presença de um número maior de trabalhadores que utilizam carro próprio ou motocicleta sugere que muitos feirantes vêm de regiões mais afastadas (distritos do município, resultado que se difere do Mercado Municipal) ou precisam transportar mercadorias e estruturas, exigindo maior autonomia no deslocamento. No entanto, há também um grupo de trabalhadores que reside próximo às feiras e, por isso, pode se deslocar a pé ou de bicicleta, o que justifica a presença dessas opções no meio de transporte utilizado. A mobilidade a pé, ou por meios de transporte não-motorizados é mais comum entre aqueles que moram nas imediações das feiras.

3.8. Características e relações com o mercado consumidor

O mercado consumidor do circuito inferior é tanto composto pelos agentes que atuam no interior deste próprio circuito, quanto por uma classe atuante e oriunda do circuito superior da economia (ainda que em menor quantidade). Quando um agente utiliza os serviços e consome produtos vinculados às atividades desenvolvidas pelo circuito inferior, ele absorve, ainda que de forma indireta, a modernização, o trabalho e impulsiona a técnica e organização do circuito. Para compreender a produção dos circuitos, em especial do circuito inferior, é importante analisar seu mercado consumidor, para que, a partir da sua caracterização, se compreenda o contexto inserido.

Para entender o alcance das atividades do circuito inferior, foi perguntado aos participantes da pesquisa sobre a abrangência do mercado consumidor das formas comerciais em que atuavam. No Mercado Municipal, para a maioria dos comerciantes que responderam ao questionário, o Mercado Consumidor transpassa a atividade da cidade, reconhecendo clientes

em todo Norte de Minas Gerais, o que revela, sobretudo, o caráter de importância regional do mercado como equipamento e forma comercial tradicional.

É importante ressaltar ainda que o alcance é alavancado pelo próprio circuito superior da cidade, enfatizando a relação entre os circuitos – oferecendo produtos típicos da região e guardando características tradicionais do lugar, o Mercado hoje também figura como espaço de interesse a turistas e viajantes. A partir da relação industrial da cidade com outros estados e países (como a Dinamarca, sede de uma das principais indústrias da cidade), o público reconhecido no Mercado se torna diversificado. Então, para além do comércio local, que possui grande importância para a análise do circuito inferior do Mercado, o espaço integra diferentes públicos, tanto o relacionado ao próprio circuito inferior quanto ao oriundo do circuito superior da economia urbana.

A dinâmica das feiras livres em relação ao seu mercado consumidor se mostra diferente do Mercado Municipal justamente por seu enfoque de oferta e estrutura. Apesar das feiras livres contarem com a participação de parte do circuito superior, o foco das feiras livres é mais direcionado para o abastecimento da população de menor renda. Para os respondentes, as feiras atuam principalmente junto a um mercado consumidor local e próximo, eventualmente alcançando consumidores do norte mineiro. O consumo local reforça a importância das feiras como pontos de venda acessíveis e de proximidade para a população, com o circuito inferior atuando a partir da proximidade (residentes do entorno).

Nesta via de análise, é necessário compreender o perfil específico dos consumidores de cada forma comercial citada. No Mercado Municipal, quando questionados sobre o perfil econômico dos consumidores, a maioria dos comerciantes respondeu que a predominância é de uma classe média ou de consumidores com alto poder aquisitivo. Entretanto, foi elencado que, apesar da predominância, existe uma dinâmica que também absorve um público de classe mais baixa, justamente pela comercialização de itens simples que compõem a cesta básica (gêneros alimentares de consumo cotidiano).

Para as feiras livres, a predominância se inverte, ressaltando a presença maciça de uma população de baixa renda, seguida por uma classe média, variando com a presença de uma população de alto poder aquisitivo que frequenta as feiras livres com menor regularidade. A relação ocasional com a classe média / média alta nesses locais de consumo predominantes de uma população pobre fora descrita por Santos (2004) como uma característica do circuito inferior desde os anos 1970, traço que, em Montes Claros, permanece até a atualidade.

Os dois circuitos não são dois sistemas isolados e impermeáveis entre si, mas, ao contrário, estão em interação permanente. De um lado, a própria existência de uma

classe média impede de se falar em circuitos fechados. Seu consumo dirige-se a um ou outro circuito com frequências variáveis. De outro lado, o funcionamento de cada circuito compreende uma articulação interna ou horizontal, com diferentes graus de integração, e uma articulação vertical que se realiza pela comunicação entre atividades dos dois circuitos (Santos, 2004, p. 261).

Este perfil é consistente com o circuito inferior, onde os comerciantes frequentemente servem a segmentos de mercado que são mais sensíveis aos preços e mais afetados por flutuações econômicas. Contudo, a presença significativa de consumidores de baixa renda indica que o Mercado e as feiras livres ainda dependem de um segmento populacional de certo modo vulnerável, em termos de renda. Com um perfil misto de consumidores característico do circuito inferior, onde as empresas frequentemente atendem a uma ampla gama de clientes, desde um perfil de alto poder aquisitivo até os mais carentes, esse tipo de atividade se sustenta.

Para captar o acesso da população à relação do crédito, poder financeiro e às diferentes formas de modernização de capital e financeiras, bem como às formas de acesso aos produtos a partir de diferentes meios de pagamento, perguntamos aos comerciantes quais são as formas de pagamento por eles aceitas em seus estabelecimentos. Os comerciantes do Mercado Municipal oferecem uma ampla variedade de formas de pagamento, com preferência por dinheiro e também formas muito recentes e típicas do Brasil atual, como o PIX, devido à rapidez na confirmação do pagamento e acesso imediato ao recurso. A aceitação generalizada de cartões de crédito e débito, e em menor grau, de cheques (hoje cada vez menos frequente), demonstra a flexibilidade necessária para atrair e manter uma base diversificada de clientes. Existe também a presença de formas menos frequentes, como trocas e o “fiado”, que ressalta a relação de confiança entre comerciantes e consumidores.

As atividades do circuito inferior da economia, conforme descrito por Santos (2004), operam simultaneamente com base no crédito e no dinheiro líquido, uma realidade especialmente visível nas feiras livres e no Mercado Municipal de Montes Claros. O tipo de crédito utilizado é predominantemente pessoal e direto. Isso significa que comerciantes e produtores dependem fortemente de relações de confiança estabelecidas diretamente com seus clientes e fornecedores, muitas vezes sem a intermediação de instituições financeiras formais.

Ao contrário das empresas do circuito superior, que podem contar com financiamentos de longo prazo e formas mais sofisticadas de crédito, os agentes do circuito inferior vivem uma realidade em que a liquidez imediata é fundamental para manter a atividade econômica e evitar a falência. A necessidade contínua de dinheiro líquido para reembolsar dívidas e manter as operações diárias gera uma dinâmica econômica onde a circulação imediata de dinheiro (seja em espécie, seja de modo eletrônico) é intensa e essencial para a sobrevivência dos negócios e

das pessoas envolvidas. Essa busca necessária pela liquidez imediata destaca, de certo modo, a fragilidade e a precariedade das atividades no circuito inferior (Santos, 2004).

Nas feiras, apesar da aceitação de diversas formas de pagamento também serem frequentes, os comerciantes optam sobretudo pelo pagamento em dinheiro ou PIX, atribuindo mesmo descontos quando tal opção é empregada pelos consumidores (condição diferente para as compras realizadas com cartões de crédito, devido a cobrança de taxas). Mas, justamente pela variedade do público, citada na análise anterior, gradualmente ocorreu a modernização dessas formas de pagamento (principalmente com a facilidade de acesso ao crédito, em especial quando realizadas formalizações em seu negócio, aderindo ao MEI, por exemplo), refletindo a necessidade de flexibilidade para acomodar diferentes preferências e capacidades dos consumidores.

O popular “fiado” é, até hoje, uma forma expressiva de pagamento, e também indicativa da proximidade e confiança que se estabelecem entre comerciantes e consumidores. Mais presente nas feiras do que no Mercado, a compra fiada indica uma relação de confiança entre vendedores e clientes, uma característica essencial no circuito inferior, onde as relações pessoais podem compensar a falta de acesso a crédito formal. Esse fenômeno ressalta a proximidade das feiras livres com os clientes de forma mais direta, já que no Mercado Municipal o público tende a ser menos fiel e frequente que nas feiras livres. Essa flexibilidade é uma estratégia de sobrevivência típica do circuito inferior, onde a capacidade de adaptação às necessidades dos consumidores pode ser crucial para a manutenção do negócio e resiliência das suas atividades.

Isso é ressaltado a partir das mudanças no mercado consumidor, que necessita de adaptações no desenvolvimento das atividades. Com modificações frequentes no perfil de consumo das cidades, perguntamos aos comerciantes a percepção com relação ao volume desses consumidores nas feiras e no Mercado. Para os respondentes do Mercado, eles compreendem que o seu mercado consumidor já foi maior (para 31 dos respondentes), o que reflete uma diminuição na demanda ao longo do tempo e a necessidade de adaptar-se à realidade dos atuais consumidores. Nas feiras livres, a concepção tem a mesma direção, todavia, em uma menor escala a partir da relação de fidelidade dos clientes com as atividades desenvolvidas nas feiras, onde 26 respondentes de 45 afirmam que o mercado já foi maior.

Essas flutuações de mercado percebida pelos comerciantes são típicas do circuito inferior, onde as mudanças nas condições econômicas e as novas condições da vida urbana, bem como a concorrência com formas comerciais que se afirmaram nas últimas três décadas na cidade (como é o caso de grandes supermercados e atacarejos) e a falta de suporte

governamental, afetam diretamente o público frequentador e, conseqüentemente, a estabilidade financeira dos comerciantes.

Neste aspecto, é importante analisarmos a percepção dos comerciantes com relação aos seus principais concorrentes, compreendendo assim essas mudanças no perfil de consumo e quais são as principais atividades que impactam a atividade. Para os comerciantes do Mercado Municipal, as feiras livres são os principais concorrentes elencados, bem como os supermercados e a diversidade de bancas do próprio Mercado Municipal.

Para os comerciantes das feiras livres, a relação com o local reitera a afirmação de que o circuito inferior é voltado e frequentado sobretudo por agentes do mesmo circuito e também os espacialmente próximos. Para os feirantes, os principais concorrentes são os conhecidos “sacolões”, que inclusive rodeiam as áreas das feiras, os supermercados e os outros comerciantes da própria feira, que, por necessidade, podem diminuir seu preço para garantir as vendas.

A dinâmica reconhecida, a partir da análise empírica das atividades, revela um circuito inferior de certo modo muito próximo às características descritas por Milton Santos nos anos 1970. A alta adaptabilidade, flexibilidade e resiliência em desenvolver as atividades demonstram a vulnerabilidade e a necessidade de sobrevivência em um ambiente econômico incerto, mas que, por vezes, é o único capaz de gerar o retorno de renda esperado, conferindo ao circuito inferior o caráter de “mercado socialmente necessário”, tal como elaborado por Ana Clara Torres Ribeiro (2005).

Os comerciantes e trabalhadores demonstram uma capacidade de ajustar-se às demandas e condições, suportando dificuldades geradas pelo sistema, pela questão financeira, pelas atividades econômicas e pela falta de amparo estatal. As condições de trabalho dispostas e a sua relação com o espaço (trabalhado e vivido), reiteram a divisibilidade do capital, do trabalho e da mão de obra vigentes na comercialização de produtos agrícolas nestes espaços.

No próximo capítulo deste trabalho, pretendemos compreender a relação entre a comercialização e os produtores rurais presentes nestes espaços, analisando o perfil das suas atividades e como a produção rural, relacionada ao circuito inferior, possibilita nexos entre o campo e a cidade, em Montes Claros, a partir do Mercado Municipal e das feiras livres.

3.9. A satisfação dos comerciantes com a atividade

Levando em consideração justamente as informações sobre o nível de satisfação dos agentes do circuito inferior com relação às suas atividades, foram feitas perguntas sobre a

perspectiva e a realidade da atividade desenvolvida. No Mercado Municipal, a maioria dos participantes expressa satisfação com o trabalho que realiza, com 36 dos 45 respondentes indicando contentamento. Contudo, quando questionados sobre o faturamento, a situação se torna mais complexa: apenas 12 estão satisfeitos, 15 estão totalmente insatisfeitos e 18 acreditam que o faturamento poderia melhorar, principalmente quando avaliam o cenário pandêmico, que afetou diretamente a vida do comércio local.

A partir dessas respostas, quando indagados sobre a intenção de mudar de negócio ou profissão, 13 respondentes evidenciam a possibilidade e o desejo de mudar de negócio, caso surjam novas oportunidades, especialmente se houver melhores condições ou possibilidades de obtenção de remunerações mais vantajosas.

Quanto ao nível de organização da classe e adesão a associações em prol da sua categoria, a baixa adesão a associações de comerciantes, com apenas 8 dos 45 participando, pode indicar uma limitação no apoio institucional e na coesão entre os trabalhadores do mercado, o que é crítico para enfrentar desafios econômicos e promover melhorias nas condições de trabalho.

Nas feiras livres, o nível de satisfação dos comerciantes com a atividade é extremamente alto, com 44 dos 45 respondentes expressando contentamento. No entanto, a satisfação com o faturamento segue uma tendência semelhante à do Mercado Municipal, com 9 satisfeitos, 12 insatisfeitos e 24 acreditando que a situação poderia melhorar. As justificativas seguem a mesma lógica, com um fator diferencial: o aumento da quantidade de feiras livres e a expansão da cidade são apontados pelos participantes como prejudiciais ao lucro dos feirantes. A alta proporção de insatisfação com o faturamento, combinada com uma maior estabilidade em relação à mudança de negócio (06 deles planejando mudar de área), sugere que, embora a satisfação com o trabalho seja alta, existam fatores outros que vinculam os feirantes à atividade das feiras livres, especialmente quando a atividade é realizada há muito tempo, refletindo certa condição de inércia.

Tal como no Mercado, a adesão a associações é baixa, mas um pouco mais frequente nas feiras do que no Mercado, com 10 dos 45 feirantes participando, principalmente nas associações próprias dos Feirantes do Bairro São José e Major Prates. Isso indica um nível mais elevado de organização e suporte entre os feirantes, entretanto, ainda que mais alto que das feiras livres, é um indicativo baixo.

Essas análises são corroboradas, a partir da análise do tópico seguinte, ao percebermos uma grande carência estatal no suporte às atividades desenvolvidas, culminando assim em uma

necessidade de organização própria, já que, segundo os comerciantes, especialmente a Prefeitura da cidade, pouco se envolve em suas atividades.

3.10. A localização como condição para o trabalho no circuito inferior

A localização geográfica dos empreendimentos no circuito inferior da economia urbana é, em geral, condição para a sua própria existência na cidade, ocupando espaços em geral muito frequentados, com meio construído em geral precário (o que permite a garantia de preços baixos), ainda que, as situações aqui estudadas (Mercado e Feiras), impliquem em condições muito específicas.

Quando perguntados se o Mercado Municipal oferece localização adequada ao trabalho realizado, 34 comerciantes responderam que sim e 11 afirmam que não entendem a localização como propícia para as atividades. Sobre a proximidade com o mercado consumidor, 29 responderam que o local possui proximidade com os consumidores e 16 responderam negativamente. Sobre a facilidade de transporte e serviços, apenas 21 pessoas afirmaram que o Mercado possui esses aspectos suficientemente.

Quando indagados sobre estacionamento e fiscalização, apenas 9 afirmaram que oferecem esses serviços, e 36 não. É possível inferir a partir dessas informações que a insatisfação norteia não apenas a relação de comercialização e público. A localização, transporte, serviços e infraestrutura ressaltam a falta de investimento e suporte público, o que perpetua condições de trabalho precárias e limita o crescimento econômico da atividade.

Já com relação a localização das feiras livres é vista de forma relativamente positiva pelos trabalhadores, com 35 respondentes afirmando que a localização é adequada para suas atividades, enquanto 10 discordam que os locais das feiras são proveitosos para as atividades desenvolvidas. A proximidade com o mercado consumidor é um ponto forte das da localização das feiras livres, com 37 respondentes afirmando que as feiras tem potencial nas suas atividades a partir do contato direto com o consumidor. A segurança e a fiscalização também são bem avaliadas, com 37 respondentes afirmando que as feiras oferecem essas condições, enquanto 8 discordam.

Entretanto, a infraestrutura necessária para o funcionamento adequado das feiras é um ponto de grande preocupação. Apenas 14 respondentes consideram que as feiras oferecem a infraestrutura necessária, enquanto a maioria, 31 respondentes, discorda. A falta de infraestrutura adequada (como cobertura, instalações sanitárias, eletricidade e áreas de

armazenamento, além do fluxo de clientes) limita a capacidade dos comerciantes de operar de forma eficiente e confortável.

3.11. O Poder Público na ótica dos comerciantes do circuito inferior

A falta de atenção do poder público às atividades do circuito inferior da economia urbana é resultado de uma série de variáveis que, em conjunto, inviabilizam melhorias significativas para esse setor.

As respostas obtidas por meio dos questionários aplicados evidenciam esse cenário: os empreendimentos e locais onde essas atividades ocorrem expressam um sentimento recorrente de abandono por parte do Estado. Os agentes apontam a falta de estrutura adequada, a ausência de fiscalização, a inexistência de estacionamentos e as dificuldades de acesso ao mercado consumidor como elementos que comprometem não apenas a dignidade no trabalho, mas também a viabilidade econômica das atividades desenvolvidas.

Neste tópico, buscaremos avaliar a relação entre o Estado (especialmente o poder público local) e os comerciantes participantes.

Os dados mostram que a maioria dos comerciantes das feiras livres, 42 de 45 respondentes, não paga impostos ou taxas ao poder público. A situação no Mercado Municipal é semelhante, onde 11 de 45 comerciantes indicam o pagamento de impostos ou taxas. Essa situação reflete um cenário que o circuito inferior mais pobre é, em geral, alheio às possibilidades de atividades cujas as formalidades típicas dos negócios no circuito superior da economia são abarcadas. Talvez por isso, tal condição é expressiva da falta de apoio governamental.

A primeira delas demonstra que a atividade desenvolvida nestes dois locais não possui uma assistência efetiva junto aos comerciantes analisados. O segundo ponto revela o desinteresse dos comerciantes, que por vezes é relacionado ao gasto financeiro e à limitação financeira a que são submetidos (se a renda é em geral baixa, e fundamental à sobrevivência, faltam recursos para o pagamento de impostos ou taxas). Entretanto, a falta de formalização impede esses comerciantes de acessar benefícios sociais, crédito e suportes governamentais que poderiam melhorar significativamente suas condições de trabalho e de vida.

Santos traz uma análise acerca do poder público e o circuito inferior da economia:

As atividades do circuito superior usufruem direta ou indiretamente da ajuda governamental, enquanto as atividades do setor inferior não dispõem desse apoio e frequentemente são mesmo perseguidas, como no caso dos vendedores ambulantes em numerosas cidades (Santos, 2004, p. 47).

Quando perguntados sobre o desejo de receber apoio do poder público, todos os participantes das feiras livres (45 respondentes) ressaltam a vontade de obter qualquer tipo de assistência. No Mercado Municipal, 41 respondentes, ou seja, a extrema maioria dos respondentes, também expressam esse desejo, o que sublinha a urgência dessa questão. Em ambas as formas comerciais, quando questionados, afirmam que nunca receberam nenhum benefício público. Essa informação resalta a realidade de um circuito inferior que opera em um vácuo de suporte estatal, o que perpetua a precariedade e a vulnerabilidade econômica.

A inexistência de benefícios públicos não é apenas um reflexo da informalidade das atividades desenvolvidas, mas também da ineficiência ou negligência das políticas públicas em alcançar e integrar o circuito inferior da economia. Enquanto isso, os comerciantes reconhecem a necessidade de intervenções que possam fornecer infraestrutura, capacitação, acesso a financiamentos e outros suportes essenciais para a sustentabilidade e o crescimento de seus negócios. Esse desejo representa uma oportunidade para o poder público atuar de forma efetiva, criando políticas que possam formalizar e fortalecer esses negócios, transformando a dinâmica da economia urbana local.

CAPÍTULO 4. RECONHECENDO AS INTERAÇÕES ESPACIAIS: NEXOS CAMPO-CIDADE E AS REDES TECIDAS A PARTIR DO CIRCUITO INFERIOR

Este capítulo visa avaliar as interações que o circuito inferior da economia, especialmente o voltado para a comercialização de gêneros agrícolas e alimentares, estabelece no Norte de Minas Gerais e espaços adjacentes, a partir das atividades realizadas no Mercado Municipal e Feiras Livres avaliadas em Montes Claros. São pelo menos duas as dimensões de interações espaciais que pretendemos retratar, revelando, em ambos os casos, a força e expressão do circuito inferior ao estabelecer vínculos e conexões com agentes e espaços próximos, quando avaliamos as relações entre o terciário avaliado e uma produção agrícola local, em muito caracterizada pela agricultura familiar ou mesmo camponesa, mas também nexos ou conexões mais distantes, revelando a expressão das redes que a atividade comercial do circuito inferior mobiliza no território.

4.1 Pensando os nexos campo-cidade a partir do circuito inferior em Montes Claros

A agricultura familiar no Brasil desempenha um papel essencial na segurança alimentar e na economia, sendo responsável por grande parte do abastecimento interno de alimentos básicos. No entanto, esse setor enfrenta desafios estruturais e históricos que comprometem seu pleno desenvolvimento. A dependência de políticas públicas de incentivo, aliada à escassez de investimentos em infraestrutura e inovação tecnológica, revela a fragilidade das estratégias estatais no apoio eficaz à agricultura camponesa e familiar. Como consequência, em grande parte a agricultura familiar praticada no país torna-se uma atividade vulnerável e altamente dependente de políticas que, frequentemente, se mostram insuficientes para enfrentar um conjunto de adversidades presentes no campo.

No Norte de Minas Gerais, essas dificuldades são ainda mais acentuadas. Caracterizada por um clima semiárido e consequente escassez de recursos hídricos, a região exige práticas agrícolas adaptativas, que, sem suporte técnico e financeiro adequado, tornam-se difíceis de serem implementadas. A ausência de políticas públicas específicas para a realidade regional, tanto no que se refere aos seus condicionantes ambientais quanto da própria realidade econômica agrava a situação dos pequenos produtores, que lidam com a escassez de água, a

baixa fertilidade dos solos e dificuldades logísticas para o escoamento da produção, bem como de acesso a crédito.

Embora o campo brasileiro, especialmente aquele vinculado ao que hoje se denomina agronegócio, tenha se adaptado progressivamente às exigências da industrialização e modernização — sobretudo a partir dos anos 1970, com a expansão do meio técnico-científico-informacional em diversas regiões do território nacional (Santos; Silveira, 2001) — esse processo ocorreu de maneira desigual, gerando fragmentações territoriais relevantes, inclusive no setor agropecuário.

Ainda que "todos os lugares participem, mesmo que de forma indireta, de uma ordem econômica mundial" (Elias, 2003, p. 36), a distribuição e o acesso às condições materiais necessárias para essa participação são profundamente desiguais. Como resultado, espaços e agentes sociais reagem de formas distintas: enquanto alguns respondem com maior rapidez à modernização das forças produtivas, outros enfrentam severas dificuldades de adaptação, evidenciando fortes contrastes entre diferentes estruturas socioespaciais. No que diz respeito ao campo, essas desigualdades se expressam tanto na organização da produção quanto no acesso a tecnologias e mercados.

O descompasso técnico e econômico entre as diferentes áreas e culturas agrícolas no país é notório. Concomitantemente convivem áreas e culturas com capacidades distintas de responder aos estímulos para a renovação das forças produtivas e da expansão do meio técnico-científico-informacional, apresentando acentuado contraste entre si, de acordo, ainda, com as formas e estruturas socioespaciais anteriores. (Elias, 2003, p. 68).

Essa nos parece ser a condição da agropecuária realizada em boa parte do Norte de Minas Gerais. Ainda que conhecendo enclaves de modernização expressivos, espacialmente grandes projetos de agricultura irrigada, hoje moderna e inclusive voltada à exportação (Toledo, 2021), boa parte do território norte mineiro é ainda marcado pela escassez de infraestruturas e investimentos, o que, ao mesmo tempo, permite a manutenção de formas locais e muito mais autônomas de realização do trabalho no campo.

Desta forma, seja uma agricultura camponesa que permanece e resiste na região, seja uma familiar já mais integrada às condições postas pelo estado e mercado, são praticadas na região, em muitos casos, como atividades que ainda atendem de forma expressiva as demandas da própria subsistência, destinando excedentes ao um mercado local, onde é possível alcançar alguma renda para famílias de pequenos produtores, assentados de reforma agrária e uma pluralidade de agentes típicos das práticas tradicionais geraizeiras (Dayrell, 2019), caracterizando essencialmente práticas que poderíamos reconhecer como tipicamente

camponesas, ou, ainda, um campesinato sertanejo, ainda hoje muito presentes no Norte de Minas Gerais.

Neste contexto, e pensando no escopo e proposta de nossa pesquisa, é preciso reconhecer os nexos criados entre um circuito inferior da economia urbana e o campo próximo (Montes Claros e arredores), reveladores das dinâmicas que ocorrem a partir das cidades e que atingem o espaço rural de um entorno próximo, estabelecendo redes e afirmando relações entre diferentes agentes no campo e na cidade.

4.1.2 Reconhecendo as conexões estabelecidas com o campo próximo

Em que pese a inserção, hoje, tanto no Mercado quanto nas feiras livres de Montes Claros, de mercadorias oriundas de um campo moderno e estruturado em termos capitalistas, também permanece importante, como pudemos constatar a partir dos levantamentos realizados, a comercialização de gêneros agroalimentares oriundos de uma agricultura e pecuária realizadas sob características tais como – a pequena extensão das unidades de produção (pequena propriedade), a mão de obra familiar e o emprego restrito de capital, o que, no contexto produtivo da região, se manifesta de maneira singular (dando origem a um cenário de resiliência e luta pela sobrevivência da população).

É assim que podemos afirmar que o circuito urbano de um comércio pouco capitalizado e de pequenas dimensões (o circuito inferior) se conecta a circuitos produtivos de gêneros agropecuários, altamente diversificados e realizados em um campo próximo, igualmente carente de recursos materiais, aproximando-se daquilo que Pereira (2009) e Pereira e Kahil (2010) reconheceram como um campo “não-moderno”¹².

A caracterização destas atividades agropecuárias também foi recentemente ensaiada a partir de mecanismos que, de certo modo, se aproximam da teoria elaborada por Milton Santos (2004) para a compreensão dos circuitos da economia urbana. Denise Elias (2011), por exemplo, denomina como “circuito superior da economia agrária” as atividades diretamente envolvidas à manutenção do chamado agronegócio, e também indica a existência daquilo que

¹²Pereira (2009), avaliando práticas da agricultura em espaços do sudoeste amazônico, empregou a denominação “campo não-moderno”, em oposição aos modernos espaços do agronegócio. Nas palavras do autor, “(...) tomamos o termo “não-moderno” para designar a natureza das atividades agrícolas [...] que, por excelência, encontram abrigo no próprio território, ou seja, são tecidas e construídas em função dos recursos, das demandas e das gentes do próprio lugar. Este campo não-moderno é assim garantia de trabalho intenso para grande parte de agricultores pouco capitalizados e no mais das vezes não integrados aos grandes circuitos de distribuição ou de industrialização da produção” (Pereira, 2009, p. 214).

denomina como “circuito inferior da economia agrária”, para caracterizar práticas pouco intensas em capital e técnicas modernas no campo.

Esse circuito compreenderia atividades agrícolas caracterizadas por menor nível técnico, menor capacidade produtiva, com menor impacto da modernização e menor alcance de mercado. Ainda assim, e tal como o circuito inferior da economia urbana, ele desempenha um papel essencial na sustentação dos agentes voltados a parcela importante da produção agroalimentar realizada no país.

De acordo com Lopes (2024), as agriculturas tradicionais e a agricultura familiar estão inseridas de maneira subordinada no processo de modernização do campo, tendo acesso limitado às infraestruturas de produção, comunicação e transporte. Essas práticas, por não se adequarem plenamente aos moldes tecnológicos e econômicos mais avançados, compõem o que o autor denomina Circuito Inferior da Economia Agrária.

Para Lopes (2024, p. 90) “o circuito inferior da economia agrária, assim como o circuito inferior da economia urbana, é resultado de um processo de modernização seletiva, que privilegiou alguns agentes em detrimento de outros”; e ainda reconhece que “(...) a agricultura tradicional e a maior parcela da agricultura familiar seriam os principais agentes não integrados ao circuito superior da economia agrária” (Lopes, 2024, p. 90).

Os agentes do circuito inferior da economia agrária, diferentemente dos do circuito superior, possuem acesso limitado à tecnologia e ao capital, sendo mais dependentes das redes locais de produção e comercialização, assim, muitos se estabelecem a partir de fortes vínculos com o lugar, conferindo uma outra dimensão de relação com o entorno próximo. Além disso, sua restrição de conexões com centros de poder, consumo e fluxos agroindustriais modernos reforça sua condição periférica em um sistema produtivo globalizado.

Deste modo, a dinâmica do circuito inferior da economia agrária também não pode ser integralmente compreendida sem considerar seus nexos atuais com o mercado e formas comerciais urbanos, ou seja, um terciário responsável pela distribuição e consumo dos gêneros produzidos.

Para além das trocas estabelecidas entre comerciantes e produtores rurais no Mercado e Feiras que avaliamos em Montes Claros, encontramos nestes espaços pesquisados um conjunto de sujeitos sociais que acumulam tais funções – são produtores rurais e também comerciantes. Assim, além de comporem o circuito inferior da economia urbana (atuando diretamente na comercialização), também são responsáveis por uma produção, de pequena dimensão, de gêneros agroalimentares que abastecem e que são consumidos por um mercado local, estabelecido no interior do próprio circuito inferior da economia urbana.

Dessa forma, e como já apontamos, o circuito inferior da economia urbana e circuitos produtivos de gêneros alimentares estabelecidos no campo, se entrecruzam e se interrelacionam, criando uma estrutura que define as condições de mercado, fluxos de produtos e um contexto próprio de desenvolvimento de uma agricultura e pecuária pouco intensa em capital e de característica familiar.

A agricultura familiar diretamente conectada ao circuito inferior praticado no Mercado e Feiras avaliadas, por vezes também se vincula aos mecanismos típicos de um circuito superior ou marginal da economia urbana da região, visto que acessa canais de distribuição como a Ceanorte, cuja organização é em muito também voltada ao abastecimento de negócios de maior porte.

Mas é a situação de um duplo papel (de produtor e comerciante), que permite, a nosso ver, a possibilidade de maiores ganhos, visto que poupa a necessidade de intermediários. Tal situação nos exige uma análise aprofundada, visto que tal acúmulo de funções (produção + comercialização) denota diretamente uma relação de complementaridade entre o campo e a cidade, levando ao consumidor final produtos cujo controle sobre o processo e o preço final pode ser realizado de melhor forma.

Tal situação, revelando complementaridades e relações diretas entre a inserção em circuitos espaciais produtivos de gêneros agroalimentares, de alguma forma também praticados pela agricultura familiar, e um circuito inferior da economia afeito à distribuição de tais tipos de mercadoria, também tem sido denominada de modo mais recente como “circuitos curtos de comercialização”, tal como avaliou Souza (2024), em municípios do Norte de Minas Gerais.

O acúmulo da função de produção e comercialização é também exigente de adaptação de atividades ligadas à logística (transportes), bem como a estratégias de comercialização (propaganda, mecanismos que viabilizam meios de pagamento, etc.), revelando uma complexidade ainda maior da atividade. Esses agentes também precisam lidar com os desafios de concorrer com o "circuito superior" da economia, onde grandes redes de distribuição e supermercados dominam o mercado e podem oferecer produtos a preços mais competitivos, muitas vezes devido à maior escala de produção, reduzindo custos finais.

A conexão campo-cidade é intensificada pela proximidade geográfica entre os núcleos rurais e urbanos do Norte de Minas, o que facilita o transporte de mercadorias para mercados e feiras. No entanto, essa proximidade não é suficiente para mitigar os efeitos de uma infraestrutura deficiente de transporte, o que dificulta muitas vezes o escoamento da produção.

4.1.3 Os comerciantes-produtores: aspectos da abordagem metodológica

Como estratégia metodológica de acesso a informações específicas sobre tal situação, o questionário que fora aplicado nas formas comerciais avaliadas em Montes Claros possuía um conjunto de questões específicas, que foram respondidas apenas pelos comerciantes que também atuam como produtores rurais. Foram 15 perguntas exclusivas a estes sujeitos, que visaram traçar uma avaliação sobre suas práticas produtivas, buscando compreender o perfil de tais agentes, especialmente em espaços como feiras livres e o Mercado Municipal.

As questões iniciais buscaram caracterizar a área de produção e o porte do estabelecimento rural, identificando tanto a localização, para o reconhecimento das redes e fluxos estabelecidos entre a agricultura regional e o circuito inferior da economia urbana em Montes Claros, quanto a natureza dos gêneros produzidos

Estes elementos são capazes, por exemplo, de identificar a baixa capitalização característica da agricultura familiar do circuito inferior. Pequenas áreas geralmente implicam produção de subsistência ou em volumes limitados, insuficientes para competir com grandes empreendimentos agrícolas, o que acaba reforçando a dependência dos produtores em relação à produção agrícola e aos mercados locais e regionais (como as feiras livres e pequenos comércios), onde a proximidade com o consumidor é um diferencial que une a necessidade de venda e o suprimento da demanda.

Perguntas direcionadas à posse da terra e se os agricultores são assentados de reforma agrária, nos permitem avaliar a estabilidade e a segurança dos produtores, que podem influenciar diretamente a capacidade de investimento e expansão da produção. Historicamente, a fragilidade na posse de terra de produtores rurais é um dos desafios estruturais no Brasil, que limita a inserção em cadeias produtivas mais amplas.

Outro aspecto importante no questionário é a análise dos gêneros produzidos e da mão de obra empregada. No circuito inferior, os produtos que são comercializados estão sempre relacionados aos hábitos de abastecimento da população com menor poder aquisitivo. Tanto a produção de subsistência quanto a produção em pequena escala — cujos excedentes são comercializados — destinam-se principalmente à sustentação familiar, representando, na maioria das vezes, a principal e única fonte de renda.

Houve também, dentre as perguntas do questionário, a indagação sobre os canais de comercialização da produção (se praticam a distribuição em tipos de mercado), buscando compreender a dependência desses produtores em relação às feiras livres e ao Mercado Municipal de Montes Claros. Esse tópico foi reafirmado a partir da análise dos dados do perfil

comercial, que indicam que muitos agricultores têm as feiras como principal ou única fonte de renda, o que reflete tanto a importância desses espaços na economia local quanto a limitação dos canais de comercialização disponíveis para esses produtores.

Os participantes da pesquisa também foram indagados sobre as características da produção, com o objetivo de reconhecer se possuem uma produção voltada para produtos orgânicos ou agroecológicos, além de ser questionado se há algum tipo de certificação de qualidade da produção. Esses aspectos são importantes para entender o nível de organização produtiva no mercado. Esse tipo de análise pode potencializar o mercado para diferentes nichos.

As perguntas relacionadas ao acesso a políticas públicas, associações e cooperativas, capacitações e programas de apoio governamental visaram compreender a capacidade do circuito inferior de contar com suporte institucional para o fortalecimento de suas atividades.

Enquanto produção, como as respostas sugerem (e de certo modo tal como esperávamos) a agricultura familiar é marcada pela ausência de incentivos e políticas que tendem a evidenciar a seletividade social e econômica dos produtores familiares, restringindo as técnicas produtivas, administrativas e econômicas. A partir dessa relação de perguntas, foi traçado o perfil dos comerciantes e produtores rurais do Mercado e das Feiras Livres.

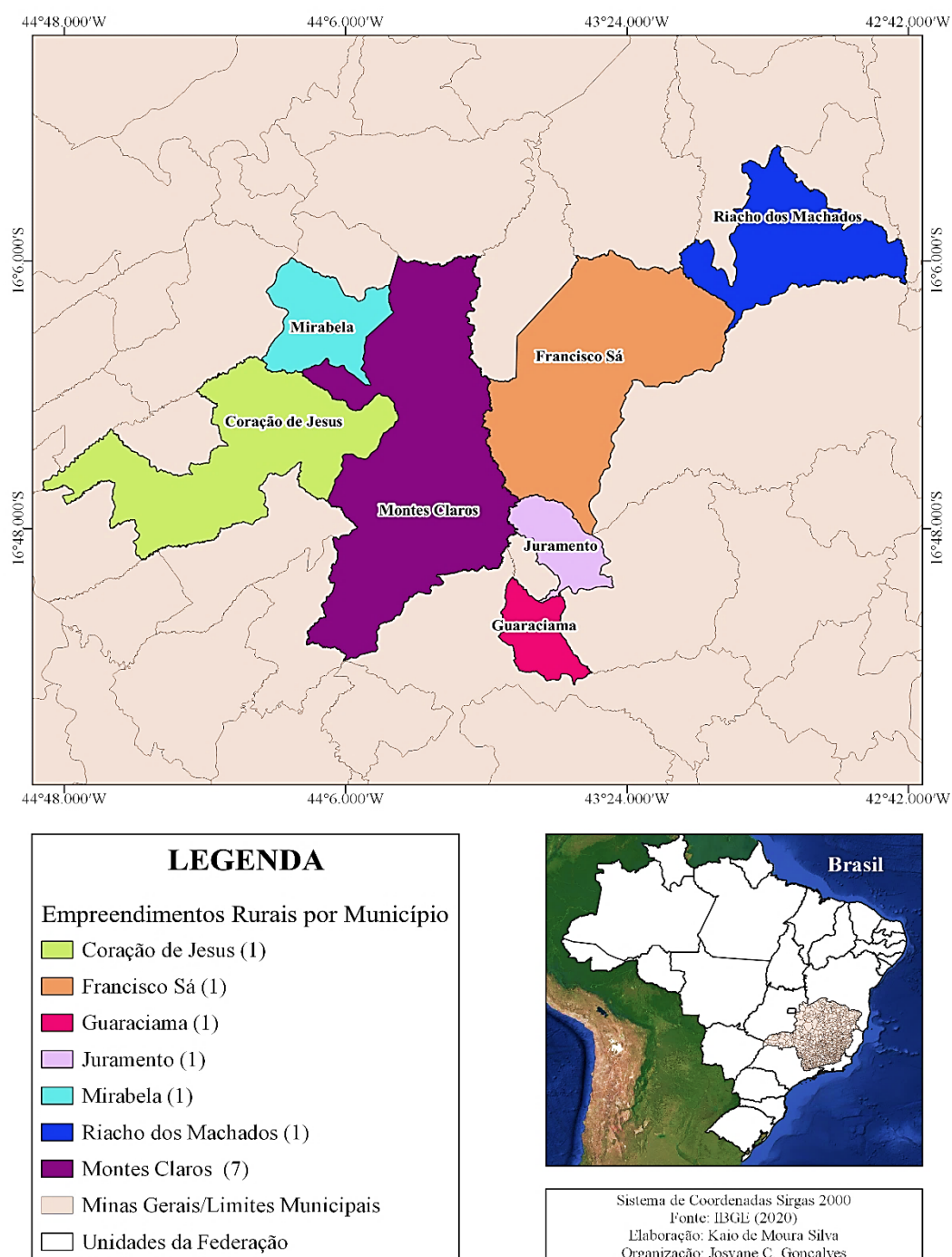
4.1.4 O perfil dos produtores rurais-comerciantes que atuam no Mercado Municipal

Os produtores rurais que também atuam como comerciantes no Mercado Municipal de Montes Claros formam um grupo com diferentes níveis de inserção na atividade comercial e trajetórias produtivas diversas. Em sua maioria, com enfoque na subsistência e na comercialização dos excedentes em feiras, destacam-se pela venda direta ao consumidor, com baixa intermediação, inseridos em distintos contextos que moldam não apenas seu perfil comercial, mas também produtivo.

No Mercado Municipal, 13 respondentes que atuam simultaneamente como comerciantes e produtores rurais compõem os conjuntos pesquisados neste tópico do trabalho. O objetivo é compreender de que forma esses produtores-comerciantes sustentam os nexos entre o urbano e o rural, abastecendo não apenas o circuito inferior da economia urbana de Montes Claros, mas também fortalecendo a agricultura familiar na região, a partir da demanda gerada pelo Mercado. Além disso, eles desempenham um papel fundamental no desenvolvimento das atividades produtivas agrícolas e agropecuárias da região norte-mineira, fornecendo alimentos frescos, de menor custo e muitas vezes alinhados aos hábitos culturais locais, que são características que reforçam sua posição dentro do circuito inferior.

A primeira indagação aos produtores-comerciantes no Mercado Municipal de Montes Claros foi sobre a localização da unidade de produção agropecuária, visando reconhecermos a expressão geográfica dos nexos campo-cidade a partir de tais agentes. Na maioria das vezes, os respondentes indicaram sobretudo localizações no próprio município de Montes Claros, indicando distritos específicos de localização da produção no município.

Mapa 6. Localização dos estabelecimentos rurais dos respondentes que atuam no Mercado Municipal de Montes Claros



A proximidade geográfica entre as unidades de produção agropecuária e o Mercado Municipal é fator que viabiliza tal tipo de movimento, tendo em vista que o transporte a maiores distâncias encarece os gêneros produzidos (custos de deslocamento, muitas vezes diário), dos comerciantes-produtores.

No que se refere à posse da terra, observa-se a predominância de propriedades próprias (11 respondentes), o que confere maior estabilidade aos produtores, permitindo, eventualmente, investimentos de longo prazo. Dois respondentes relataram atuar em terras arrendadas, evidenciando a necessidade de contratos e, de certo modo, exigências de maior rentabilidade para a viabilidade da atividade. Apenas um dos entrevistados informou ser assentado da reforma agrária, indicando uma participação ainda limitada desse segmento no acesso ao mercado de gêneros agrícolas nas formas comerciais pesquisadas em Montes Claros (ao menos entre aqueles que também atuam como comerciantes diretos).

O tamanho das propriedades é essencial para dimensionar tanto a natureza destes produtores quanto a capacidade produtiva de cada unidade agrícola. A partir das respostas, foi possível perceber que o porte dos estabelecimentos é variado, com tamanhos que vão desde pequenas áreas de 2 mil metros quadrados (produção realizada em pequenos lotes ou chácaras), até propriedades de até 10 alqueires (um alqueire mineiro equivale a 4,84 hectares).

Tabela 3. Perfil das propriedades rurais e quantidade de respondentes no Mercado Municipal de Montes Claros-MG

Tamanho das propriedades rurais	Respondentes
Até 5 alqueires	10
Entre 5 e 10	1
Mais que 10 alqueires	2

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

A análise desses resultados aprofunda a compreensão do perfil dos comerciantes e produtores, evidenciando a predominância das pequenas propriedades rurais. Essas propriedades, além de apresentarem uma diversidade no uso da terra, combinam atividades como pequenas produções agrícolas e a criação de animais de pequeno porte. Outro aspecto marcante é a estrutura das relações de trabalho, onde a mão de obra familiar desempenha um papel central, garantindo a sustentabilidade dessas atividades produtivas. Esse cenário reflete as dinâmicas do circuito inferior da economia, onde a flexibilidade, a autossuficiência e a

redução de custos operacionais são estratégias fundamentais para a manutenção e continuidade dessas propriedades.

Tais condições também impactam desde a capacidade de produção até a inserção dos produtores nos circuitos comerciais - daí a função do circuito inferior da economia urbana como um mecanismo privilegiado para o estabelecimento de um importante mercado, ou seja, aquilo que Ribeiro (2005) denominou como “mercado socialmente necessário”, no caso avaliado, fundamental não só aos pobres que consomem ou mesmo constituem um mercado urbano (comerciantes) para gêneros alimentícios, mas também aos sujeitos que se dedicam, na condição de agricultores, à produção de alimentos no campo.

No que concerne a esta produção agropecuária, os principais gêneros cultivados informados pelos sujeitos que participaram da pesquisa são variados e incluem hortaliças, frutas nativas (como pequi e seriguela), grãos (sobretudo o milho), amendoim, além de produção animal (bovinos de leite, aves e porcos), incluindo alimentos processados que derivam diretamente da produção (como é o caso de doces). A diversidade produtiva dos agentes que desenvolvem atividades do Mercado Municipal não apenas atende a diferentes demandas do mercado consumidor, mas também reflete estratégias de adaptação às condições climáticas e ao solo da região. A produção de alimentos típicos da cultura local, como o pequi, reforça a identidade regional e, ao mesmo tempo, confere valor ao produto (quase sempre extraído nos cerrados e muito procurado pela população).

A caracterização das terras volta-se à atividade produtiva que nela é desenvolvida, e assim, os dados sobre a mão de obra e os locais de comercialização dessa produção revelam a dinâmica produtiva e como esses comerciantes e produtores conseguem desempenhar as suas atividades.

No que se refere à mão de obra empregada no campo, 09 dos 13 respondentes indicaram a dependência exclusiva da mão de obra familiar para a atividade. Os outros respondentes afirmam que utilizam mão de obra contratada (01 respondente), e outros que utilizam ambas as formas (03 respondentes), podendo se manifestar como uma tentativa de ampliar a capacidade produtiva, ainda que em menor escala ou em forma temporária. Isso acontece, segundo breves relatos dos respondentes, dada a demanda variada durante o ano e as diferentes culturas que são desenvolvidas nos estabelecimentos. Assim, a mão de obra familiar – e em alguns casos individual – pode suprir a necessidade do trabalho agrícola, enquanto em outras culturas necessitar de contratação para diferentes etapas da produção, a maioria delas de forma temporária.

Quando perguntados sobre a comercialização dos produtos ser voltada apenas para o Mercado ou se comercializam em outros locais, 10 deles afirmaram que utilizam apenas o Mercado como espaço central para o escoamento da produção, revendo ao menos duas condições – a produção é pequena e pode ser escoada exclusivamente pelo próprio produtor e na referida forma comercial. Por outro lado, 03 produtores afirmaram que comercializam os gêneros que produzem por outros meios, citando o comércio nas próprias comunidades rurais onde a produção é realizada, e também em feiras livres.

Para compreender o nível de organização e a capacidade de desenvolvimento produtivo destes agentes, foi perguntado sobre a eventual relação dos produtores com associações e/ou cooperativas. Somente 03 respondentes possuem algum vínculo com associações ou cooperativas¹³, destacando deste modo a baixa integração com organizações que poderiam proporcionar benefícios e buscar diferentes acessos a mercados.

A inexistência de certificações de qualidade ou origem nos produtos vendidos por todos os 13 respondentes reforça a ideia de um mercado com baixa formalidade e regulamentação (característico tanto de um circuito produtivo pouco integrado às exigências do mercado moderno, quanto do próprio circuito inferior), o que torna esses produtores menos capazes de serem aceitos em mercados mais exigentes (como o das grandes redes varejistas). Comparando essa informação com os resultados obtidos a partir da concorrência, que está vinculada a supermercados e feiras livres, observa-se uma limitação dessa produção em competir com fornecedores e formas comerciais outras (supermercados, por exemplo), o que poderia resultar em ampliação dos canais de comercialização. Nessa perspectiva, também questionamos se tais agentes empregam algum meio de divulgação ou propaganda dos gêneros que produzem, sendo que os 13 respondentes indicaram a ausência de qualquer divulgação da sua produção.

Além disso, a falta de capacitação (os 13 respondentes indicam a ausência de qualquer capacitação) ou treinamento específico para esses agricultores são indicativos de um suporte precário por parte do poder público, já anteriormente citado pelos produtores. Isso diminui também o nível técnico e a capacidade produtiva, limitando a adoção de novas práticas agrícolas, que podem estar vinculadas a técnicas de manejo, comercialização e uso de novas tecnologias.

¹³ Os agentes indicaram, a partir das respostas do questionário, que participam de associações de comerciantes vinculadas a diferentes comunidades e municípios, bem como de associações de feirantes, entre elas a Associação de Feirantes do bairro Major Prates e a do bairro São José. Além disso, um dos participantes mencionou nominalmente sua vinculação à Associação Comunitária de Rio Verde, do Recanto das Oliveiras, situado na zona rural de Montes Claros – MG. Essas associações buscam apoio em projetos governamentais junto a órgãos públicos, como a Prefeitura de Montes Claros (2025).

Assim como a análise comercial realizada levou em consideração a interpretação dos respondentes sobre o desenvolvimento das atividades também inserimos questões sobre as perspectivas e desafios encontrados dentre estes produtores que comercializam no mercado. O primeiro tópico demonstrou perspectivas limitadas e um tanto quanto desanimadoras por parte dos produtores participantes. A maioria expressa falta de perspectivas, refletindo a ausência de iniciativas efetivas que apoiem a atividade por parte do poder público.

Quando questionados sobre os principais desafios à atividade de produção agropecuária, podemos reconhecer dois principais tipos de preocupação: as de ordem climática e as socioeconômicas. Os principais desafios climáticos estão relacionados às características do regime hídrico da região, com secas prolongadas e chuvas que inviabilizam a produção de determinadas culturas, prejudicando o manejo do solo e as plantações. A falta de apoio governamental, também elencada como um problema, abrange desde a ausência de políticas específicas até a falta de incentivos para o desenvolvimento das atividades produtivas.

Os respondentes ainda afirmam com frequência a falta de estrutura para a produção, desde dificuldades de acesso aos insumos básicos, como defensivos, técnicas de manejo de solo, sistemas de irrigação, até mesmo a dificuldade de desenvolver o transporte e escoamento da produção devido a estradas em más condições, prejudicando, assim, a comercialização. A dificuldade na comercialização dos produtos é agravada pela competitividade de outros setores, pela baixa renda obtida pelas vendas e até mesmo uma falta de capacidade administrativa e financeira.

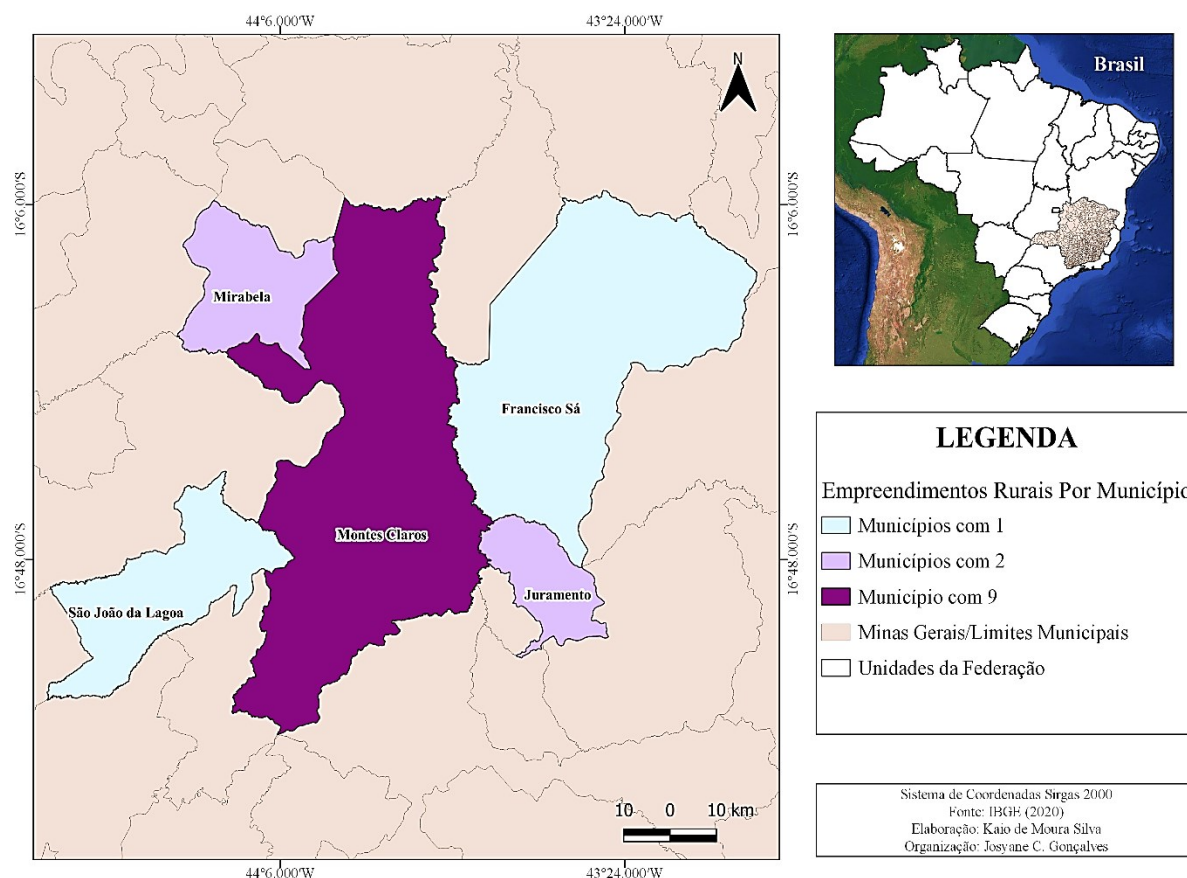
4.1.5 Caracterização dos produtores rurais-comerciantes que atuam nas feiras livres

As feiras livres expressam heranças culturais e tradições que permeiam tanto o contexto urbano quanto o rural brasileiro, funcionando como um elo que conecta as características culturais desses dois universos, tal como já apontamos no início da dissertação. Em Montes Claros, as feiras não apenas preservam práticas e saberes rurais no meio urbano, mas também são um retrato da interação dinâmica entre as atividades desenvolvidas no campo e na cidade, reforçando a complementaridade entre o rural e urbano. É nessa perspectiva que compreendemos a necessidade de capturar o comportamento das atividades desenvolvidas por comerciantes que atuam também como produtores rurais, utilizando os espaços das feiras livres da cidade de Montes Claros como ambiente para a comercialização dessas produções.

A partir da análise dos dados levantados via aplicação dos questionários de pesquisa, dos 45 respondentes nas feiras livres avaliadas, 15 comerciantes também informaram a atuação

como produtores rurais, ou seja, um terço dos respondentes dedica-se, além do comércio, também às práticas de produção no espaço rural.

Mapa 7. Localização dos empreendimentos rurais dos respondentes que atuam nas feiras livres de Montes Claros-MG



A localização dos estabelecimentos de produção agropecuária vinculados à dinâmica de abastecimento das feiras livres estudadas (Major Prates e São José), revela a dimensão das relações de proximidade no território, visto que as práticas são realizadas sobretudo nos distritos do próprio município de Montes Claros, como é o caso dos distritos de Ermidinha, Canto do Engenho, Lagoinha e Fonseca, além de 2 municípios vizinhos: Mirabela e Juramento. As feiras livres são reveladoras do caráter de imediatez na necessidade de suprir demandas próximas, e é nessa via que se formulam o comportamento dessas formas comerciais. A proximidade entre as unidades de produção e o núcleo urbano gera aos comerciantes uma diminuição de custos de transporte e fortalece muitas vezes uma relação direta entre produtores e consumidores.

No que se refere à posse da terra entre os comerciantes produtores-rurais das feiras livres, observa-se uma presença forte de pequenos produtores que se reflete no porte reduzido

das propriedades. A predominância de estabelecimentos de até 5 alqueires é de 10 menções entre os respondentes. Houve também a menção de 03 respondentes que possuem estabelecimentos rurais de até 10 alqueires, que pode indicar uma diversificação produtiva, que pode aumentar a necessidade de mão de obra contratada, estratégias de comercialização, e possibilidade de aumento da sua produção. Outros 02 respondentes indicaram propriedades entre 10 e 20 alqueires nas feiras livres.

A característica dos estabelecimentos rurais reflete a limitação de recursos, de infraestrutura e de acesso a crédito, assim como a falta de capacidade para expandir a escala de produção, reforçam as características do Circuito Inferior da Economia.

Tabela 4. Perfil das propriedades rurais e quantidade de respondentes das feiras livres de Montes Claros-MG

Tamanho das propriedades rurais	Número de menções
Entre 1 e 5 alqueires	10
Até 10 alqueires	3
Mais que 10 alqueires	2

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

No que se refere à posse da terra entre os comerciantes das feiras livres, dentre os 15 produtores respondentes, 13 sinalizaram que são proprietários das terras onde realizam as atividades agrícolas, enquanto 2 trabalham em áreas arrendadas. A posse da terra, como anteriormente já discutido, é um fator que indica a continuidade da produção agrícola, principalmente quando se trata de um perfil familiar. Nesse sentido, 10 respondentes indicaram o emprego de mão de obra inteiramente familiar, 04 mencionaram que utilizam mão de obra familiar e também contratada, situação que se dá conforme a demanda sazonal de trabalho; e apenas um respondente indicou que utiliza apenas mão de obra contratada.

Esse resultado revela, pela amostra pesquisada, uma condição típica da agricultura familiar, no qual a redução de custos com a lida com a terra é essencial. Esses fatores impactam não apenas na rentabilidade, mas também a produtividade e, por consequência, a comercialização nas feiras livres de Montes Claros.

Ainda com relação à situação fundiária no contexto da reforma agrária, os dados indicam a presença de agricultores assentados da reforma agrária - 02 produtores responderam ser assentados. A condição de assentado está, geralmente, associada a possibilidades de acesso também a programas e políticas públicas de crédito rural, assistência técnica e acesso a

infraestrutura, com o objetivo de reduzir as desigualdades no campo. No entanto, essa realidade não se reflete de forma direta nos resultados obtidos a partir da aplicação dos questionários.

De acordo com os dados, nenhum dos 15 produtores respondentes (inclusive dentre as respostas dos assentados) é beneficiário de programas ou políticas governamentais que apoiem a produção agrícola. Esse cenário evidencia uma lacuna na implementação ou no alcance das políticas públicas, uma vez que, tanto os assentados da reforma agrária quanto agricultores familiares indicaram ausência de assistência por parte do poder público.

No que tange às práticas de certificação da produção, que poderiam valorizar e reconhecer a procedência dos gêneros produzidos, agregar valor e possibilitar a abertura de novos mercados, apenas um dos produtores/comerciantes declarou possuir algum tipo de certificação, especificamente na atividade de apicultura.

A ausência de capacitação ou treinamento para os agricultores da região é, mais uma vez, um fator limitante, uma vez que nenhum dos 15 respondentes informou ter acesso a esses benefícios. Essa lacuna impacta tanto a produção quanto a comercialização, restringindo o desenvolvimento de práticas mais eficientes e sustentáveis e dificultando a inserção em mercados que exigem maior qualidade da produção.

Entretanto, essas mesmas características também aproximam a atividade produtiva e comercial de seu público. A condição de pequena produção e o caráter autônomo garantem certa flexibilidade, uma das principais vantagens dos pequenos produtores inseridos nesse circuito, permitindo uma constante adaptação às necessidades do mercado local que acessam diretamente. Esse processo é especialmente relevante para produtos negligenciados por grandes fornecedores e redes de distribuição, tornando a atuação desses produtores essencial para suprir demandas específicas por itens tradicionais e típicos, que possuem grande valor cultural e econômico.

Além disso, a proximidade direta entre produtores e consumidores nas feiras livres possibilita não apenas a adequação dos produtos ao perfil de consumo local, mas também a adaptação dos preços ao poder aquisitivo da população, tornando essa economia mais acessível e fortalecendo sua relevância no mercado consumidor.

A produção cultivada por esse grupo abrange uma ampla diversidade de alimentos, incluindo hortaliças, temperos variados, frutas como banana e melancia, além de gêneros como amendoim, milho, pequi e feijão. Além disso, destacam-se atividades como a produção animal (gado leiteiro, suínos e aves) e a apicultura. Essa variedade não apenas reflete a dinâmica comercial das feiras livres, mas também evidencia a capacidade dos produtores de atender às demandas sazonais e às oscilações do mercado. Além de enriquecer a oferta disponível para

consumidores e fortalecer a interação entre compradores e vendedores, essa diversidade produtiva contribui para a adoção de práticas sustentáveis, uma vez que muitos desses alimentos são cultivados com métodos tradicionais, sem emprego de agrotóxicos ou químicos e de baixo impacto ambiental.

Entretanto, ao analisar as práticas de cultivo adotadas pelos produtores rurais, observa-se que apenas 05 deles (um terço dos respondentes) afirmam produzir alimentos orgânicos ou agroecológicos. Os demais justificam que as dificuldades relacionadas ao manejo do solo e às condições climáticas exigiriam maior investimento financeiro para viabilizar essas atividades. Esse cenário evidencia duas condições – a preocupação com a comercialização de orgânicos ou agroecológicos, ao menos pelo que pode ser capturada na amostra pesquisada, é muito maior nas feiras de Montes Claros do que no Mercado Municipal; bem como a dificuldade encontrada por estes produtores quanto ao tema, revelando a necessidade de políticas públicas que incentivem a ampliação destas práticas, permitindo que mais produtores adotem métodos sustentáveis alinhados às novas demandas do mercado. A presença de vínculos com cooperativas ou associações, indicada por parte de 08 dos produtores participantes da pesquisa¹⁴ sugere uma tentativa de organização coletiva para superar desafios comuns, como acesso a crédito, assistência técnica e acesso a mercados mais amplos.

Esses resultados revelam de certo modo a fragilidade da produção familiar no contexto do Norte de Minas, e os desafios cotidianos enfrentados por estes produtores, ainda que detenham mecanismos importantes de distribuição. A dependência majoritária das feiras livres como principal canal de comercialização evidencia a vulnerabilidade dos produtores diante de oscilações de mercado e limitações estruturais desses espaços.

Por outro lado, aqueles que exploram múltiplos canais de venda demonstram maior flexibilidade e potencial para expandir sua clientela, reduzindo os riscos associados à concentração em um único ponto de comercialização. Essa diversificação, ainda que limitada, pode representar uma estratégia importante para a sustentabilidade da produção agrícola familiar, especialmente em um cenário de crescente competitividade e instabilidade econômica.

A condição das feiras livres como forma quase exclusiva de comercialização da produção é também indicativa das características deste circuito inferior da economia agrária, vinculado diretamente ao circuito inferior da economia urbana, evidenciando a dependência desses espaços como fonte crucial de renda aos produtores/comerciantes. É assim que o campo

¹⁴ Os respondentes indicam vinculação com associações de feirantes, associação de moradores das comunidades que habitam, uma associação local de produtores rurais e um dos respondentes indicou vinculação com a Associação de Apicultores Empreendedores do Norte de Minas (Aapiminas).

pobre e que demandaria esforços públicos para o seu fortalecimento, também nutre e é nutrido pelas demandas de um terciário urbano também pobre, ambos essenciais à realização da vida dentre os agentes menos capitalizados do campo e da cidade.

Isso permite uma visão mais aprofundada das dinâmicas que sustentam a sobrevivência desses trabalhadores, considerando tanto as perspectivas de crescimento quanto os desafios enfrentados na produção agrícola. Quando questionados sobre o potencial de crescimento e desenvolvimento da atividade rural, percebe-se que os principais desafios e expectativas elencados pelos respondentes estão relacionados a fatores que não podem ser diretamente controlados por eles, o que pode limitar sua capacidade de superar essas adversidades.

A percepção de um abandono estatal e da falta de apoio público contribuem para a limitação de possíveis perspectivas de crescimento ou fortalecimento da atividade, ao mesmo tempo em que reconhecem potencialidades a partir da organização comunitária – tanto entre produtores rurais quanto entre comerciantes – o que poderia impulsionar expectativas positivas para o futuro. Um exemplo disso foi mencionado em uma resposta ao questionário, que indicou a importância da “formação de coletivos”. Segundo o relato, uma associação de moradores, por meio de sua organização, conseguiu viabilizar recursos básicos, como água e energia elétrica, para uma das comunidades mencionadas pelo respondente. Esse caso evidencia o potencial do fortalecimento do comércio regional como uma alternativa viável para o crescimento futuro.

Ao analisar os desafios enfrentados pelos produtores, percebe-se que dois fatores são os mais citados: o clima e a falta de infraestrutura e apoio estatal. As dificuldades no período de seca, os limites técnicos para o manejo do solo e a escassez de investimentos reduzem as perspectivas de desenvolvimento da produção agrícola. Além disso, a falta de apoio financeiro e a queda nas vendas – intensificada pelo avanço das ferramentas digitais e pelos impactos do período pós-pandemia – foram apontados como elementos que agravaram a atividade comercial, limitando a capacidade dos produtores de investir e expandir suas atividades. Tais condições apontam para a necessidade urgente de intervenções de políticas públicas para revitalizar a produção agrícola familiar, com o objetivo de garantir sua sustentabilidade a longo prazo.

4.2 As redes e fluxos estabelecidos a partir da comercialização de gêneros alimentares pelo circuito inferior da economia urbana

A dinâmica do circuito inferior da economia urbana, compreendida a partir da caracterização dos agentes que atuam na comercialização de produtos agrícolas nas feiras livres e no Mercado Municipal de Montes Claros, não pode ser analisada de forma isolada. Trata-se de um fenômeno que estabelece e consolida um conjunto de nexos e uma rede geográfica interconectada, envolvendo diversos espaços, tal como sugerem os dados recolhidos em nosso levantamento primário. Essa articulação se insere em um contexto mais amplo, no qual os fluxos econômicos não se restringem a espaços internos ao município, estabelecendo conexões com diferentes territórios.

Nessa perspectiva, a compreensão desses fluxos exige uma análise que considere a situação geográfica dos agentes envolvidos, isto é, sua posição dentro das redes econômicas e sociais que se estruturam a partir do circuito inferior. Como aponta Silveira (1999), as interações espaciais não ocorrem de maneira homogênea, mas são marcadas por assimetrias e dinâmicas territoriais que influenciam a circulação de mercadorias, o acesso a mercados e as estratégias adotadas pelos comerciantes para garantir sua permanência na economia urbana.

A atividade produtiva desenvolvida para suprimento das demandas comerciais no Norte de Minas Gerais não se desvincula da modernização da evolução técnica e da divisão do trabalho presentes em todo o contexto agropecuário brasileiro, entretanto, é importante destacar diferenças marcantes entre as formas de desenvolvimento das atividades. Miguel Ângelo Ribeiro (2000, p. 78) indica que “quanto mais complexa a divisão do trabalho, no processo de globalização, maior a diversificação e complexidade dos objetos e das ações”, demonstrando que a organização gerada pela multiplicidade de interações no espaço cria diferentes formas de redes, que ao mesmo tempo fortalecem e também revelam a força e o potencial do circuito inferior ao integrar as áreas urbanas e rurais, espaços próximos e também relativamente distantes, por meio dos fluxos de mercadorias.

A organização espacial é o resultado do trabalho acumulado da sociedade ao longo do tempo, tendo no capital e na ação do Estado, seus agentes de organização do espaço, mas não se pode esquecer que a organização espacial, é também reflexo e condição da reprodução social (Ribeiro, 2000, p. 91).

A comercialização e a produção no Norte de Minas alcançam diferentes dinâmicas, capazes de conectar pequenos e grandes produtores, pequenos comerciantes e redes de

distribuição e abastecimento, garantidos pelos processos de modernização que impactam não apenas o circuito superior da economia, mas também o circuito inferior da economia urbana.

Assim, produção agropecuária permanece inserida em uma lógica de redes que é expressa na organização espacial de diversos elementos, que percorrem elementos como tecnologias, insumos e serviços. Isso é o que viabilizam a circulação de mercadorias e fortalecem os canais de comercialização e abastecimento na região que nele desenvolve essa circulação. Esses vínculos são formados a partir de sistemas produtivos que operam com distintas formas de trabalho e contribuem para a dinâmica dos circuitos espaciais de produção. Para Arroyo (2017):

É na encruzilhada da circulação, das redes e dos fluxos que as cidades crescem, na medida em que conseguem ser ponto de confluência de diversos circuitos produtivo. E todo esse movimento, por sua vez, lhes outorga uma vida de relações mais ou menos intensa. Esses atributos não são exclusivos das metrópoles ou das grandes cidades, mas podem ser encontrados também nas cidades médias e pequenas, onde se tornam um elemento de diferenciação entre elas (Arroyo, 2017, p. 54-55).

Nossa intenção aqui é justamente revelar que, junto às redes e relações tecidas pelo circuito superior da economia, e para além delas, também o circuito inferior da economia urbana cria e mesmo se estabelece a partir de múltiplas redes, que mobilizam e alcançam espaços e agentes diferentes. É isso o que nos revela a pesquisa realizada a partir dos nexos estabelecidos pela atividade comercial no Mercado Municipal e feiras livres de Montes Claros.

O principal dado analisado nesse capítulo resulta das respostas à pergunta direcionada aos comerciantes, com o objetivo de identificar a procedência das mercadorias comercializadas nas feiras livres e no Mercado Municipal. As respostas foram classificadas em três categorias: mercadorias provenientes de Montes Claros e seus distritos, de outras cidades do estado de Minas Gerais e de outros estados da federação¹⁵.

Com base nessas informações, os resultados foram segmentados entre os agentes do Mercado e os das feiras, que atuam tanto exclusivamente como comerciantes e quanto aqueles que desempenham, simultaneamente, as funções de comerciantes e produtores.

4.2.1 As redes estabelecidas a partir do Mercado Municipal

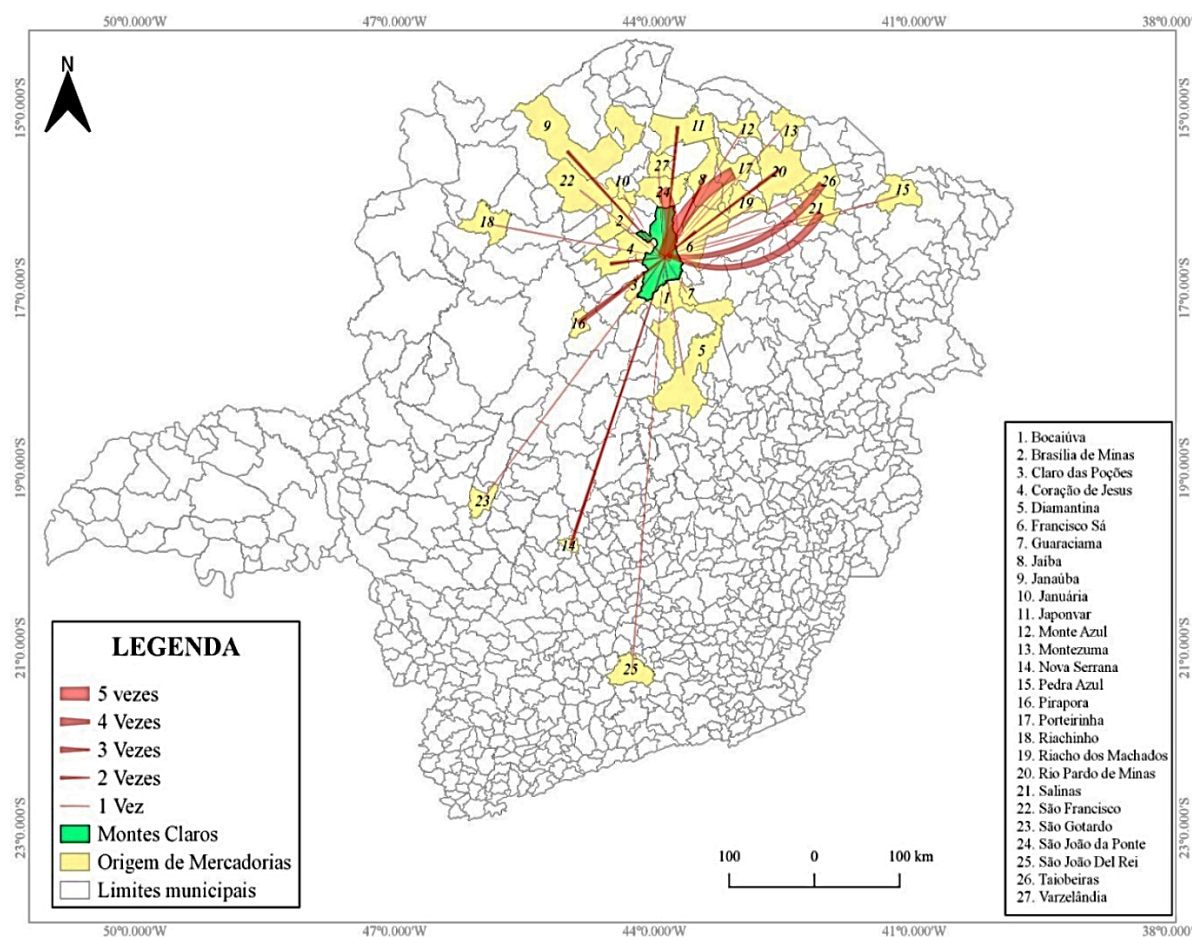
A análise dos dados sobre a procedência das mercadorias comercializadas pelos comerciantes do Mercado Municipal de Montes Claros revela uma multiplicidade de origens,

¹⁵ Embora tenha sido mencionada em apenas uma das respostas, a procedência da mercadoria também foi indicada como proveniente de outro país, mas não foi considerada como segmento nesta análise.

evidenciando até hoje a importância do Mercado Municipal como estrutura geradora de fluxos e de relações interurbanas no contexto regional, como pode ser evidenciado no mapa a seguir (Mapa 8).

Mapa 8. Origem das mercadorias do Mercado Municipal de Montes Claros-MG:

Municípios de Minas Gerais



Dentre elas, Montes Claros e seus distritos foram mencionados 18 vezes, revelando que o próprio município é o ponto de origem de parte expressiva das mercadorias, revelando, pela própria natureza dos gêneros comumente comercializados (produtos agroalimentares) o necessário vínculo e a proximidade geográfica da origem¹⁶. Essa caracterização da procedência de mercadorias do Mercado Municipal também evidencia uma característica do circuito inferior a partir das atividades avaliadas, permitindo o estabelecimento de nexos entre o espaço urbano e as áreas rurais adjacentes, tal como avaliamos na seção anterior. A própria condição de

¹⁶ Tal volume de respostas também resulta do caráter de precibilidade de mercadorias como hortaliças, frutas e verduras.

Montes Claros como um centro regional de distribuição de mercadorias (para os gêneros agrícolas, via Ceanorte, por exemplo) fortalece também o circuito inferior, oferecendo possibilidades de acesso a mercadorias outras e diversificadas.

Para além de Montes Claros e seus distritos, existe uma variação de procedência em diferentes regiões do estado de Minas Gerais. Entre os municípios identificados, 19 integram a Mesorregião do Norte de Minas, demonstrando a forte articulação desse território com o comércio local. Esses municípios são: São João da Ponte, Porteirinha, Salinas, Taiobeiras, Francisco Sá, Rio Pardo de Minas, Januária, Janaúba, Jaíba, Coração de Jesus, Brasília de Minas, Claro das Poções, Riacho dos Machados, Monte Azul, São Francisco, Guaraciama, Varzelândia, Japonvar e Bocaiúva.

Existe também a presença de municípios de outras mesorregiões, evidenciando a maior amplitude/escala de fluxos comerciais no estado. Da Mesorregião do Noroeste de Minas, foi indicado o município de Riachinho, enquanto a mesorregião Central Mineira é representada por Nova Serrana, na mesorregião do Jequitinhonha, Diamantina. A mesorregião do Jequitinhonha aparece citando Pedra Azul e Montezuma, que são municípios com atividades voltadas, tipicamente para a agropecuária e a produção artesanal. Da Mesorregião do Campo das Vertentes, há a presença de São João Del Rei. Já São Gotardo, pertencente à Mesorregião do Alto Paranaíba, onde a região contribui principalmente com a produção agrícola, sendo um dos grandes polos de hortifruti do estado.

Para além dessas, houveram menções de procedência de mercadorias oriundas do próprio município de Montes Claros (indicadas na tabela e apresentadas no mapeamento a seguir), onde os respondentes indicaram desde comunidades rurais, até mercadorias oriundas de diferentes fontes dentro do próprio perímetro urbano, sendo especificados por mercadorias com fontes do Ceanorte ou de pequenas produções urbanas.

Tabela 5. Número de menções das fontes locais de mercadorias para o Mercado Municipal e distância aproximada, conforme indicação dos respondentes

Localidade	Número de menções	Distância aproximada (Km)
Montes Claros (espaço rural e urbano)	10	-
Nova Esperança	2	20
Lagoinha	1	25
Comunidades da Estrada da Produção	1	22
Comunidade Poço Novo	1	32
Comunidade Gameleira	1	14
Cabeceiras	1	18
Canto do Engenho	1	39

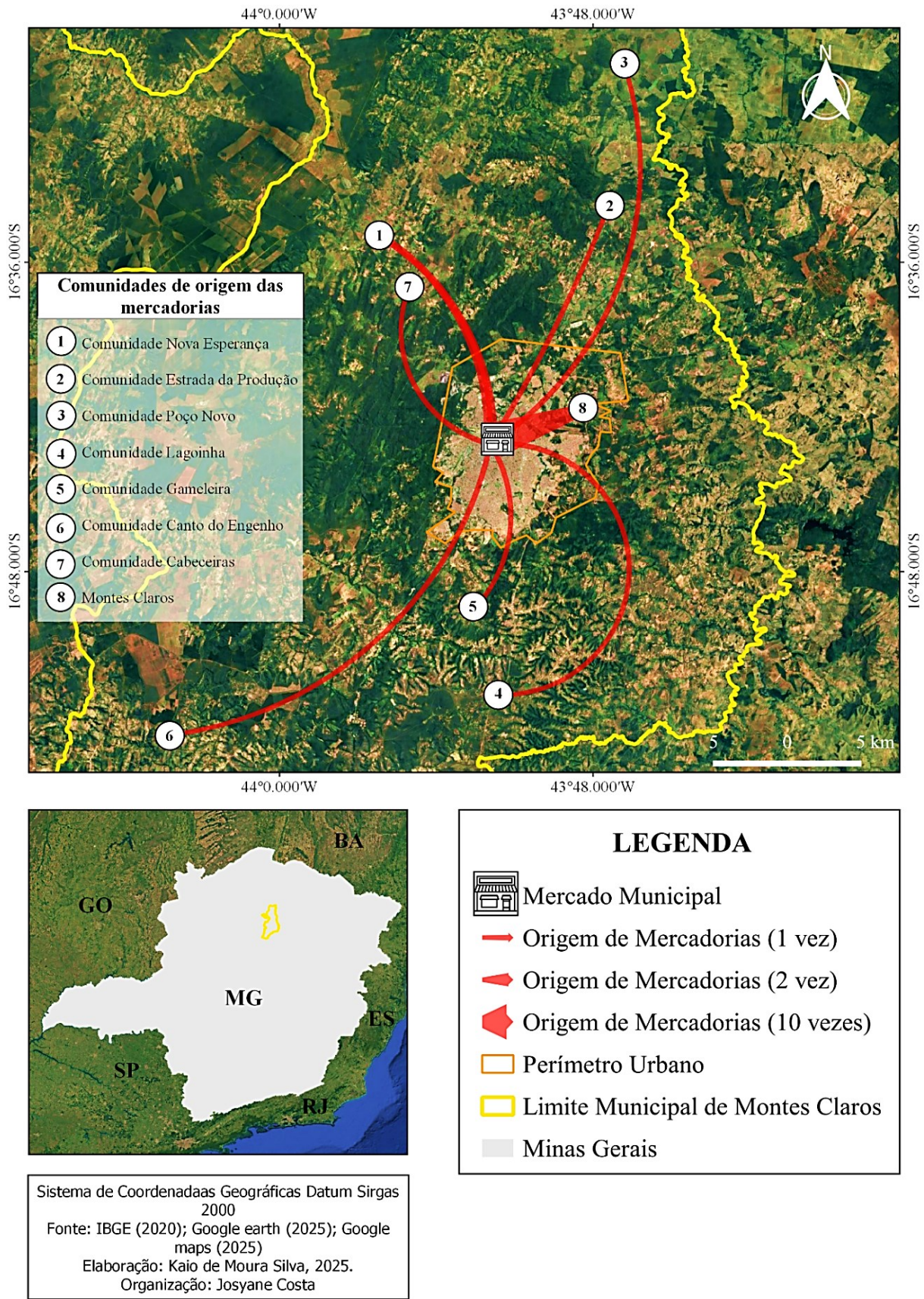
Total	18
--------------	-----------

Fonte: Dados da pesquisa direta. Elaborado pela autora (2025).

O próprio município, considerando tanto a área urbana quanto a rural, foi citado 10 vezes, evidenciando sua centralidade no abastecimento. Além disso, distritos e comunidades rurais como Nova Esperança (2 menções), Lagoinha, Poço Novo, Gameleira, Cabeceiras, Canto do Engenho e as comunidades ao longo da Estrada da Produção (todas com 1 menção cada) também se configuram como fornecedores. A proximidade geográfica entre os fornecedores do Mercado Municipal garante o fluxo de gêneros agroalimentares para o estabelecimento, diminuindo custos com transporte, mão de obra contratada, além de contribuir para chegada de produtos frescos e dentro da margem de qualidade para aqueles que possuem maior perecibilidade.

Algumas das comunidades citadas possuem uma distância mediana até o perímetro urbano de Montes Claros se compararmos com as distâncias das fontes de mercadorias dos municípios que estabelecem conexão com o Mercado Municipal. As diferentes situações reforçam que o abastecimento não exige apenas exclusividade, mas que considera fatores como a capacidade produtiva das comunidades, as dinâmicas econômicas estabelecidas com o Mercado, o custo-benefício da venda desses produtos e ainda a condição e infraestrutura desses fluxos de mercadorias, que podem levar em consideração a facilidade de acesso, independente das distâncias.

Mapa 9. Origem das mercadorias do Mercado Municipal de Montes Claros-MG:
Distritos de Montes Claros



Ainda que seja grande a diversidade de municípios citados (27), é importante ressaltar a predominância de cidades da região Norte de Minas como principais fornecedoras de mercadorias para o Mercado Municipal de Montes Claros, indicando, mais uma vez, os vínculos regionais do circuito inferior. Os municípios do Norte de Minas mais citados foram: São João da Ponte e Porteirinha (mencionados 5 vezes), Taiobeiras e Salinas (citadas 4 vezes cada) e Pirapora (citada 3 vezes). Assim, é possível reconhecer tanto a centralidade de Montes Claros quanto, especificamente, do Mercado Municipal, permitindo o estabelecimento de redes comerciais a partir do circuito inferior, capaz de organizar fluxos econômicos de alcance regional.

Os fluxos destinados ao Mercado não se restringem apenas a aqueles com origem no estado de Minas Gerais. Apenas pela amostra de comerciantes que responderam ao questionário de pesquisa, 6 diferentes unidades da federação foram mencionadas 13 vezes como espaços de origem de parte das mercadorias comercializadas, abrangendo as regiões Sudeste, Nordeste, Sul e Centro-Oeste, com destaque para os estados de São Paulo e Bahia. A distância percorrida por algumas mercadorias sugere, ao contrário do que se observa nas práticas de uma agricultura familiar ou camponesa próxima, a inserção de gêneros também potencialmente oriundos de uma agricultura moderna, distribuídos a partir de uma logística que envolve maiores distâncias no território nacional, como é o caso dos estados de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Tabela 6. Origem de mercadorias em outras unidades da federação - Mercado Municipal de Montes Claros

Estados	Número de menções
São Paulo	4
Bahia	4
Rio Grande do Sul	2
Goiás	1
Santa Catarina	1
Paraná	1
Total	13

Fonte: Dados da pesquisa direta. Elaborado pela autora (2025).

Um único comerciante dentre os respondentes indicou a origem internacional de mercadorias comercializadas (Paraguai), por onde acessa gêneros importados (quase sempre

chineses, e em geral de baixo valor), e que em muito comparecem no circuito inferior das cidades brasileiras na atualidade.

Vistas as redes e os fluxos tecidos a partir do Mercado Municipal, cabe também avaliar a expressão territorial a partir do comércio realizado nas duas feiras livres avaliadas.

4.2.2 As redes estabelecidas pelas feiras livres

Conforme temos destacado, as feiras livres desempenham um papel essencial na economia popular, funcionando como espaços dinâmicos onde produtores, comerciantes locais e consumidores interagem diretamente na oferta de produtos e serviços. Assim, configuram-se como espaços por excelência do circuito inferior, embora também sejam atravessadas por lógicas próprias do mercado essencialmente capitalista. Essas interações possibilitam uma circulação descentralizada e espontânea de mercadorias diversas, fortemente vinculadas à região, uma vez que, em grande parte, são oriundas de áreas próximas e impulsionadas pelas demandas urbanas.

Reconhecendo que a divisão do trabalho se torna tanto mais plural e complexa quanto maior for o patamar demográfico, conforme apontam Santos e Silveira (2021, p. 23), são os centros mais populosos aqueles que apresentam maior capacidade de abrigar uma diversidade de atividades. Esse dinamismo não apenas amplia o tecido econômico, tornando-o mais diversificado e interconectado, mas também cria um espaço propício para as atividades da economia menos capitalizada. No Norte de Minas, essa condição se manifesta sobretudo em Montes Claros, onde as feiras representam uma expressão marcante dessa dinâmica.

Assim, as feiras livres de Montes Claros não apenas refletem essa lógica de articulação entre diferentes agentes econômicos, mas também reforçam a importância do circuito inferior da economia na sustentação da atividade comercial e produtiva na região, conectando não apenas o urbano e o rural, mas tornando esses nexos também conectores da cidade com outros espaços, como diferentes municípios. Avaliando as redes resultantes dos fluxos de mercadorias mobilizados pelas duas feiras analisadas e comparando-as com as redes estabelecidas pelo Mercado Municipal, é possível identificar tanto semelhanças quanto diferenças, conforme revelou a pesquisa empírica realizada.

Assim, a análise dos dados sobre a procedência das mercadorias dos comerciantes que atuam nas feiras livres de Montes Claros revelou também uma forte concentração de uma produção local, conforme ilustrado no mapa a seguir.

Mapa 10. Origem das mercadorias das feiras livres de Montes Claros-MG: Município e distritos de Montes Claros-MG

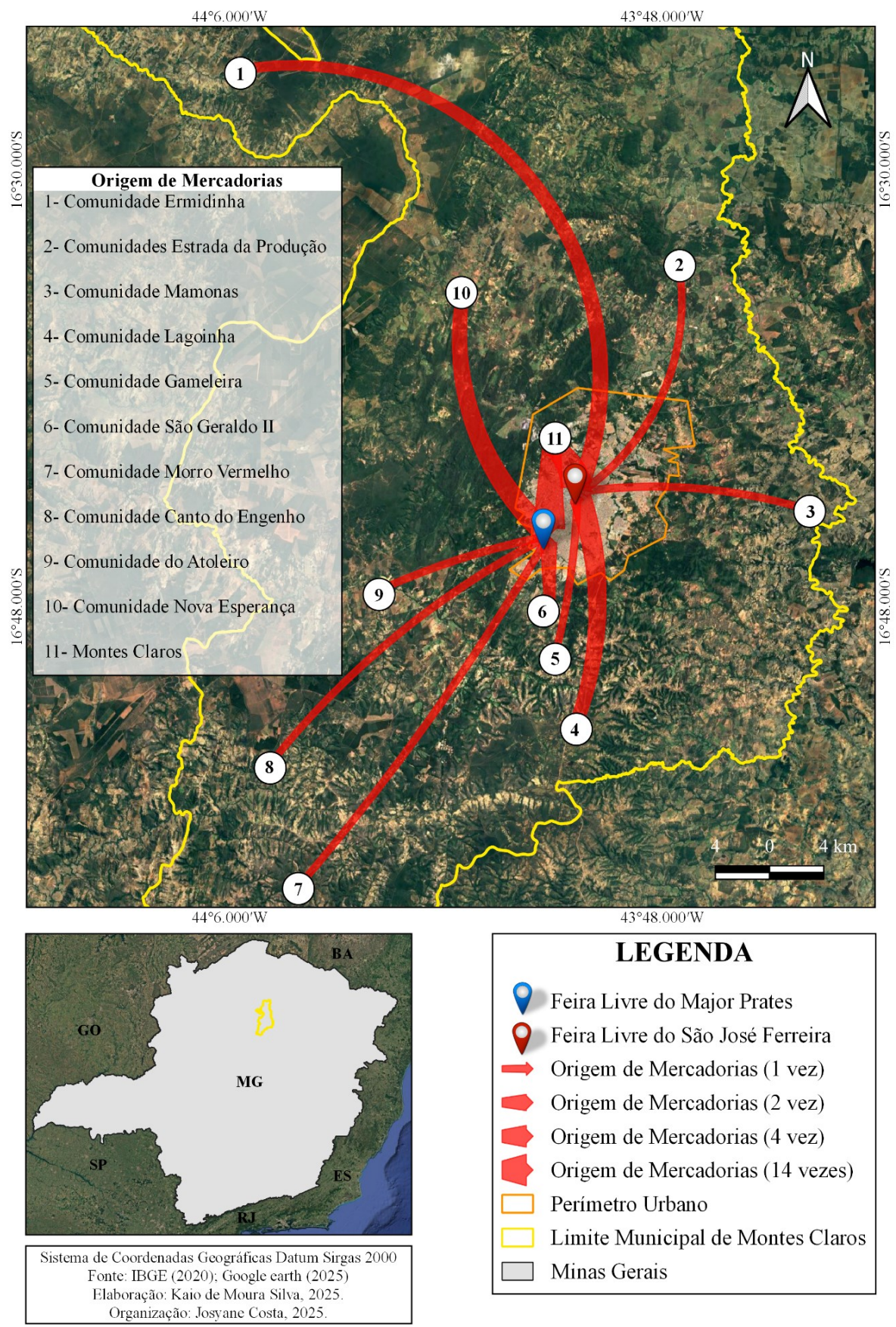


Tabela 7. Número de menções das fontes locais de mercadorias para as feiras do bairro São José e Major Prates e a distância aproximada, conforme indicação dos respondentes

Localidade	Número de menções	Distância aproximada (Km)
Montes Claros (espaço rural e urbano)	14	-
Nova Esperança	4	21
Lagoinha	4	24
Ermidinha	2	50
Zona Rural do bairro São Geraldo II	2	12
Canto do Engenho	1	38
Mamonas	1	23
Morro Vermelho	1	41
Comunidade do Atoleiro	1	47
Gameleiras	1	13
Fonseca	1	22
Comunidades da Estrada da Produção	1	28
Total	33	

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

As menções relacionadas a cidade e aos distritos de Montes Claros, principalmente quando comparadas as respostas indicadas pelos comerciantes, mostram uma variedade de mercadorias com origem local (33 vezes indicadas pelos respondentes), com 11 diferentes distritos, mais a zona urbana e rural da sede de Montes Claros. A presença do Ceanorte como local de fornecimento imediato para as feiras livres é importante a ser destacado quando citada a zona urbana de Montes Claros como fonte de mercadorias, já que atua justamente com uma grande diversidade de produtos com frequência semanal.

4.2.3 As redes estabelecidas: A relação entre o Mercado Municipal de Montes Claros e as feiras livres da cidade

Enquanto os respondentes que atuam no Mercado Municipal citam 18 vezes, com 8 diferentes localidades próximas e/ou em Montes Claros, a origem local de mercadorias para as feiras livres é citada 33 vezes, com 11 diferentes localidades próximas (área do próprio município e dos seus distritos), com proximidade que viabiliza o perfil semanal das feiras, para o abastecimento imediato (ou seja, com possibilidade de compra de mercadorias que possibilitam a comercialização rápida, diminuindo a perecibilidade). Além disso, a condição de proximidade também permite a comercialização de produtos tradicionais, que normalmente não

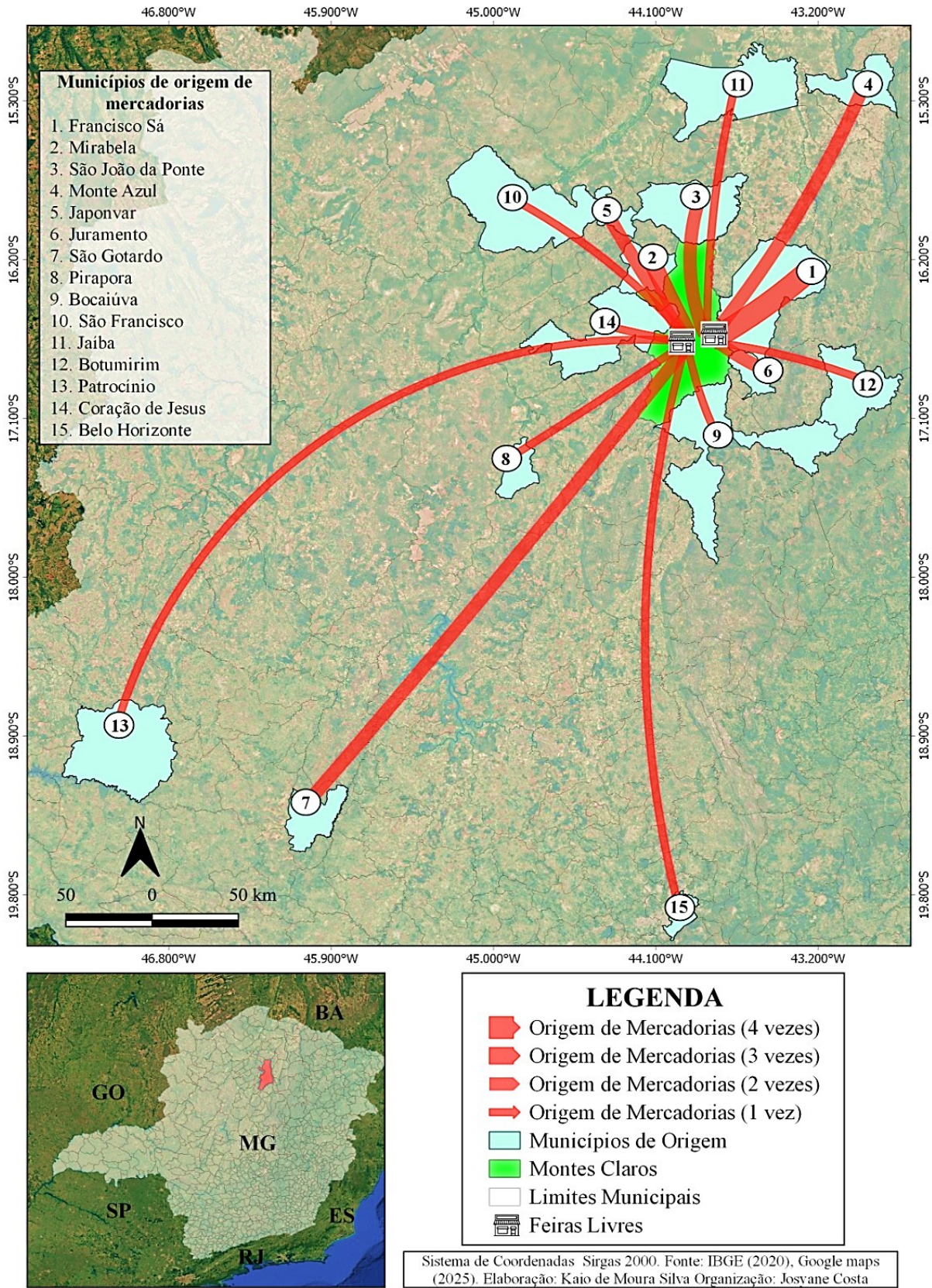
são vendidos por redes atacadistas e comerciantes em maior escala de comercialização, já que utilizam intermediários que produzem em grande escala, sem levar em consideração especificidades culturais.

É inegável que geograficamente o Mercado possui grande abrangência que garante fluxos entre o espaço de comercialização e diferentes localizações do estado, e do país. Todavia, quando analisamos as feiras livres da cidade, a interligação regional feita com as feiras, possibilita a integração produtiva dos produtores rurais-familiares no abastecimento agroalimentar da cidade, já que, como analisados aqui, entre os locais de comercialização tradicionais da cidade, a proximidade dessas feiras é mais próxima às demandas que os consumidores da cidade almejam. Ou seja, os resultados refletem a integração entre as áreas rurais próximas e as trocas estabelecidas pelas feiras, evidenciando sua função na dinâmica do espaço produtivo rural que cerca o município. Essa condição também se articula à própria organização de um circuito inferior da economia agrária nas proximidades da cidade, tirando destas possibilidades de mercado (tal como exemplificam as feiras) também uma condição para a sua existência.

A proximidade entre a produção de pequena dimensão e um mercado consumidor (também revelado pelo circuito inferior) é fator determinante, por exemplo, para a redução da dependência de atravessadores, mesmo diante de um trabalho intensivo e das limitações de acesso ao capital (Lopes, 2024).

A diversidade geográfica evidenciada pelos espaços de origem das mercadorias comercializadas também revela o quanto a economia simples, pautada em um mercado de “pequena” dimensão, representado por feiras e feirantes, é capaz de mobilizar fluxos importantes e próximos. É o que se revela quando avaliamos as informações sobre a origem de mercadorias produzidas em outros municípios ou unidades da federação, conforme pode ser visualizado no mapa a seguir.

Mapa 11. Origem das mercadorias das feiras livres de Montes Claros-MG: Municípios de Minas Gerais



A presença de mercadorias de outros estados nas feiras livres é bastante reduzida em comparação com o Mercado Municipal. Foram registradas apenas 5 menções, indicando exclusivamente o Sul da Bahia e São Paulo. Mais uma vez, a presença de São Paulo entre as menções, seja dos feirantes ou dos comerciantes do Mercado Municipal, revela o quanto a metrópole paulistana é capaz de organizar e direcionar fluxos para espaços distantes, mesmo quando as mercadorias são, em geral, de baixo valor agregado e até perecíveis.

Os dados fornecidos pelos respondentes também reforçam a ideia de que as feiras livres operam predominantemente dentro de um circuito local/regional, característico do circuito inferior da economia. Nesse circuito, a proximidade entre comerciantes e produtores - e, até mesmo, diretamente entre produtores e consumidores (como já apontado) - é essencial para a viabilidade econômica de seus agentes e para a própria manutenção das feiras como formas comerciais.

A localização geográfica das origens de mercadorias e da produção agrícola que abastecem o Mercado Municipal de Montes Claros e as feiras livres da cidade revela as distinções, os objetivos e o perfil de cada uma dessas formas, bem como a finalidade que esses locais desempenham regionalmente. As feiras, instaladas em regiões que mobilizam não apenas a economia e a produção local, mas também a população e a abrangência da rede geográfica que alcançam, estabelecem uma relação direta com produtores locais e regionais, funcionando como espaços de circulação de produtos frescos oriundos de pequenas propriedades e da agricultura familiar. Essa proximidade territorial favorece circuitos curtos de comercialização, fortalecendo a produção local e promovendo uma dinâmica econômica mais autônoma e sustentável, tanto para os agricultores quanto para os consumidores.

Por outro lado, o Mercado Municipal articula uma rede geográfica mais ampla, que inclui produtos provenientes de outras regiões do estado e, em alguns casos, de outros estados. Essa ampliação do raio de abastecimento diversifica a oferta, mas também evidencia a coexistência de diferentes escalas de mercado — uma mais local e outra mais integrada a redes comerciais mais extensas. A presença simultânea desses dois tipos de mercado revela formas distintas de organização da atividade produtiva, que dialogam entre si e, ao mesmo tempo, competem em termos de preços, qualidade e identidade cultural dos produtos ofertados.

Essa diferenciação impacta diretamente a economia local. Enquanto as feiras incentivam a permanência da produção agrícola próxima aos centros urbanos, garantindo renda a pequenos produtores, o mercado mais abrangente pode enfraquecer essa produção ao favorecer intermediários e produtos de fora da região.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando o município de Montes Claros é observado e citado em qualquer circunstância, sua identidade é quase sempre vinculada às suas tradições que caracterizam a região norte mineira. Um dos aspectos que mais conferem identidade ao lugar é justamente a comercialização de produtos agrícolas ou da pecuária local, que não apenas preserva tradições enraizadas nos espaços comerciais, mas que também incorpora na sua atividade aspectos técnicos, formas de produção, padrões de consumo e modos de organização, típicos de um mundo rural e sertanejo desta porção de Minas Gerais. Esse conjunto de elementos garante a continuidade dessas atividades e sustenta todo um sistema econômico que a elas é associado.

Ao retomarmos aspectos da formação do município de Montes Claros, e sua condição atual de cidade média, percebemos que a Teoria dos Circuitos da Economia (Santos, 2004) permite reconhecermos as condições com que o lugar conhece o estabelecimento atual de suas funções e estrutura produtiva, e, especialmente, os aspectos ligados a um terciário voltado ao comércio e trocas regionais.

Desde a sua formação, Montes Claros cumpre funções comerciais importantes e, pelo menos desde os anos 1990, consolidou-se como um importante polo comercial e regional no Norte de Minas Gerais (quando se reforçam tanto o circuito superior, como também o inferior da economia urbana), ampliando sua influência sobre os municípios vizinhos e assumindo um papel estratégico na articulação, seja entre a cidade e o campo próximo, seja entre espaços de produção mais distantes.

A nosso ver, tais condições puderam ser reveladas a partir das práticas simples e pouco capitalizadas do circuito inferior da economia, a partir de duas formas comerciais distintas e tradicionais, o Mercado Municipal e as duas feiras livres avaliadas. Assim, pelo circuito inferior da economia até hoje se estruturam vastas redes de distribuição, interações comerciais, técnicas produtivas e estratégias que permitem a subsistência de produtores, comerciantes e consumidores dos estratos mais pobres. cremos, deste modo, que a hipótese inicialmente apresentada pode ser confirmada a partir do estudo realizado.

O objetivo desse trabalho foi compreender o perfil comercial e as dinâmicas de trabalho dos feirantes e dos comerciantes do Mercado Municipal de Montes Claros, analisando essas atividades como características do Circuito Inferior da Economia Urbana, e as suas implicações para o desenvolvimento econômico do Norte de Minas Gerais.

Os resultados obtidos a partir dessa pesquisa ressaltam a importância de reconhecer e valorizar o Circuito Inferior da Economia como parte vital do tecido econômico e da produção agrícola da região, contribuindo para a sua dinâmica urbana e para a manutenção de alternativas de trabalho em contextos de vulnerabilidade.

Ao acionarmos a Teoria dos Circuitos da Economia, observamos que Montes Claros constitui um espaço revelador da atualidade da teoria, destacando as feiras livres e o Mercado Municipal como principais objetos de análise para o estudo do circuito inferior. Essas formas comerciais, fundamentais para o abastecimento da população, se viabilizam por objetos e características muito caras ao circuito inferior, bem como pelas diferentes estratégias de sobrevivência das atividades, como a flexibilidade das relações de trabalho, o predomínio da mão de obra familiar, a precariedade das técnicas e o acesso limitado a créditos e aos incentivos estatais.

Esses trabalhadores e sujeitos que conformam o circuito inferior, em sua maioria oriundos de grupos socioeconomicamente vulneráveis, constroem suas trajetórias quase sempre em meio a condições adversas (seja as que constatamos dentre os comerciantes, seja as apontadas também por aqueles que realizam alguma atividade produtiva no campo).

Os temas tratados no questionário de pesquisa permitiram caracterizar minimamente aspectos como meio construído, mercadoria/matérias-primas/insumos, mão de obra, mercado consumidor, ações do poder público, aspectos e questões gerais acerca da atividade e do perfil do consumidor, e, especificamente para os produtores rurais diretamente ligados a tais formas comerciais, o reconhecimento de aspectos da produção rural e da atividade de comercialização a ela vinculada.

A partir dos resultados observamos que os feirantes, em sua maioria, atuam de forma flexível, necessitando de pouca estrutura para desenvolver suas atividades, mas tendo nas feiras parte substancial de seu sustento. O dinamismo das feiras, embora facilite a circulação dos produtos, também impõe desafios, como instabilidade financeira, dependência das condições de tempo e climáticas e as oscilações na oferta e demanda.

Os comerciantes que atuam no Mercado Municipal de Montes Claros, por sua vez, desfrutam de um ambiente mais estruturado e estável, devido à presença de pontos fixos dentro de um espaço consolidado e à uma maior atuação do poder público na organização das atividades comerciais. Isso proporciona maior previsibilidade nas vendas e abre possibilidades de investimentos e diversificação de mercadorias, o que pode beneficiar tanto os produtores (que atuam como intermediários) quanto os comerciantes, incluindo aqueles que também são

produtores rurais. No entanto, a concorrência com outras formas comerciais continua sendo um desafio a ser enfrentado.

Assim, este circuito inferior da economia urbana, e inclusive, poderíamos aqui somar, um circuito inferior da economia agrícola, tratam-se, fundamentalmente, daquilo que Ana Clara Torres Ribeiro (2005) reconheceu como um “mercado socialmente necessário”.

A proximidade com o mercado consumidor é um diferencial das feiras livres em relação ao Mercado Municipal. Enquanto as feiras atendem demandas imediatas e locais, o Mercado funciona como um polo de distribuição mais amplo, atraindo clientes com necessidades específicas e revendedores e consumidores de outras regiões.

A organização dos negócios no Mercado Municipal reflete um maior grau de formalização, que podem disponibilizar desde o acesso a fontes de crédito até a maior presença de funcionários dada a necessidade de atendimento e cumprimento do horário comercial fixado ao local. Porém é justamente essa fixidez estrutural e a maior formalização das atividades que também impõem custos adicionais a atividade comercial, que vão desde o aluguel do espaço, necessidade de maior estrutura para os estabelecimentos, funcionários que necessitam de acesso a diferentes benefícios pelo vínculo trabalhista, despesas operacionais, utilização de serviços de terceiros, maior volume de vendas (e consequentemente de investimento em estoque), necessidade de pagamento de diferentes tributos, e por resultado, a dependência desta atividade para o sustento familiar.

A mão de obra disponível ao Mercado e as feiras livres, ainda que com diferentes perfis, são elementos resultantes das características do circuito inferior: são baseadas fortemente no acionamento familiar e muitas vezes organizadas para além de aspectos formais. Já no Mercado Municipal, apesar de o trabalho familiar também ser predominante, há maior presença de funcionários contratados. Esta condição reafirma o pouco acesso destes funcionários – formalizados ou não, a benefícios trabalhistas.

A relação com o poder público — ou melhor, a ausência ou insuficiência das ações necessárias para intervir na situação — revela a magnitude dos desafios e das limitações que impactam diretamente a dinâmica comercial, tanto do Mercado Municipal quanto das feiras livres. A maior parte dos respondentes desta pesquisa apontaram a falta de incentivos, infraestrutura inadequada e burocracias como fatores que dificultam a ampliação e o estabelecimento de seus negócios. Como resultado, também indicado pelos respondentes de ambas as formas comerciais, existe uma dificuldade no acesso a linhas de crédito, programas de formalização, programas governamentais, assistência técnica e qualquer benefício destinado ao desenvolvimento das suas atividades.

Os aspectos citados compõem um contexto cuja relação entre esses comerciantes e as atividades desenvolvidas, ainda que tradicionais e imprescindíveis para o sustento familiar e de todo o sistema de circuitos (sejam eles relacionados a econômica urbana ou agrária), reiteram que a posição da atividade é permeada por um conjunto de vulnerabilidades. A percepção dos comerciantes sobre a atividade exercida, seus principais desafios e perspectivas futuras, indicam resiliência de tais agentes, mas também a preocupação com a concorrência de grandes redes varejistas, oscilações no preço dos produtos e falta de garantias sociais. A imprevisibilidade da renda foi um dos fatores destacados, sobretudo entre feirantes.

A mesma condição pode ser dita no que se refere aos comerciantes que também acumulam a função de produtores rurais. A grande maioria desses produtores/comerciantes enfrenta dificuldades para acessar crédito e tecnologias modernas, o que limita a expansão da produção e a diversificação de culturas. A dependência das condições climáticas e a oscilação de preços no mercado também impactam diretamente a renda desses trabalhadores, sendo estes, desafios encontrados não apenas para a produção, mas também para a comercialização dos seus produtos.

Apesar das dificuldades elencadas para produção e comercialização, a relação de proximidade com os consumidores nas feiras livres proporciona um escoamento facilitado desta produção de pequenas dimensões e tantas vezes lida como fora de padrões, permitindo que os produtores se adaptem às demandas locais.

Mercado e feiras criam redes comerciais que são ao mesmo tempo distintas e complementares. Enquanto as feiras estabelecem conexões próximas geograficamente, interligando a demanda local à produção regional e sobretudo municipal, o Mercado funciona como um centro de distribuição mais abrangente, conectando produtores rurais de diferentes localidades (sobretudo do Norte de Minas) ao mercado urbano de Montes Claros.

Nas feiras livres, os fluxos comerciais são marcados por transações rápidas e diretas. Os produtos, em sua maioria perecíveis, são vendidos no mesmo dia em que chegam ao ponto de venda, garantindo um giro constante das mercadorias. Essa dinâmica está associada à proximidade dos produtores rurais, que abastecem as feiras com frequência, permitindo que os consumidores adquiram alimentos sempre frescos. Assim, enquanto o Mercado Municipal conecta Montes Claros a diversidade de uma rede geográfica mais vasta, as feiras livres possibilitam sobretudo uma rede de fluxos locais.

A reafirmação da importância desses espaços para a economia urbana de Montes Claros evidencia a necessidade de políticas públicas que fortaleçam tanto os pequenos produtores quanto os comerciantes envolvidos nesses fluxos comerciais e produtivos. Apesar das

diferenças entre os perfis do circuito inferior da economia urbana (e também o da economia agrária) envoltos às atividades das feiras livres e do Mercado Municipal, sua existência revela a complementariedade estabelecida dentro do sistema que garante, sobretudo, o abastecimento da população e representa alternativas acessíveis de consumo para diferentes perfis de consumidores. Apesar das limitações e fragilidades, essas atividades do Circuito Inferior da Economia, desempenham um papel central na economia da região Norte de Minas, garantindo alternativas de ocupação e renda em um contexto marcado pela desigualdade socioeconômica e pela carência de empregos formais.

Ambos os espaços mantêm viva a conexão entre o campo e a cidade, funcionando como canais fundamentais para o escoamento da produção agrícola regional, assegurando a relevância da cidade em um contexto amplo e preservando práticas comerciais que se perpetuam ao longo das décadas. Mais do que isso, evidenciam a relação profunda que Montes Claros mantém com sua própria essência: onde tradição e comércio se entrelaçam.

O resultado deste trabalho não se limita a um exercício acadêmico sobre as relações econômicas da cidade, mas também se apresenta como um compromisso com a valorização dos agentes que compõem essa atividade e com a preservação da dinâmica que sustenta seus costumes, tradições e modos de vida.

Assim, os resultados da pesquisa, a nosso ver, reiteram a necessidade do apoio do poder público para o desenvolvimento econômico e social de uma classe trabalhadora tão pouco visibilizada pelo Estado, mas essencial para manutenção da produção, comercialização e consumo das classes mais pobres no lugar.

REFERÊNCIAS

AMAMS. **Histórico**. Associação dos municípios da área mineira da SUDENE. Disponível em: http://www.amams.org.br/6/textos/Historico_18/. Acesso em: 30 jul. 2024.

ARROYO, M. **A economia invisível dos pequenos**. In: DANTAS, A.; ARROYO, M.; CATAIA, M. (org.). Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção: um diálogo com a teoria de Milton Santos. Natal: Sebo Vermelho, 2017. p. 53-63.

Aspecto da fachada do primeiro prédio do Mercado Municipal de Montes Claros. [S.d.]. Disponível em: https://www.ihgmc.art.br/revista_volume11.html. Acesso em: 08 ago. 2024.

BATELLA, W. **Cidades médias**: da multiplicidade de definições à busca de seus limiares. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 20, n. 70, p. 196–214, 2019. DOI 10.14393/RCG207042525. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/42525>. Acesso em: 29 fev. 2024.

BRASIL. **Área de Atuação da Sudene**. Disponível em: <https://www.gov.br/sudene/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/area-de-atuacao>. Acesso em: 08 ago. 2024.

BRASIL. **Organização para a cooperação e desenvolvimento econômico (OCED)**. Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Disponível em: <https://www.gov.br/cade/pt-br/assuntos/internacional/cooperacao-multilateral/organizacao-para-a-cooperacao-e-desenvolvimento-economico-ocde-1>. Acesso em: 30 jul. 2024.

CARNEIRO, M. de F. B. **Organização espacial de Montes Claros e a região norte de Minas**. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciências - Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CASTELLO BRANCO, M.L.G. Algumas considerações sobre a identificação de cidades médias. In: SPÓSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades Médias**: espaços em transição. 2007, 630p. p.23-34.

COELHO, O. de M.; PEREIRA, M. F. V. **O circuito inferior da economia na área central de Uberlândia (MG)**: avaliação e caracterização. Geografia (Londrina), Londrina, v. 20, n. 1, p. 163–188, 17 ago. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2447-1747.2011v20n1p163>. Acesso em: 12 maio 2025.

COSTA, C. L. **Cultura, religiosidade e comércio na cidade**: a festa em louvor à Nossa Senhora do Rosário em Catalão - Goiás. 2010. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/T.8.2010.tde-06122010-151424. Acesso em: 30 de jul. 2024.

COSTA, E. M. **Cidades médias**: contributos para a sua definição. **Finisterra**, v. 31, n. 74, p. 101-128, 2002. DOI 10.18055/Finis1592. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/1592>. Acesso em: 29 fev. 2024.

COSTA, L. C. **Metamorfoses do mercado público de Montes Claros**: mudanças e permanências. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, 2019. <https://doi.org/10.11606/T.8.2010.tde-06122010-151424>

CTNM. **História da Companhia de Tecidos Norte de Minas**. Disponível em: <https://www.ctnm.com.br/a-companhia/historia>. Acesso em: 08 ago. 2024.

DATA VIVA. **Montes Claros – MG**. Disponível em: https://www.dataviva.info/pt/location/4mg050413/wages?menu=new-api-wage-industry-tree_map&url=rais%2Findustry_class%2Fwage%3Fcount%3Destablishment%26year%3D2021%26id_ibge%3D3143302. Acesso em: 30 jul. 2024.

DAYRELL, C. **De nativos e caboclos**: Reconfiguração do poder de representação de comunidades que lutam pelo lugar. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Social), 2019, 459 f. Unimontes: Montes Claros, 2019.

ELIAS, C; SCHIFFER, S. R. **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

ELIAS, D. **Agronegócio e novas regionalizações no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 13, n.º. 2, pp. 153-67, 2011. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2011v13n2p153>

ELIAS, D. **Globalização e agricultura**: a região de Ribeirão Preto-SP. São Paulo, Edusp, 2003.

FARIA, R. S. O debate regional no municipalismo brasileiro: (im)possibilidades de cooperação intermunicipal como instrumento de desenvolvimento. In: FARIA, R. S.; SCHVARSBERG, B. (org.). **Políticas urbanas e regionais no Brasil**. Brasília: FAU-UnB, 2011. <https://doi.org/10.26512/9788560762057.c8>

FASHION NETWORK. **Alpargatas amplia produção de Havaianas em 40%**. 22 de outubro de 2013. Disponível em: <https://br.fashionnetwork.com/news/Alpargatas-amplia-producao-de-havaianas-em-40-,363537.html>. Acesso em: 30 jul. 2024.

FGV. **Atlas histórico do Brasil**. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/8885>. Acesso em: 30 jul. 2024.

FRANÇA, I.S.; SOARES, B.R. **Espaço intra-urbano de uma cidade média e suas centralidades**: uma análise de Montes Claros no Norte de Minas Gerais. Caminhos de Geografia Uberlândia, v. 8, n. 24, p. 75 –94, 2007. <https://doi.org/10.14393/RCG82415571>

FRANÇA, I. S. **A cidade média e suas centralidades**: o exemplo de Montes Claros no norte de Minas Gerais. 2007. 283 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

G1. **Fábrica de Alpargatas é inaugurada em Montes Claros**. G1 Grande Minas. 18 de outubro de 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/grande-minas/noticia/2013/10/fabrica-da-alpargatas-e-inaugurada-em-montes-claros.html>. Acesso em: 30 jul. 2024.

GOMES, F. S. **Discursos contemporâneos sobre Montes Claros: (re)estruturação urbana e novas articulações urbano-regionais**. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/RAAO-7BMQ8A/1/fernanda_gomes.pdf. Acesso em: 30 jul. 2024.

IBGE. **Anuário estatístico do Brasil**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1957. Disponível em: https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1957/populacao_m_1957aeb_016.pdf. Acesso em: 30 jul. 2024.

IBGE. **Censo Demográfico de 1950: População**. Disponível em: https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1950/populacao_1950aeb_09_a_19.pdf. Acesso em: 08 ago. 2024.

IBGE. **Censo demográfico: 1960**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1960. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?id=768&view=detalhes>. Acesso em: 30 jul. 2024.

IBGE. **Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1990. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2269_1.pdf. Acesso em: 9 ago. 2022.

IBGE. **Estimativas da população brasileira**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>. Acesso em: 12 ago. 2022.

IBGE. **Montes Claros**. Cidades e estados. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/montes-claros.html>. Acesso em: 30 jul. 2024.

IBGE. **Montes Claros**. Histórico. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/montes-claros/historico>. Acesso em: 30 jul. 2024.

IBGE. **Situação demográfica**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1953. Disponível em: https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1953/populacao_m_1953aeb_020_a_035.pdf. Acesso em: 30 jul. 2024.

IBGE. **Situação demográfica**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950. Disponível em:

IBGE. **Situação demográfica**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1962. Disponível em: https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/arquivos_download/populacao/1962/populacao_1962aeb_07_08.pdf. Acesso em: 30 jul. 2024.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LEITE, R. F. C. **Norte de Minas e Montes Claros: o significado do ensino superior na (re) configuração da rede urbana regional.** 2003. 191 f. Dissertação de Mestrado em Geografia. UFU, Minas Gerais, 2003.

LEONARDI, E.; MATOS, J. **Novo polo industrial farmacêutico do país surge em Minas Gerais.** ICTQ. Disponível em: <https://ictq.com.br/industria-farmaceutica/3872-a-ascensao-de-montes-claros-no-estado-de-minas-gerais-como-novo-polo-farmaceutico-no-cenario-nacional>. Acesso em: 30 jul. 2024.

LOPES, H. S. M. **Circuito inferior da economia agrária e logística dos pequenos: um estudo de caso a partir da Cooperativa de Produção e Comercialização da Reforma Agrária e Agricultura Familiar (COPCRAF).** In: CASTILLO, R.; BERTOLLO, M. (orgs.). *Agricultura e espaços globalizados: produção, circulação e usos do território brasileiro.* 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2024. p. 85-95.

MASCARENHAS, G.; DOLZANI, M. C. S. Feira livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea. DOI 10.5216/ag.v2i2.4710. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 72-87, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/4710>. Acesso em: 25 jul. 2024. <https://doi.org/10.5216/ag.v2i2.4710>

MONTENEGRO, M. R. **A teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos: de seu surgimento à sua atualização.** Rev. Geog. Venez., Mérida, Venezuela, v. 53, n. 1, p. 147-164, jan./jun. 2012.

MONTES CLAROS. **História de Montes Claros.** Portal Oficial de Montes Claros. Disponível em: <https://portal.montesclaros.mg.gov.br/cidade/historia>. Acesso em: 30 jul. 2024.

MORAIS, I. R. D.; ARAÚJO, M. A. A. Territorialidades e sociabilidades na feira livre da cidade de Caicó (RN). **Caminhos da Geografia**, Uberlândia, v. 23, n. 17, p. 244-249, fev. 2006. DOI 10.14393/RCG71715406. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15406>. Acesso em: 30 jul. 2024. <https://doi.org/10.14393/RCG71715406>

NESTLÉ. **Sobre nossa unidade.** Montes Claros. Disponível em: <https://www.nestle.com.br/sites/g/files/pydnoa436/files/2022-08/Dolce%20Gusto%20%E2%80%93%20Montes%20Claros.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2024.

NOVO NORDISK. **História e presença no Brasil.** Disponível em: <https://www.novonordisk.com.br/about/historia-e-presenca-no-brasil.html>. Acesso em: 30 jul. 2024.

NUNES, O. V. R. **O programa cidades de porte médio: planejamento e política urbano-regional no Brasil (1976-1986).** 2020. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

ODA, M. A. **Cores, cheiros e sabores: Vidas e histórias do Mercado Municipal de Montes Claros.** Viçosa. MG, 2010. Disponível em: <http://www.com.ufv.br/pdfs/tccs/2010/MichellyOda.pdf>. Acesso em 28 mai. 2025.

OLIVEIRA, E. L. de. **Divisão do trabalho e circuitos da economia urbana em Londrina-PR.** Tese (Doutorado em Geografia Humana). FFLCH – USP, 2010.

PEREIRA, A. M. **Cidade média e região: o significado de Montes Claros no norte de Minas Gerais**. Uberlândia, 2007, 351p. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de PósGraduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2007.

PEREIRA, A. M., SOARES, B. R. **Urbanização e pobreza na região norte mineira: considerações preliminares**. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10, 2005, São Paulo. Anais... São Paulo: USP, 2005.

PEREIRA, L. A. G; LESSA, S. N. O processo de planejamento e desenvolvimento regional: a infraestrutura rodoviária na mesorregião Norte de Minas Gerais. **Revista Cerrados**, Montes Claros, v. 7, n. 1, p. 141-162, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=576963563009&tab=1>. Acesso em: 30 jul. 2024.

PEREIRA, L. M. **Em nome da região a serviço do capital: o regionalismo político norte-mineiro**. 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PEREIRA, M. F. V. Espaço urbano e economia pobre no sudoeste da Amazônia: o circuito inferior na área central de Porto Velho-RO e Rio Branco-AC. **Geografia**, v. 36, n. 3, p. 469-487, 2011. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/8452/5948>. Acesso: 09 ago. 2024.

PEREIRA, M. F. V. **O processo recente de atualização do território no sudoeste da Amazônia: lógicas exógenas e dialéticas endógenas em Rondônia e Acre**. 2009. 329 Tese (Doutorado em Geografia), IGCE/UNESP, 2009. Disponível em <http://hdl.handle.net/11449/104318>. Acesso em 08 ago. 2024.

PEREIRA, M. F. V.; KAHIL, S. P. **Território e agricultura no sudoeste da Amazonia: o campo não-moderno e a produção para o consumo local**. Mercator, Fortaleza, v. 9, n. 19, p. 47 a 64. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/372>>. Acesso em: 13 fev. 2025.

PREFEITURA DE MONTES CLAROS. História. Portal Montes Claros. Disponível em: <https://portal.montesclaros.mg.gov.br/cidade/historia>. Acesso em: 12/02/2025.

RAIMUNDO, C. **A estrada de ferro central do Brasil**. Associação Nacional de Preservação Ferroviária. Disponível em: <https://anpf.com.br/ef-central-do-brasil>. Acesso em: 30 jul. 2024.

REIS, F. L. C. Montes Claros, MG. Lugar de memória: uma cidade, um mercado e os arquivos. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH**, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1306973725_ARQUIVO_ArtigoANPUH2011.pdf. Acesso em: 30 jul. 2024.

REIS, W. S. **Usos hegemônicos e não hegemônicos do território no sudeste do Pará: a moderna mineração e o circuito inferior da economia urbana em Parauapebas**. 2016. 191 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/17972>. Acesso em: 09 jun. 2024.

RIBEIRO, A. C. T. Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana. **Caderno CRH**, Salvador, v. 18, n. 45, 2006. DOI 10.9771/ccrh.v18i45.18535. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18535>. Acesso em: 23 jul. 2024.
<https://doi.org/10.9771/ccrh.v18i45.18535>

RIBEIRO, A. C. T. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: SILVA, C. A. (org.). **Formas em crise: utopias necessárias**. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2005.

RIBEIRO, E. M.; SILVESTRE, L. H.; CASTRO, B. S. de; RIBEIRO, M. B.; AYRES, E. B. **A pesquisa nas feiras: histórico e técnicas**. In: RIBEIRO, E. M. (coord.). Feiras do Jequitinhonha: mercados, cultura e trabalho de famílias rurais no semi-árido de Minas Gerais. Fortaleza: Universidade Federal de Lavras, 2007. p.83-112.

RIBEIRO, Miguel Angelo. **Abordagens analíticas das redes geográficas**. Boletim Goiano de Geografia, Goiânia, v. 20, n. 1/2, p. 77–105, jan./dez. 2000. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/4229/3697>. Acesso em: 15 jan. 2025.

ROMA, C. M. **Circuito inferior da economia e cidades locais-híbridas**. Mercator, 15 (02), 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.4215/RM2016.1502.0002>. Acesso em: 08 ago. 2024.

SALLES FILHO, S. Política de Ciência e Tecnologia no I PND (1972/74) e no I PBDCT (1973/74). **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, v. 1, n. 2, p. 397-419, 2009. DOI 10.20396/rbi.v1i2.8648865. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8648865>. Acesso em: 20 jun. 2024. <https://doi.org/10.20396/rbi.v1i2.8648865>

SANTOS, G. R.; SOUTO K. G. O desenvolvimento no Norte de Minas na perspectiva da SUDENE. **Revista Desenvolvimento Social**, Montes Claros, v. 12, n. 2, p. 69–78, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/1970>. Acesso em: 24 jun. 2024.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início de século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2021.

SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática. Séries temporais. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/series-temporais/series-temporais/>. Acesso em: 30 jul. 2024.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. *In*: GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SILVEIRA, M. L. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, p. 65-76, jan./abr. 2009. DOI 10.1590/S0103-49792009000100004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/b7w7ZRM8dhjsnf5SBMLmY3j/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 jul. 2024. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792009000100004>

SILVEIRA, M. L. Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana. **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 245-261, 2015. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2015.102778. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/102778>. Acesso em: 5 fev. 2024. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2015.102778>

SILVEIRA, M. L. **Uma situação geográfica**: do método à metodologia. *Revista Território*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 16, p. 21-28, jan.-jun. 1999.

SINDEAUX, R. V.; FERREIRA, C. G. Industrialização e trabalho na indústria no Norte de Minas: origens, SUDENE e reflexos sobre o perfil recente dos trabalhadores formais ocupados. *In*: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 15., 2012. **Anais [...]** Diamantina: UFMG, 2012. Disponível em: https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/download/diamantina-2012/industrializacao_e_trabalho_na_industria_no_norte_de_minas.pdf. Acesso em: 30 jul. 2024.

SOARES, B. R.; MELO, N. A. Cidades médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais. *In*: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (org.). **Cidades médias e pequenas**: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010. p. 229-247.

SOUZA, S. G. **Assentamentos rurais e circuitos curtos de comercialização de alimentos**: experiências e significados territoriais no norte de Minas Gerais, 2024. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. *In*: SPOSITO, M. E. B. (coord.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: UNESP/GAsPERR, 2001. p. 609-643.

TOLEDO, M. Um enclave territorial de produção agrícola modernizada em Minas Gerais. *In*: S. P. K. (org.). **O Tamanho do Brasil**: Território de quem?. São Paulo: Max Limonad, 2021, v. 1, p. 185-204.

VIEIRA, M. **Feira Livre do Major Prates pode acabar, depois de 33 anos**. O Norte, Montes Claros, 1 jun. 2021. Disponível em: <https://onorte.net/montesclaros/feira-livre-do-major-prates-pode-acabar-depois-de-33-anos-1.839499>. Acesso em: 26 fev. 2025.

XAVIER, M. **Conteúdos atuais do circuito inferior da economia urbana: o uso agrícola do território na cidade de São Paulo**. *Boletim Campineiro de Geografia*, Campinas, v. 14, n. 2, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/3694/2482>. Acesso em: 20/03/2025. <https://doi.org/10.54446/bcg.v14i2.3694>

ANEXO A. ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO – MERCADO MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

DATA:

LOCAL:

FUNÇÃO:

ATIVIDADE COMERCIAL:

HÁ QUANTO TEMPO TRABALHA NESTA ATIVIDADE?

QUAL A OCUPAÇÃO ANTERIOR?

TEM DIAS E HORÁRIOS FIXOS DE FUNCIONAMENTO?

MEIO CONSTRUÍDO

TIPO DE ESTABELECIMENTO: () BOX () LOJA () OUTRO:

TIPO DE POSSE DO LOCAL COMÉRCIO: () ALUGADO () CEDIDO () ARRENDADO () COMPRADO

VALOR DO TIPO DE POSSE DO IMÓVEL (EM REAIS):

() De 0 a 100

() De 100 a 300

() De 300 a 600

() De 600 a 800

() De 800 a 1000

() Mais de 1000

ASPECTOS GERAIS

HÁ QUANTO TEMPO UTILIZA O LOCAL PARA A ATIVIDADE?

QUANTO FOI O INVESTIMENTO INICIAL?

QUAL O CAPITAL EMPREGADO NO NEGÓCIO HOJE?

USA ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE? () SIM () NÃO

PORTE DO NEGÓCIO: () MICRO () PEQUENA () MÉDIA () GRANDE

RECOLHE IMPOSTO PELO “SIMPLES”? () SIM () NÃO

EMPRESA: () MICRO () PEQUENA () MÉDIA

LOCALIZAÇÃO

O LOCAL OFERECE UMA ADEQUADA LOCALIZAÇÃO PARA SUA ATIVIDADE? () SIM () NÃO

OFERECE PROXIMIDADE COM O MERCADO CONSUMIDOR? () SIM () NÃO

OFERECE FACILIDADE DE TRANSPORTES E SERVIÇOS? () SIM () NÃO

OFERECE ESTACIONAMENTO E FISCALIZAÇÃO? () SIM () NÃO

MERCADORIA / MATÉRIA-PRIMA / INSUMOS

TIPO DE MERCADORIA E/OU SERVIÇOS:

ATIVIDADE: () COMERCIANTE () COMERCIANTE E PRODUTOR RURAL () FABRICANTE E

VENDEDOR () PRESTADOR DE SERVIÇOS

PROCEDÊNCIA DA MERCADORIA:

() Montes Claros

() CEASA

() Outra cidade de MG:

() Outro estado:

PAGAMENTO AO FORNECEDOR: () Dinheiro () Cartão de crédito () Cartão de débito () Cheque () Pix (

) Outros:

MÃO-DE-OBRA

NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS:

EMPREGA MÃO DE OBRA FAMILIAR? () SIM () NÃO. Se sim, quantas?

UTILIZA SERVIÇOS DE TERCEIROS? () SIM () NÃO. Se sim, que tipo?

PAGA ALGUM BENEFÍCIO (vale-transporte, vale-refeição, plano de saúde, cesta básica, etc.)? () SIM () NÃO. Se sim, quais?

SALÁRIO MÉDIO DOS TRABALHADORES:

JORNADA DE TRABALHO:

TRABALHAM NO FIM DE SEMANA?

REALIZAM PAUSAS (almoço, descanso, etc.)?

OS EMPREGADOS UTILIZAM QUAIS MEIOS DE TRANSPORTE PARA CHEGAR AO TRABALHO?

HABITAM EM BAIRROS: () Próximos () Distantes () Muito distantes () Outro município

CÔNJUGE OU FILHOS AJUDAM NA RENDA FAMILIAR? () SIM () NÃO. Se sim, qual atividade desempenha?

MERCADO CONSUMIDOR

QUAL A ABRANGÊNCIA DE SEU MERCADO CONSUMIDOR? () Centro () Toda a cidade () Norte de Minas () Estado

O MERCADO CONSUMIDOR JÁ FOI: () Maior () Menor () Estável

PERFIL DOS CONSUMIDORES: () Baixa renda () Classe média () Alto poder aquisitivo

FORMAS DE PAGAMENTO QUE OFERECE AOS CLIENTES: () Dinheiro () Débito () Crédito ()

Cheque () Fiado () Trocas () Pix

QUAIS OS SEUS CONCORRENTES?

PODER PÚBLICO

O PODER PÚBLICO COBRA ALGUM TIPO DE IMPOSTO / TAXA? () SIM () NÃO. Se sim, qual?

JÁ OBTVEU ALGUM TIPO DE BENEFÍCIO PÚBLICO (ex. isenções de tarifas)?

GOSTARIA DE RECEBER ALGUM APOIO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL OU ESTADUAL?

O MERCADO POSSUI ALGUM TIPO DE FISCALIZAÇÃO?

QUESTÕES GERAIS

ESTÁ SATISFEITO COM O TRABALHO QUE REALIZA? () SIM () NÃO

ESTÁ SATISFEITO COM O SEU FATURAMENTO? () SIM () NÃO

PENSA EM MUDAR DE NEGÓCIO OU PROFISSÃO A CURTO, MÉDIO OU LONGO PRAZO? () SIM () NÃO. Se sim, em que situação?

FAZ PARTE DE ALGUMA ASSOCIAÇÃO DE COMERCIANTES/FEIRANTES? () SIM () NÃO. Se sim, qual?

PRODUTOR RURAL

ÁREA DE PRODUÇÃO: () Cidade: () Estado:

POSSE: () Proprietário () Arrendatário () Parceiro () Meeiro

ASSENTADO DE REFORMA AGRÁRIA? () SIM () NÃO

PORTE DO ESTABELECIMENTO RURAL:

() Até 5 alqueires

() Entre 5 e 10 alqueires

() Mais de 10 alqueires

GÊNEROS PRODUTIVOS:

MÃO-DE-OBRA: () Familiar () Contratada () Carteira assinada

COMERCIALIZA EM OUTROS LOCAIS? () SIM () NÃO

PRODUZ ORGÂNICOS OU AGROECOLÓGICOS? () SIM () NÃO

POSSUI VINCULAÇÃO COM ALGUMA ASSOCIAÇÃO OU COOPERATIVA DE AGRICULTORES? ()
SIM () NÃO

É BENEFICIÁRIO DE ALGUM PROGRAMA OU POLÍTICA GOVERNAMENTAL QUE APOIE A
PRODUÇÃO AGRÍCOLA? () SIM () NÃO

EXISTE ALGUMA CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE OU ORIGEM APLICADA AOS PRODUTOS
VENDIDOS? () SIM () NÃO

EXISTE ALGUM TIPO DE CAPACITAÇÃO OU TREINAMENTO DISPONÍVEL PARA OS
AGRICULTORES AGRÍCOLAS REGIONAIS? () SIM () NÃO. Se sim, já fez?

É FEITA ALGUMA DIVULGAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA REGIONAL (eventos, propagandas,
palestras, etc.)? () SIM () NÃO

QUAL A PERSPECTIVA DE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO NA SUA
REGIÃO?

QUAIS OS PRINCIPAIS DESAFIOS ENCONTRADOS PARA A PRODUÇÃO AGRÍCOLA NA REGIÃO?

ANEXO B. ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO – PESQUISA FEIRAS LIVRES

DADOS GERAIS

DATA: **LOCAL:** **DIA DA FEIRA:** **HORÁRIO:** **FUNÇÃO:**

ATIVIDADE COMERCIAL

HÁ QUANTO TEMPO TRABALHA NESTA ATIVIDADE?

É SUA ÚNICA OCUPAÇÃO? () SIM () NÃO

Se não, qual outra atividade exerce?

COMERCIALIZA EM OUTROS LOCAIS/FEIRAS LIVRES? () SIM () NÃO

POSSUI CARTEIRA ASSINADA? () SIM () NÃO () MEI

TIPO DE ESTABELECIMENTO: () BARRACA () FOOD TRUCK () OUTROS:

TIPO DE POSSE DO LOCAL / MEIO DO COMÉRCIO: () ALUGADO () CEDIDO () ARRENDADO () COMPRADO

VALOR DO TIPO DE POSSE DO LOCAL (EM REAIS):

() De 0 a 100

() De 100 a 300

() De 300 a 600

() De 600 a 800

() De 800 a 1000

() Mais de 1000

ASPECTOS GERAIS

HÁ QUANTO TEMPO UTILIZA ESSA FEIRA LIVRE PARA A ATIVIDADE?

QUANTO FOI O INVESTIMENTO INICIAL?

QUAL O CAPITAL EMPREGADO NO NEGÓCIO HOJE?

USA ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE? () SIM () NÃO

PORTE DO NEGÓCIO: () MICRO () PEQUENA () MÉDIA () GRANDE () MEI

RECOLHE IMPOSTO PELO SIMPLES NACIONAL? () SIM () NÃO

LOCALIZAÇÃO

A FEIRA OFERECE UMA LOCALIZAÇÃO ADEQUADA PARA SUA ATIVIDADE? () SIM () NÃO

OFERECE PROXIMIDADE COM O MERCADO CONSUMIDOR? () SIM () NÃO

OFERECE SEGURANÇA E FISCALIZAÇÃO? () SIM () NÃO

OFERECE INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA? () SIM () NÃO

OUTRAS FACILIDADES:

MERCADORIA / MATÉRIA-PRIMA / INSUMOS

TIPO DE MERCADORIA E/OU SERVIÇOS OFERECIDOS:

ATIVIDADE: () COMERCIANTE () COMERCIANTE E PRODUTOR RURAL () FABRICANTE E VENDEDOR () PRESTADOR DE SERVIÇOS:

PROCEDÊNCIA DA MERCADORIA:

() Montes Claros

() CEASA

() Produtor da região

() Outra cidade de MG:

() Outro estado:

FORMA DE PAGAMENTO AO FORNECEDOR:

() Dinheiro () Cartão de crédito () Cartão de débito () PIX () Outros:

MÃO DE OBRA

NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS:

EMPREGA MÃO DE OBRA FAMILIAR? ☐ SIM. Quantas? ☐ NÃO

UTILIZA SERVIÇOS DE TERCEIROS? ☐ SIM. Quais? ☐ NÃO

PAGA ALGUM BENEFÍCIO AOS FUNCIONÁRIOS? ☐ SIM. Quais? ☐ NÃO

SALÁRIO MÉDIO DOS TRABALHADORES:

JORNADA DE TRABALHO:

TRABALHAM NO FIM DE SEMANA? ☐ SIM ☐ NÃO

REALIZAM PAUSAS PARA ALMOÇO, DESCANSO, ETC.? ☐ SIM ☐ NÃO

MEIOS DE TRANSPORTE UTILIZADOS PELOS EMPREGADOS PARA CHEGAR AO TRABALHO:

OS EMPREGADOS HABITAM EM BAIRROS:

☐ Próximos ☐ Distantes ☐ Muito distantes ☐ Outro município

CÔNJUGE OU FILHOS AJUDAM NA RENDA FAMILIAR? ☐ SIM. Qual atividade desempenham? _____

☐ NÃO

MERCADO CONSUMIDOR

QUAL A ABRANGÊNCIA DO SEU MERCADO CONSUMIDOR?

☐ Centro ☐ Toda a cidade ☐ Norte de Minas ☐ Estado ☐ Outros estados

O MERCADO CONSUMIDOR JÁ FOI: ☐ Maior ☐ Menor ☐ Estável

PERFIL DOS CONSUMIDORES: ☐ Baixa renda ☐ Classe média ☐ Alto poder aquisitivo

FORMAS DE PAGAMENTO OFERECIDAS AOS CLIENTES:

☐ Dinheiro ☐ Débito ☐ Crédito ☐ Cheque ☐ Fiado ☐ Trocas ☐ PIX

QUEM SÃO SEUS PRINCIPAIS CONCORRENTES?

PODER PÚBLICO

O PODER PÚBLICO COBRA ALGUM TIPO DE IMPOSTO / TAXA? ☐ SIM. Qual? ☐ NÃO

JÁ OBTVEU ALGUM TIPO DE BENEFÍCIO PÚBLICO (ex.: isenção de tarifas)? ☐ SIM ☐ NÃO

GOSTARIA DE RECEBER ALGUM APOIO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL OU ESTADUAL? ☐ SIM.

Qual tipo de apoio? ☐ NÃO

O MERCADO POSSUI ALGUM TIPO DE FISCALIZAÇÃO? ☐ SIM ☐ NÃO

QUESTÕES GERAIS

ESTÁ SATISFEITO COM O TRABALHO QUE REALIZA? ☐ SIM ☐ NÃO

ESTÁ SATISFEITO COM O SEU FATURAMENTO? ☐ SIM ☐ NÃO

PENSA EM MUDAR DE NEGÓCIO OU PROFISSÃO A CURTO, MÉDIO OU LONGO PRAZO? ☐ SIM.

Em que situação? _____ ☐ NÃO

FAZ PARTE DE ALGUMA ASSOCIAÇÃO DE COMERCIANTES/FEIRANTES? ☐ SIM. Qual? _____ ☐ NÃO

QUESTIONÁRIO PARA PRODUTORES RURAIS

DADOS DA PROPRIEDADE

LOCAL DA PROPRIEDADE: ☐ Cidade: _____ ☐ Estado: _____

POSSE DA PROPRIEDADE: ☐ Proprietário ☐ Arrendatário ☐ Parceiro ☐ Meeiro

É ASSENTADO DE REFORMA AGRÁRIA? ☐ SIM ☐ NÃO

PORTE DO ESTABELECIMENTO RURAL:

☐ Até 10 hectares

☐ De 11 a 50 hectares

☐ De 51 a 100 hectares

☐ Mais de 100 hectares

TIPO DE MÃO DE OBRA UTILIZADA: ☐ Familiar ☐ Contratada. Quantos trabalhadores?

COMERCIALIZA EM OUTROS LOCAIS? ☐ SIM ☐ NÃO

PRODUZ ORGÂNICOS OU AGROECOLÓGICOS? ☐ SIM ☐ NÃO

POSSUI VINCULAÇÃO COM ALGUMA ASSOCIAÇÃO OU COOPERATIVA DE AGRICULTORES? ☐
SIM. Qual? ☐ NÃO

É BENEFICIÁRIO DE ALGUM PROGRAMA OU POLÍTICA GOVERNAMENTAL DE APOIO À
PRODUÇÃO AGRÍCOLA? ☐ SIM. Qual? ☐ NÃO

EXISTE ALGUMA CERTIFICAÇÃO DE QUALIDADE OU ORIGEM APLICADA AOS PRODUTOS
VENDIDOS? ☐ SIM ☐ NÃO

EXISTE ALGUM TIPO DE CAPACITAÇÃO OU TREINAMENTO DISPONÍVEL PARA
AGRICULTORES DA REGIÃO?

☐ SIM, já participei ☐ SIM, mas nunca participei ☐ NÃO

É FEITA ALGUMA DIVULGAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA REGIONAL (eventos, propagandas,
palestras, etc.)? ☐ SIM ☐ NÃO

QUAL A PERSPECTIVA DE CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO NA SUA
REGIÃO?

QUAIS OS PRINCIPAIS DESAFIOS ENCONTRADOS PARA A PRODUÇÃO AGRÍCOLA NA REGIÃO?